

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España – Portugal

OP5 BAJO GUADIANA_AC5



Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana



Edita:

Secretaria da Presidência, Interior, Diálogo Social e Simplificação Administrativa. Junta da Andaluzia.

Responsável pela edição:

Secretaria-Geral da Ação Externa, da União Europeia e da Cooperação do Ministério Regional da Presidência, do Interior, do Diálogo Social e da Simplificação Administrativa. Junta da Andaluzia.

Coordenação:

Secretaria-Geral da Ação Externa, da União Europeia e da Cooperação do Ministério Regional da Presidência, do Interior, do Diálogo Social e da Simplificação Administrativa. Junta da Andaluzia.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Documento elaborado por:

Servicio de Análisis en Economía y Estrategia Territorial S.L.

Tradução financiada no âmbito do projeto do 0022_GIT_EURO_AAA_21_27_5_E, 75% financiados pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2021-2027.

Índice

1. A Estratégia do Baixo Guadiana no âmbito da cooperação transfronteiriça da Euroregião AAA ..7	
1.1. Análise do contexto da cooperação transfronteiriça	7
1.2. Motivação da Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana	9
1.3. Identificação de espaços que formam a Área Funcional do Baixo Guadiana	11
1.4. O processo participativo para a elaboração da Estratégia do Baixo Guadiana.....	13
1.5. Seguimento e avaliação da Estratégia.....	16
1.5.1. Mecanismos de coordenação.....	16
1.5.2. Periodicidade do acompanhamento e avaliação	17
2. Diagnóstico Estratégico	19
2.1. Caracterização socioeconómica e ambiental do espaço do Baixo Guadiana.....	19
2.1.1. Fatores demográficos que determinam a zona do Baixo Guadiana	19
2.1.1.1. Análise territorial e tendência demográfica	19
2.1.2. Atividade empresarial e mercado laboral	24
2.1.2.1. Situação e evolução do tecido empresarial.....	24
2.1.2.2. Situação e evolução do mercado laboral.....	29
2.1.3. Infraestruturas e mobilidade no Baixo Guadiana.....	34
2.1.3.1. Infraestruturas rodoviárias para a ligação transfronteiriça.....	34
2.1.3.2. Navegabilidade no rio Guadiana.....	36
2.1.4. Atividades económicas principais	39
2.1.4.1. Turismo, comércio e hotelaria.....	39
2.1.4.2. Pesca e atividade marisqueira, aquicultura e salicultura	43
2.1.5. Cultura e património	48
2.1.5.1. Património imóvel e atividades de interesse etnológico	48

2.1.6. Caracterização ambiental do espaço do Baixo Guadiana	54
2.1.6.1. Situação ambiental e espaços naturais	54
2.1.6.2. Biodiversidade	60
2.1.6.3. Usos do solo	64
2.1.6.4. Recursos hídricos	69
2.1.6.5. Mudança climática e incêndios florestais	75
2.1.6.6. Património Geológico e Mineiro.....	78
2.2. Análise SWOT	81
2.3. Contribuição para os desafios socioeconómicos estabelecidos para a Euroregião AAA.....	85
3. Conceção estratégica e plano de ação	87
3.1. Eixo Estratégico 1. Navegabilidade do rio Guadiana.....	87
3.2. Eixo Estratégico 2. Economia sustentável ligada ao rio	92
3.3. Eixo Estratégico 3. Conservação da biodiversidade e valorização do espaço rural	101
3.4. Eixo Estratégico 4. Gestão de riscos, mudança climática e desertificação	107
3.5. Eixo Estratégico 5. Cultura e Património.....	112
3.6. Eixo Estratégico 6. Qualidade de vida e cooperação entre os cidadãos e as instituições	116
4. Anexo123	
4.1. Alinhamento dos Eixos Estratégicos com a análise SWOT	124
4.2. Contribuição dos Eixos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)	125
4.3. Listagem de organismos e entidades participantes no processo de consulta	126

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa do Baixo Guadiana no contexto da Euroregião AAA	12
Figura 2. Organismos/centros diretivos que contribuem para o processo participativo	14
Figura 3. Análise das contribuições do processo participativo de consulta	15
Figura 4. Evolução da população na última década (2013-2022).....	20
Figura 5. Situação do risco de despovoamento na zona do Baixo Guadiana	22
Figura 6. Índice de envelhecimento na zona do Baixo Guadiana. Ano de 2022.....	23
Figura 7. Evolução da atividade empresarial.....	25
Figura 8. Distribuição dos estabelecimentos económicos por atividade económica. Ano de 2020	27
Figura 9. Densidade empresarial na zona do Baixo Guadiana. Ano de 2020	28
Figura 10. Evolução dos trabalhadores inscritos na Segurança Social	30
Figura 11. Evolução do emprego na zona do Baixo Guadiana	31
Figura 12. Análise do emprego no Baixo Guadiana por setores de atividade. Ano de 2021.....	32
Figura 13. Passagens fronteiriças na zona do Baixo Guadiana e territórios adjacentes	34
Figura 14. Atividade por estrada na passagem fronteiriça de Ayamonte/V.R.S. António.....	36
Figura 15. Infraestrutura portuária associada à zona do Baixo Guadiana.....	38
Figura 16. Movimento internacional de passageiros e veículos por via fluvial no Rio Guadiana.....	39
Figura 17. Distribuição da oferta turística no território do Baixo Guadiana	40
Figura 18. Dotação da oferta de estabelecimentos comerciais e hotelaria. Ano de 2020	42
Figura 19. Características da frota pesqueira na zona litoral do Baixo Guadiana	44
Figura 20. Evolução da pesca fresca nos portos pesqueiros do litoral do Baixo Guadiana	44
Figura 21. Evolução da Produção (pps) na aquicultura marinha de Huelva (NUTS III).....	46
Figura 22. Evolução das vendas de aquicultura no Algarve (NUTS II)	46
Figura 23. Espaços Naturais Protegidos ao abrigo de regulações nacionais e autonómicas.....	55
Figura 24. Espaços naturais pertencentes à Rede Natura 2000	57
Figura 25. Uso do solo na zona do Baixo Guadiana.....	65

Figura 26. Evolução dos usos de solo agrícola e florestal (ha) nos municípios espanhóis do Baixo Guadiana	66
Figura 27. Evolução dos usos de solo agrícola e florestal (ha) nos municípios portugueses do Baixo Guadiana	66
Figura 28. Tipologia de superfície de uso agrícola (ha)	68
Figura 29. Bacias hidrográficas no Alentejo, Algarve e Andaluzia	69
Figura 30. Série de precipitações anuais (mm) na zona Sul do Guadiana	70
Figura 31. Rede hidrográfica na zona do Baixo Guadiana	72
Figura 32. Índice de exploração da água (WEI+ -Water Exploration Index+-) na parte espanhola do Baixo Guadiana	73
Figura 33. Número de sinistros (incêndios mais conatos) florestais na província de Huelva por lustros ..	76
Figura 34. Número de incêndios florestais nos concelhos portugueses por lustros	76
Figura 35. Mapa do itinerário mineiro da Faixa Piritosa Ibérica.....	78
Figura 36. Vista aérea da Mina de São Domingos, com a sinalização do património mineiro	79

Índice de Tabelas

Tabela 1. Áreas de Cooperação Transfronteiriça no Baixo Guadiana	11
Tabela 2. Evolução do desemprego registado na zona do Baixo Guadiana após a crise da COVID-19... 33	
Tabela 3. Identificação dos bens imóveis culturais que formam o Património Histórico da zona do Baixo Guadiana 50	
Tabela 4. Identificação de atividades de interesse etnológico na província de Huelva	53
Tabela 5. Municípios e superfície do Baixo Guadiana com Espaços Naturais Protegidos	56
Tabela 6. Contribuição municipal do Baixo Guadiana para a Rede Natura 2000	58
Tabela 7. Principais barragens do Baixo Guadiana ordenadas de Norte a Sul	72
Tabela 8. Contribuição da Estratégia do Baixo Guadiana para os desafios socioeconómicos estabelecidos para a Euroregião AAA	85

1. A Estratégia do Baixo Guadiana no âmbito da cooperação transfronteiriça da Euroregião AAA

1.1. Análise do contexto da cooperação transfronteiriça

As **regiões do Alentejo, Algarve e Andaluzia** são territórios fronteiriços e limítrofes que têm um rico património natural, histórico e cultural, partilham fronteira natural física e uma grande parte das suas principais características geográficas, económicas, sociais, históricas e culturais, o que **favorece a cooperação entre elas, sem prejuízo da sua diferente estrutura política e administrativa.**

As **atuações de cooperação transfronteiriça entre estas três regiões** remontam a fins do século passado, e fruto destas relações, **no ano de 2010 foi constituída a Comunidade de Trabalho «Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia»¹** (de agora em diante Euroregião AAA), um organismo sem personalidade jurídica, cujo alcance territorial se estende ao espaço geográfico das três regiões, e que constitui um **instrumento fundamental para participar de forma conjunta nos programas e ações comunitárias desenvolvidos no quadro da Cooperação Territorial Europeia.**

Este organismo, conforme detalhado na Convenção de cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho «Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia» subscrito em 2 de março de 2022², **apresenta os seguintes objetivos:**

- Promover o conhecimento e a aproximação entre as populações das três regiões e constituir canais e mecanismos estáveis para tal.
- Impulsionar e coordenar iniciativas, projetos e propostas de ação para a cooperação, integração e intercâmbio entre as três regiões.
- Promover o diálogo e a cooperação entre entidades públicas e privadas das três regiões para contribuir para a integração económica e social, a geração de vantagens competitivas em comum, assim como o desenvolvimento dos respetivos territórios fronteiriços.
- Contribuir para fortalecer a competitividade internacional da «Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia» gerando na fachada sul atlântica um espaço de crescimento baseado na especialização inteligente e na digitalização.

¹ Resolução de 28 de junho de 2010, da Secretaria de Estado da Cooperação Territorial, pela qual se publica a Convenção de cooperação transfronteiriça com a Comunidade Autónoma da Andaluzia, a Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e a Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, para a constituição da Comunidade de Trabalho «Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia». BOE nº 166, de 9 de julho de 2010.

² Resolução de 4 de abril de 2022, da Secretaria Geral da Coordenação Territorial, pela qual se publica a Convenção de cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho «Euroregião Alentejo Algarve-Andaluzia». BOE nº 86, de 11 de abril de 2022.

- Fomentar, no quadro do Pacto Verde Europeu, um desenvolvimento sustentável e equilibrado do território da Euroregião que promova uma economia limpa, proteja o nosso habitat natural e impulse a luta contra a mudança climática no espaço que a forma.
- Coordenar e impulsionar projetos, programas e propostas conjuntas que possam beneficiar de cofinanciamento da União Europeia, especialmente através dos programas de cooperação transfronteiriça.
- Executar as tarefas previstas para as Comunidades de Trabalho no quadro dos instrumentos aceites pelos Estados Espanhol e Português.

Assim, no âmbito da Comunidade de Trabalho AAA da Euroregião, os esforços visam **promover o diálogo, a participação e a cooperação entre as coletividades territoriais** tendo em vista a integração económica e social, a geração de vantagens competitivas em comum e o **desenvolvimento regional, urbano e rural dos respetivos territórios fronteiriços**.

Neste quadro de colaboração, no ano de 2022 foi elaborada a **Estratégia Territorial de Cooperação Transfronteiriça da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia. Horizonte 2027** (de agora em diante Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027), um instrumento de planeamento que tem por missão **fortalecer as relações fronteiriças** no espaço que compreende as três regiões, estabelecendo um **roteiro** que impulse o desenvolvimento de projetos e iniciativas conjuntas destinadas ao crescimento e à coesão económica, social, ambiental e cultural, a exploração sustentável dos recursos endógenos, assim como a melhoria das condições de vida dos seus habitantes e a aproximação das populações dos dois lados da fronteira. Para tal, estabelece-se um cenário de atuação que **gira em torno de 8 Eixos Estratégicos de Intervenção**:

Eixo 1- Crescimento inteligente: fomento da investigação, da inovação e da digitalização em setores-chave

Eixo 2- Espírito empreendedor, competitividade empresarial, atração de novas empresas e fomento de atividades económicas estratégicas e de alto valor acrescentado

Eixo 3- Desenvolvimento sustentável: Proteção, conservação e valorização dos ecossistemas naturais, da biodiversidade e do meio ambiente urbano

Eixo 4- Luta contra a mudança climática, impulsionando a transição para as energias renováveis e o aumento da eficiência energética

Eixo 5- Conservação, desenvolvimento e promoção dos recursos endógenos do território: Cultura e Turismo Sustentável

Eixo 6- Crescimento azul, através do potencial do meio marinho e costeiro

Eixo 7- Conectividade, acessibilidade e mobilidade através das infraestruturas transfronteiriças

Eixo 8- Crescimento integrador mediante a gestão conjunta dos serviços básicos para o bem-estar social

1.2. Motivação da Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana

A cooperação entre as regiões do Alentejo-Algarve-Andaluzia foi assumindo forma nas últimas décadas mediante o desenvolvimento de projetos, fundamentalmente financiados através da iniciativa INTERREG, e em particular, mediante o **Programa de cooperação transfronteiriça INTERREG Espanha-Portugal (de agora em diante POCTEP)**, cujo novo planeamento para o Horizonte 2021-2027 foi aprovado por decisão da Comissão Europeia em 22 de agosto de 2022, contando com uma ajuda FEDER de 320 milhões de euros.

O **POCTEP 2021-2027** foi articulado em **prioridades** que respondem a quatro Objetivos Políticos (OP) mais um Objetivo Específico INTERREG-1, estabelecendo-se diferentes tipos de ações que poderão ser financiadas com cada um deles:

- OP 1. «Uma Europa mais inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente»
- OP2. «Uma Europa mais verde, hipocarbónica, em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono e resiliente, promovendo uma transição energética limpa e equitativa, o investimento verde e azul, a economia circular, a atenuação e adaptação à mudança climática, a prevenção e gestão de riscos e a mobilidade urbana sustentável»
- OP4. «Uma Europa mais social e inclusiva, por intermédio da aplicação do pilar europeu de direitos sociais»
- OP 5. «Uma Europa mais próxima dos seus cidadãos, fomentando o desenvolvimento integrado e sustentável de todo o tipo de territórios e iniciativas locais»
- OE-INTERREG 1. «Uma melhor governação da cooperação»

Dentro do conjunto de **prioridades** incluídas neste Programa, deve-se assinalar a **número 6** cujo objetivo é *"Impulsionar, através da cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento de estratégias **multissetoriais** de desenvolvimento integrado e sustentável"*, através da execução de projetos que permitam **a implementação no território de estratégias de desenvolvimento à escala territorial reduzida**. Para tal, propõe-se a colocação em funcionamento de ações que contribuam para a articulação funcional desses espaços a partir de uma perspetiva de cooperação transfronteiriça.

Neste contexto, na área geográfica formada pelas regiões do Alentejo-Algarve-Andaluzia, delimitou-se a área funcional da **"Faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana"**, bacia hidrográfica transfronteiriça caracterizada por contar com uma **fronteira marcada pelo rio Guadiana**, uma grande **diversidade paisagística e cultural**, uma estrutura político-administrativa diferenciada e uma **economia marcada pela forte presença de setores como o turismo e a agricultura**.

No Baixo Guadiana, observa-se um forte contraste entre a zona interior, com baixa densidade e eminentemente rural, e as populações urbanas do litoral. Apesar da variedade **físico-natural** que caracteriza esta zona, pelos seus espaços e conformação geográfica, os municípios que formam a área do Baixo Guadiana apresentam desafios semelhantes como o despovoamento, o envelhecimento da sua população, a falta de tecido produtivo ou os efeitos da mudança climática na biodiversidade dessa área, fatores que impedem que se alcance um ótimo desenvolvimento económico e maiores cotas de prosperidade e bem-estar nos cidadãos destas áreas locais. Trata-se, portanto, de um espaço, **com características e aspetos partilhados** nos planos físico, demográfico, económico e social, em que se observam tendências comuns **sem oferecer, não obstante, no seu conjunto, uma imagem homogénea.**

Este contexto possibilita a existência de interesses comuns e complementares, cujo desenvolvimento mediante **ações de cooperação transfronteiriça gerariam uma vantagem competitiva e um maior impacto** nos resultados alcançados. Desta forma, apresenta-se a *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* que, sob o objetivo geral de impulsionar o desenvolvimento socioeconómico transfronteiriço, se estrutura nos seguintes Eixos Estratégicos de intervenção:



Navegabilidade do rio Guadiana



Economia sustentável ligada ao rio



Conservação da biodiversidade e valorização do espaço rural



Gestão de riscos, mudança climática e desertificação



Cultura e património



Qualidade de vida e cooperação entre os cidadãos e as instituições

1.3. Identificação de espaços que formam a Área Funcional do Baixo Guadiana

A área funcional de intervenção no quadro da presente Estratégia centra-se na zona correspondente à faixa do rio Guadiana entre as NUTS 3 de Huelva (na Espanha) e Algarve e Baixo Alentejo (na parte de Portugal). Nesta zona, o rio Guadiana mostra-se como uma fronteira natural e um recurso partilhado essencial no desenvolvimento socioeconómico do espaço transfronteiriço. É precisamente a proximidade e ligação ao rio que propicia o facto de os territórios dos dois lados da fronteira apresentarem normas culturais e económicas semelhantes.

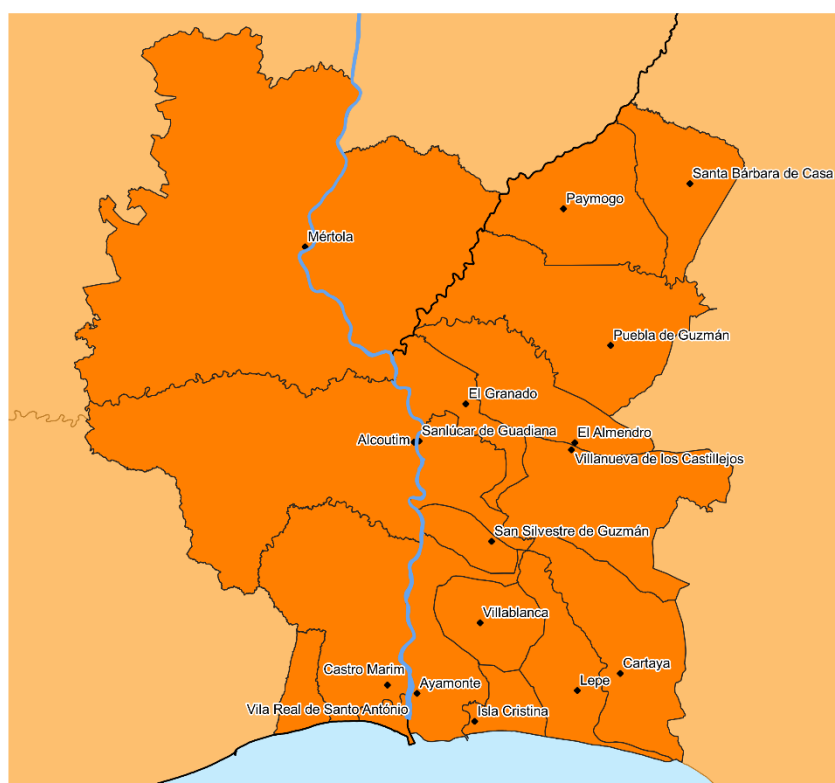
Desta forma, o âmbito de cooperação proposto para esta área funcional é constituído por um total de **17 municípios ou concelhos fronteiriços**, que percorrem a zona de costa e a comarca do Andévalo Ocidental na província de Huelva, e no caso de Portugal, os distritos de Faro e Beja.

Tabela 1. Áreas de Cooperação Transfronteiriça no Baixo Guadiana

NUTS II	NUTS III	Município/Concelho
Andaluzia (ES61)	Huelva (ES615)	Isla Cristina
		Ayamonte
		Lepe
		Cartaya
		Villablanca
		San Silvestre del Guzmán
		Sanlúcar de Guadiana
		Villanueva de los Castillejos
		El Almendro
		El Granado
		La Puebla del Guzmán
		Paymogo
		Santa Bárbara de Casa
Algarve (PT 15)	Algarve (PT 150)	Vila Real de Santo António
		Castro Marim
		Alcoutim
Alentejo (PT 18)	Baixo Alentejo (PT 184)	Mértola
Fonte: Elaboração própria		

Este alcance territorial definido identifica o espaço onde serão efetuadas, de forma preferencial, as atividades programadas, sem prejuízo de se poder atuar fora deste espaço sempre que se considere necessário.

Figura 1. Mapa do Baixo Guadiana no contexto da Euroregião AAA



Fonte: Elaboração própria

1.4. O processo participativo para a elaboração da Estratégia do Baixo Guadiana

A elaboração da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* tem-se sustentado na conceção e colocação em funcionamento de um processo participativo desenvolvido durante os **meses de março e abril do ano de 2023** tendo em vista envolver os agentes representativos do território transfronteiriço no que se refere ao seu desenvolvimento local, social, económico e ambiental. Deve-se assinalar que estes agentes consultados têm, em determinados casos, experiência prévia na participação em projetos de Cooperação Territorial Europeia (CTE), e de forma particular, no quadro do Programa Interreg V-A da Espanha-Portugal (POCTEP).

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi contar com a **valorização e o conhecimento dos atores do território partilhado** para a elaboração de um plano de ação que aglutine as potenciais intervenções a desenvolver no *Horizonte 2027* no âmbito da cooperação. Neste sentido, a partir da Secretaria-Geral da Ação Externa, da União Europeia e da Cooperação do Ministério Regional da Presidência, do Interior, do Diálogo Social e da Simplificação Administrativa da Junta da Andaluzia, em colaboração com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo foi enviada por e-mail para estes organismos uma **ficha de contribuição** solicitando informações expressas sobre as seguintes áreas de informação:

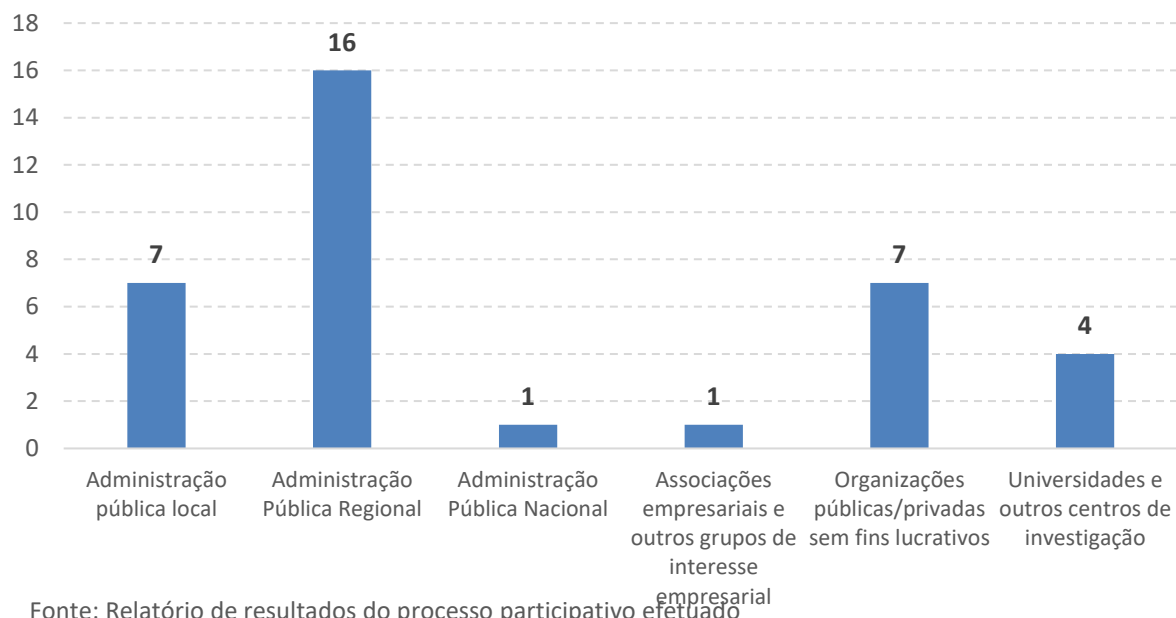
- Identificação de **Eixos Estratégicos** sobre os quais se possa centrar o plano de atuação.
- **Linha de Atuação** que se propõe desenvolver.
- **Tipologia das ações e medidas concretas a efetuar.**
- **Resultados que se esperam obter no território do Baixo Guadiana com o desenvolvimento da linha de atuação.**

A proposta de pedido de informações teve um carácter aberto, podendo um mesmo agente efetuar todas as contribuições que considerar necessárias para responder às necessidades do território da zona do Baixo Guadiana. A exploração de todas as informações derivou na **conceção de 6 Eixos Estratégicos** sobre os quais roda o plano de ação, e que foram anteriormente definidos.

O balanço geral do processo de consulta traduziu-se na **contribuição de 36 instituições³ (incluindo os seus centros diretivos)**, 16 dos quais pertencem à área da administração pública de carácter regional. Além disso, contribuíram 7 administrações públicas locais, 7 organizações público/privadas sem fins lucrativos e 4 universidades e/ou centros de investigação; entre os principais organismos mais ativos.

³ Veja a listagem completa de agentes participantes no Anexo.

Figura 2. Organismos/centros directivos que contribuem para o processo participativo

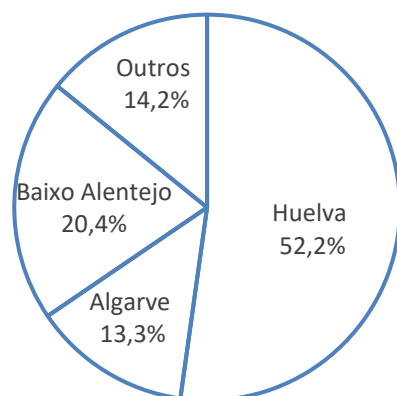


O grau de resposta alcançado permitiu obter um **total de 113 contribuições** sobre potenciais atuações a desenvolver no espaço de cooperação transfronteiriça para a zona do Baixo Guadiana. Atendendo ao tipo de organismo, 37% do total foram efetuadas pela **administração pública local**. Além disso, as **organizações público/privadas sem fins lucrativos** ofereceram 28%, enquanto a **administração pública regional** proporcionou 27%. **Em resumo, 8 de cada 10 contribuições são provenientes destes três organismos.**

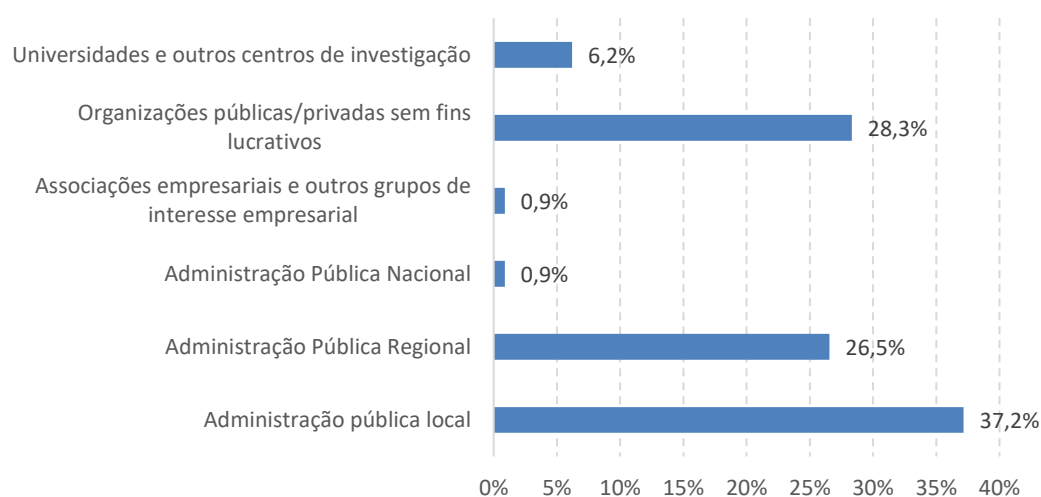
Atendendo à origem das contribuições, **52% foram efetuadas por instituições (e pelos seus centros directivos) ligados à NUTS III de Huelva**. A atividade de organismos provenientes de Portugal traduz-se numa contribuição de **20% provenientes do Baixo Alentejo (NUTS III) e 13% do Algarve (NUTS III)**. Cerca de 14% das contribuições são externas aos territórios assinalados.

Figura 3. Análise das contribuições do processo participativo de consulta

Origem das respostas recebidas



Tipologia dos agentes de acordo com a resposta recebida



Fonte: Relatório de resultados do processo participativo efetuado

1.5. Seguimento e avaliação da Estratégia

1.5.1. Mecanismos de coordenação

Relativamente ao desenvolvimento da fase de acompanhamento e avaliação da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* está prevista a manutenção da estrutura orgânica e funcional definida no Acordo de Cooperação transfronteiriça da Comunidade de Trabalho da Euroregião AAA, apoiado pelos seguintes órgãos de tal Comunidade de Trabalho:

Comité de Coordenação

O Comité é composto por três coordenadores gerais designados, respetivamente, por cada uma das instâncias e entidades territoriais, tendo entre as suas funções, de um modo geral, *efetuar o acompanhamento, avaliação e controlo das ações do plano de atividades aprovado pelo Conselho*.

Desta forma, este **Comité de Coordenação será o órgão encarregado de avaliar periodicamente os resultados que estão a ser alcançados e o grau de cumprimento dos Eixos Estratégicos e linhas de ação que formam a Estratégia** através do acompanhamento e controlo de uma série de indicadores definidos para tal fim. De igual modo, será o órgão responsável por reorientar a *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* quando as conclusões dos relatórios de acompanhamento e avaliação assim o aconselharem.

De um modo particular, as funções do Comité serão:

- ✓ Efetuar o acompanhamento da execução do plano de ação da Estratégia e valorizar a consecução dos objetivos, assim como os resultados alcançados, através da análise dos relatórios de acompanhamento.
- ✓ Reorientar, se for pertinente, a arquitetura de intervenção e objetivos da Estratégia a partir das propostas estabelecidas pelo Secretariado.
- ✓ Facilitar, promover e coordenar a execução da Estratégia com os organismos públicos, empresas e associações setoriais que formam o ecossistema de agentes fundamentais para o desenvolvimento económico do espaço transfronteiriço.
- ✓ Solicitar ao Secretariado todas as informações de que necessite para o adequado exercício das suas funções. Neste sentido, juntamente com o relatório de acompanhamento da implementação da Estratégia, será solicitado um relatório sobre o estado de avanço em matéria de biodiversidade, áreas ou espaços protegidos e património cultural com a avaliação das administrações competentes nestas áreas de intervenção e outras entidades de interesse.
- ✓ Reportar ao Conselho da Euroregião AAA sobre os relatórios de acompanhamento.

Secretariado

O Secretariado estará representado pelo Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (de agora em diante GIT) e será composto pelo pessoal designado por cada uma das instâncias e entidades territoriais constituintes da Comunidade de Trabalho da Euroregião AAA.

O Secretariado será o órgão encarregado de conceber e implementar ferramentas (plataformas de trabalho, bases de dados, etc.) e documentos que garantam a disponibilidade de informações e os relatórios necessários ao Comité de Coordenação, para que possa efetuar o seu desempenho em matéria de acompanhamento e avaliação. As suas funções serão as seguintes:

- ✓ Compilar, quantificar, tratar e analisar as informações relativas ao painel de indicadores que será proposto para o acompanhamento e avaliação da Estratégia.
- ✓ Estabelecer propostas de modificação das linhas de atuação, tendo em vista melhorar a conceção estratégica e avançar na consecução dos objetivos estabelecidos.
- ✓ Efetuar, conceber e dirigir os trabalhos dos relatórios de acompanhamento da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* a apresentar ao Comité de Coordenação. Semestralmente será efetuada uma consulta específica às administrações competentes em matéria de biodiversidade, áreas ou espaços protegidos e património cultural, assim como a outras entidades de interesse nestas áreas de desenvolvimento, para se dar a conhecer o estado de execução do plano de ação da Estratégia e compilar as avaliações destes organismos.
- ✓ Conceber e dirigir os trabalhos de avaliação externa da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana*.

1.5.2. Periodicidade do acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e avaliação da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* será efetuado através dos relatórios seguintes:

1. **Relatórios de acompanhamento semestrais**, através dos quais se apresentará de forma sintética o grau de avanço e os resultados alcançados nos Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação postas em funcionamento, os recursos financeiros aplicados, assim como os problemas que se observam com a implementação da Estratégia, juntamente com as eventuais consequências e soluções propostas para a sua resolução. Estes relatórios incorporarão as avaliações específicas que serão formuladas às administrações competentes (e outras entidades de interesse) em matéria de biodiversidade, áreas ou espaços protegidos e património cultural.

2. **Avaliação intermédia:** referida ao período compreendido desde o início da execução até ao fim do ano de 2026. A finalidade deste exercício de avaliação será:
- ✓ **Adequação da conceção estratégica**, determinando a existência de eventuais defeitos na determinação dos objetivos e/ou nos fundamentos lógicos para os conseguir.
 - ✓ **Avaliação do progresso** dos Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação para a consecução dos objetivos.
 - ✓ Avaliação do **alcance dos resultados obtidos** com a implementação do plano de ação, de carácter quantitativo e qualitativo.
 - ✓ Avaliação dos **recursos financeiros** que foram aplicados e a sua distribuição temática ou setorial.
 - ✓ Avaliação do **grau de contribuição** das atividades desenvolvidas sobre o **princípio da igualdade de género e igualdade de oportunidades**.
3. **Avaliação final:** referida ao período compreendido desde o início da execução até ao fim do ano de 2028. A finalidade deste exercício será determinar a **eficácia** das medidas implementadas, avaliando o alcance dos **resultados previstos** em cada um dos Eixos Estratégicos definidos. De igual modo, avaliar-se-á o **grau de satisfação** dos agentes representativos do espaço de cooperação na zona transfronteiriça do Baixo Guadiana com os êxitos alcançados e a perspetiva inclusiva das atuações desenvolvidas.

2. Diagnóstico Estratégico

2.1. Caracterização socioeconómica e ambiental do espaço do Baixo Guadiana

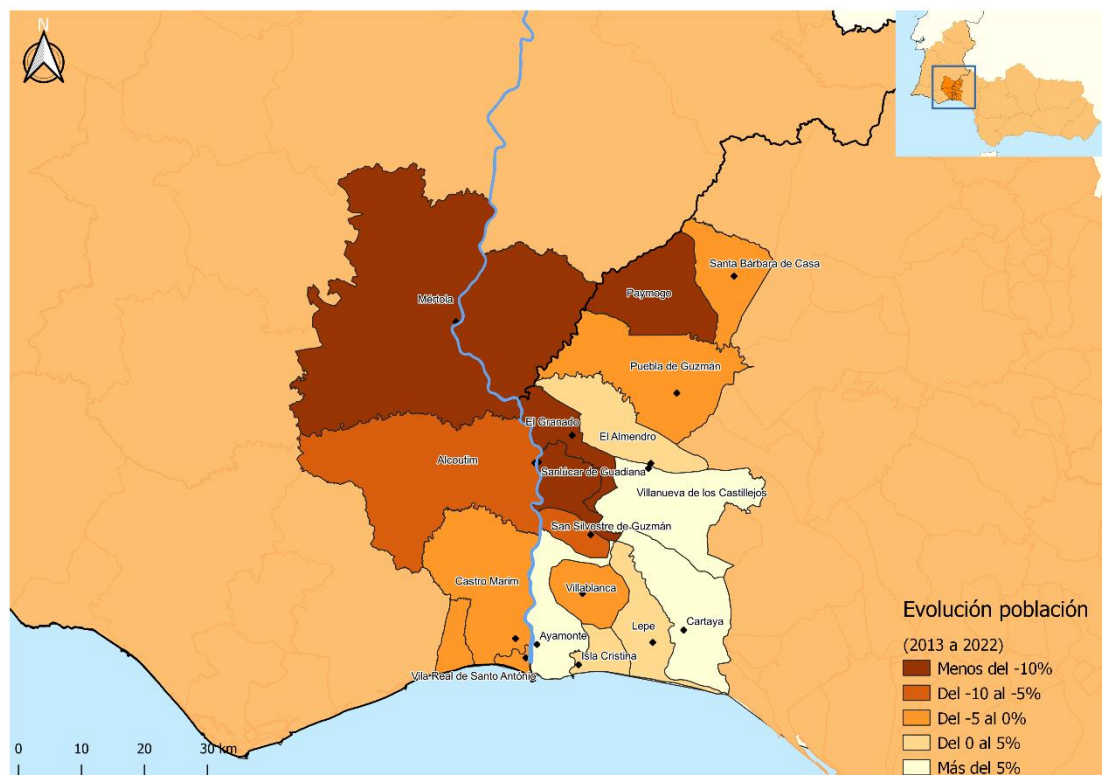
2.1.1. Fatores demográficos que determinam a zona do Baixo Guadiana

2.1.1.1. Análise territorial e tendência demográfica

- A área de influência socioeconómica descrita para a **zona do Baixo Guadiana** abrange uma extensão total de **4.251 Km²**, 47,5% dos quais pertencem aos 13 municípios da NUTS III de Huelva. No caso de Portugal, o concelho de *Mértola* (NUTS III- Baixo Alentejo) concentra 30,4% da superfície da zona, enquanto os concelhos incluídos na NUTS III do Algarve (*Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António*) representam os 22,0% restantes da extensão da zona transfronteiriça. **A superfície da zona do Baixo Guadiana representa 3,4% do território do espaço partilhado da Euroregião AAA.**
- O espaço transfronteiriço de referência é caracterizado por contemplar territórios que se localizam **tanto em zonas do litoral: *Isla Cristina Ayamonte, Lepe, Cartaya* (na NUTS III de Huelva); *Vila Real de Santo António e Castro Marim* (na NUTS III do Algarve); como em zonas rurais do interior** (os restantes 17 municípios que formam a zona do Baixo Guadiana, tendo em atenção a classificação DEGURBA).
- Na área de intervenção do Baixo Guadiana residia, no ano de 2022, um total de **139.952 habitantes, o que representa 1,4% da população da Euroregião AAA. Em termos evolutivos, observa-se na última década um ligeiro aumento do volume populacional de 0,8%. No entanto, a variação populacional mostra uma tendência díspar entre territórios, com um comportamento que só se observa que é dinâmico na zona de costa da província de Huelva e em duas localidades de Huelva da zona interior, perdendo-se população no resto do território compartilhado. Desta forma, 11 municípios da zona do Baixo Guadiana tiveram uma sua população ao longo da última década (período de 2013-2022).**
- De forma detalhada, os **municípios da costa de Huelva (*Ayamonte, Lepe, Cartaya*)** experimentam de um modo geral um **dinamismo populacional** entre os anos de 2013 e 2022, com ritmos de crescimento que oscilam entre 4 e 7%, salvo a *Isla Cristina*, onde o crescimento populacional é muito reduzido (0,4%). No **caso de Portugal, mais concretamente no Algarve (NUTS III)**, os concelhos de *Vila Real de Santo António e Castro Marim* apresentam uma **perda populacional** durante este período de 1,8 e 2,6%, respetivamente.
- Os **municípios da zona interior** mostram de forma generalizada uma diminuição da sua população na última década, especialmente intensa nas localidades de *El Granado, Paymogo e Sanlúcar de Guadiana* (NUTSIII-Huelva), *Alcoutim* (NUTS III-Algarve) e *Mértola* (NUTSIII- Baixo Alentejo) todas elas com ritmos de redução populacional de intensidade superior a -9%. Apenas *El Almendro*, que não sofre variação, e *Villanueva de los Castillejos*, que viu a sua população aumentada em 5,9%, é que representam uma exceção ao **processo**

de despovoamento que acompanha a zona rural do espaço transfronteiriço do Baixo Guadiana.

Figura 4. Evolução da população na última década (2013-2022)



Fonte: Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía (IECA); Anuários Estatísticos Regionais (INE)

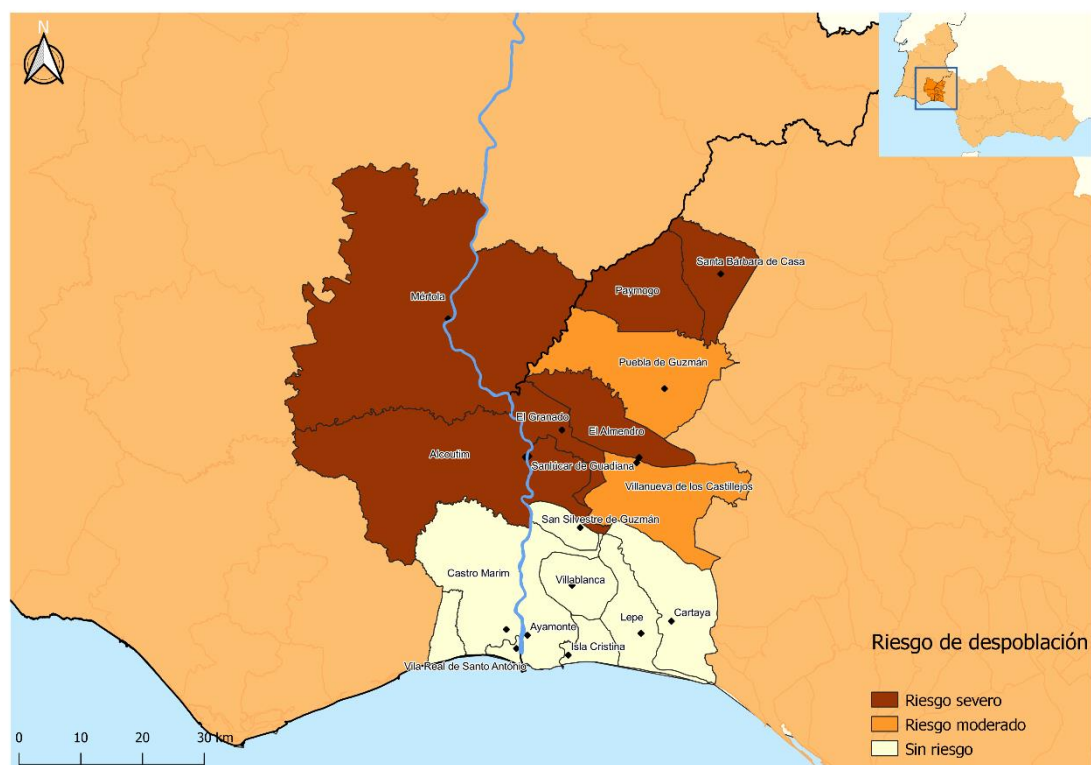
Evolución población (2013 a 2022)	Evolução da população (2013 a 2022)
Menos del -10%	Menos de -10%.
Del -10 al -5%	De -10 a -5%.
Del -5 al 0%	De -5% a 0%.
Del 0 al 5%	De 0 a 5%.
Más del 5%	Mais de 5%

- Outra característica que define o espaço do Baixo Guadiana é o **reduzido tamanho dos seus municípios integrantes**, pois 58,9% destes têm menos de 5.000 habitantes, centrando-se em vários deles as reduções populacionais mais intensas que foram assinaladas anteriormente. Caso se tenha em atenção a zona interior do Baixo Guadiana de forma completa, todas as localidades registam um volume populacional inferior a 10.000 habitantes. **Pode-se concluir que o fenómeno do despovoamento é eminentemente rural, afetando mais intensamente os municípios mais pequenos.**

- A **densidade populacional na zona do Baixo Guadiana** situa-se em 2019 em **32,1 habitantes por Km²**, um valor muito **inferior** ao observado na Euroregião AAA, que é de 77,3 hab./ Km². Esta **baixa densidade populacional, juntamente com a tendência de despovoamento, são fatores que dificultam a prestação de serviços básicos nestes territórios**, embora esta situação não seja homogénea em todo o espaço transfronteiriço, pois em linha com o que fica exposto, observa-se um **forte contraste entre as localidades da zona costeira** (426,7 hab./ Km² na *Isla Cristina* ou 308,4 hab./ Km² em *Vila Real de Santo António*) **relativamente à zona interior**, onde municípios como *El Almendro*, *El Granado*, *Paymogo*, *Sanlúcar de Guadiana* (NUTSIII-Huelva), *Alcoutim* (NUTS III-Algarve) e *Mértola* (NUTSIII- Baixo Alentejo) apresentam menos de 6 habitantes por Km².
- Desta forma, **nove municípios da zona do Baixo Guadiana** (52,9%) têm uma densidade inferior a 12,5 hab./Km², limiar que a União Europeia⁴ considera como **risco de despovoamento** (zonas pouco povoadas). Esta situação afeta mais gravemente **sete** destes nove **municípios** (41,1%), por serem considerados como zonas pouco povoadas (densidade inferior a 8 hab./Km²) e **em risco grave de despovoamento**.
- A perda de população é acompanhada dos efeitos do **processo de envelhecimento**. No espaço fronteiriço do Baixo Guadiana há 26.523 **maiores de 64 anos**, aproximadamente **1 de cada 5 pessoas** (19%), tendo o peso deste grupo aumentado em mais de 2 pontos percentuais ao longo da última década.
- **O envelhecimento concentra-se especialmente nos pequenos municípios rurais**, tal como se observa em *El Granado* ou *Sanlúcar de Guadiana* (NUTSIII-Huelva) onde o peso dos idosos ultrapassa 30% da população total. **Nas localidades portuguesas o processo de envelhecimento é muito mais intenso**, mostrando os maiores de 64 anos uma participação de 47,8% no caso de *Alcoutim* (NUTS III-Algarve) e de 36,9% em *Mértola* (NUTSIII- Baixo Alentejo).
- Tendo em conta o que fica expresso, o índice de envelhecimento na zona do Baixo Guadiana situa-se em 1,33, isto é, há 133 maiores de 64 anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Este **índice aumentou de forma progressiva nos últimos anos**, pois em 2013 situava-se em 1,04. A nível global, no âmbito da Euroregião AAA regista-se um valor semelhante no ano de 2022 (1,30). De um modo particular, deve-se assinalar que **em 44,4% dos municípios do Baixo Guadiana o índice de envelhecimento já ultrapassa o rácio de 2 maiores por cada menor de 15 anos**.

⁴ Diretrizes sobre as ajudas estatais de finalidade regional para o período de 2014-2020 (2013/C 209/01).

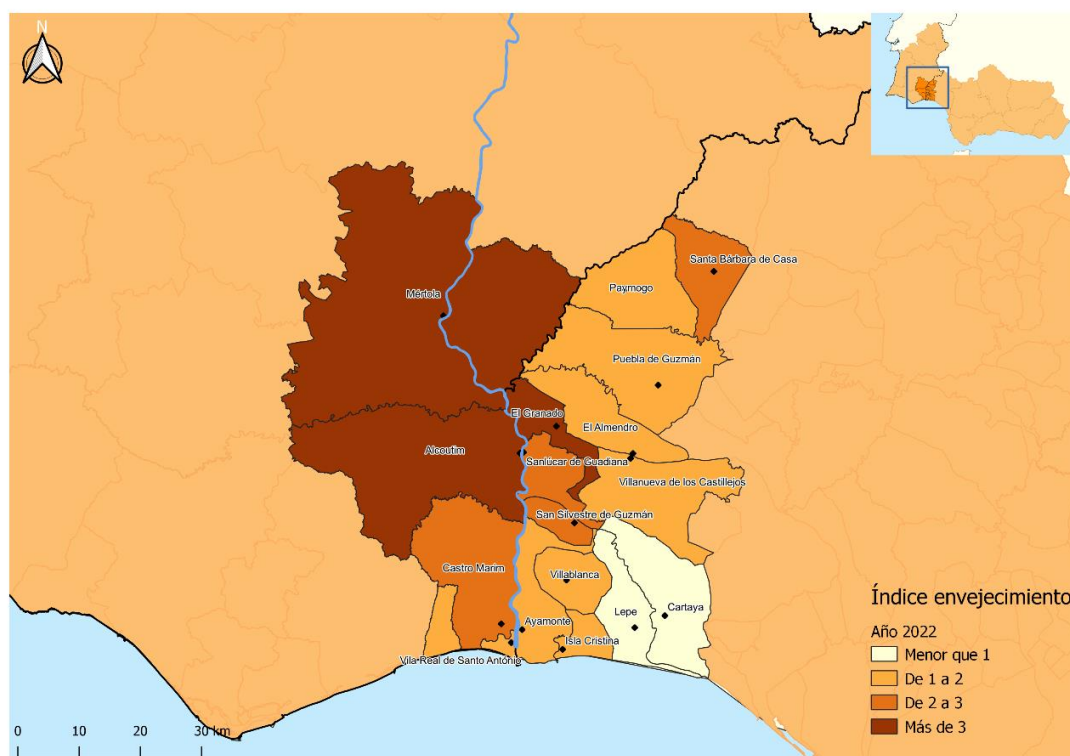
Figura 5. Situação do risco de despovoamento na zona do Baixo Guadiana



Fonte: Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía (IECA); Anuários Estatísticos Regionais (INE)

Riesgo de despoblación	Risco de despovoamento
Riesgo severo	Risco grave
Riesgo moderado	Risco moderado
Sin riesgo	Sem risco

Figura 6. Índice de envelhecimento na zona do Baixo Guadiana. Ano de 2022



Índice de envelhecimento: Percentagem que representa a população maior de 64 anos em relação à população menor de 15 anos

Índice envejecimiento	Índice de envelhecimento
Año 2022	Ano 2022
Menor que 1	Menos de 1
De 1 a 2	1 a 2
De 2 a 3	2 a 3
Más de 3	Mais de 3

2.1.2. Atividade empresarial e mercado laboral

2.1.2.1. Situação e evolução do tecido empresarial

- O **tecido empresarial na zona do Baixo Guadiana** ascendeu a **10.660 empresas⁵** e os **12.358 estabelecimentos⁶** no ano de **2020**, que representam **1,39% do stock de empresas e estabelecimentos na Euroregião AAA**. Ao homogeneizar os dados nos dois lados da fronteira, utilizando unicamente as secções comuns da Classificação Nacional das Atividades Económicas (de agora em diante CNAE),⁷ este número diminui para 8:473 empresas e 9.929 estabelecimentos, se bem que o seu peso em relação ao total da Euroregião AAA se mantenha num valor semelhante (1,35%).
- Destas empresas e estabelecimentos, 55,9% (59,7% nos estabelecimentos) estão situados na NUTS III Huelva, enquanto nas NUTS III Algarve e Baixo Alentejo se localizam 37,4% e 6,7% respetivamente das empresas restantes, (34,3% e 6,0% no que se refere a estabelecimentos). Pela sua parte, **as zonas do litoral concentram 83,7% destas empresas** (84,5% de estabelecimentos) enquanto **nas zonas rurais do interior este valor se reduz a 16,3%** (15,5% de estabelecimentos); esta comparação com informação sobre estabelecimentos oferece resultados muito semelhantes.
- **Em termos evolutivos**, observa-se na **década de 2011-2020 um aumento do stock empresarial** na área de intervenção **de 6,3%**, que se eleva a **8,8%** no caso dos **estabelecimentos**. Estes valores encontram-se abaixo dos dados que a Euroregião AAA apresenta durante o mesmo período, cujo stock de empresas e estabelecimentos cresce 8,8 e o 11,9%, respetivamente.
- Neste sentido, **o comportamento do tecido empresarial e de estabelecimentos na zona do Baixo Guadiana esteve em consonância com a evolução do ciclo económico**, observando-se durante o período de 2011-2014 uma diminuição do stock empresarial de 2,7% (-1,8% nos estabelecimentos) em consequência da grande recessão de 2008, seguida de um aumento durante o período de 2014-2019 de 10,0% (+12,4% nos estabelecimentos) e de uma queda em 2020 de 0,6% (-1,4% nos estabelecimentos) que evidencia os primeiros efeitos da pandemia.

⁵ Entende-se por empresa: Qualquer organização definida juridicamente, com contabilidade independente, submetida a uma autoridade de governo que pode ser, conforme os casos, uma pessoa coletiva, ou uma pessoa singular e constituída para exercer num ou em vários lugares, uma ou mais atividades de produção de bens ou prestação de serviços. Fonte: Relatório metodológico estandardizado da atividade Diretório de empresas e estabelecimentos com atividades económicas na Andaluzia.

⁶ Entende-se por estabelecimento: Unidade produtora de bens ou/e serviços que desenvolve uma ou mais atividades de carácter económico ou social, sob a responsabilidade de um titular ou empresa, num local situado num local fixo e permanente. Quando a atividade não é exercida num local fixo, considera-se como estabelecimento o lugar a partir do qual se organiza a referida atividade. Fonte: Relatório metodológico estandardizado da atividade Diretório de empresas e estabelecimentos com atividades económicas na Andaluzia.

⁷ Estas secções CNAE comuns são as seguintes: B–J, L–N, P–S.

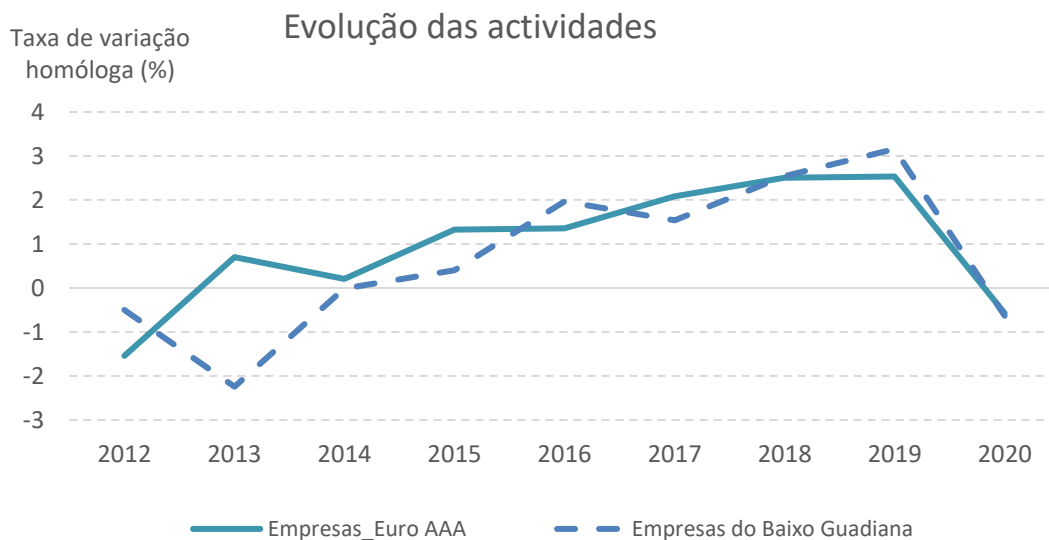
B. Indústrias extrativas; C. Indústria transformadora; D. Fornecimento de energia elétrica, gás, vapor e ar condicionado; E. Fornecimento de água, atividades de saneamento, gestão de resíduos e descontaminação; F. Construção; G. Comércio grossista e retalhista; Reparação de veículos a motor e motocicletas; H. Transporte e armazenamento; I. Hotelaria; J. Informação e comunicações

L. Atividades imobiliárias; M. Atividades profissionais, científicas e técnicas; N. Atividades administrativas e serviços auxiliares

P. Educação; Q. Atividades sanitárias e de serviços sociais; R. Atividades artísticas, recreativas e de entretenimento; S. Outros serviços

- O efeito da crise de 2008 na atividade empresarial na zona do Baixo Guadiana no período de 2011-2014 foi especialmente virulento nos concelhos portugueses, cujo stock de empresas retrocedeu 10,2 pontos percentuais (p.p.), (-9,6 p.p. nos estabelecimentos) enquanto nos municípios de Huelva, o stock empresarial aumentou 3,3 pontos (+3,8 p.p. nos estabelecimentos).

Figura 7. Evolução da atividade empresarial



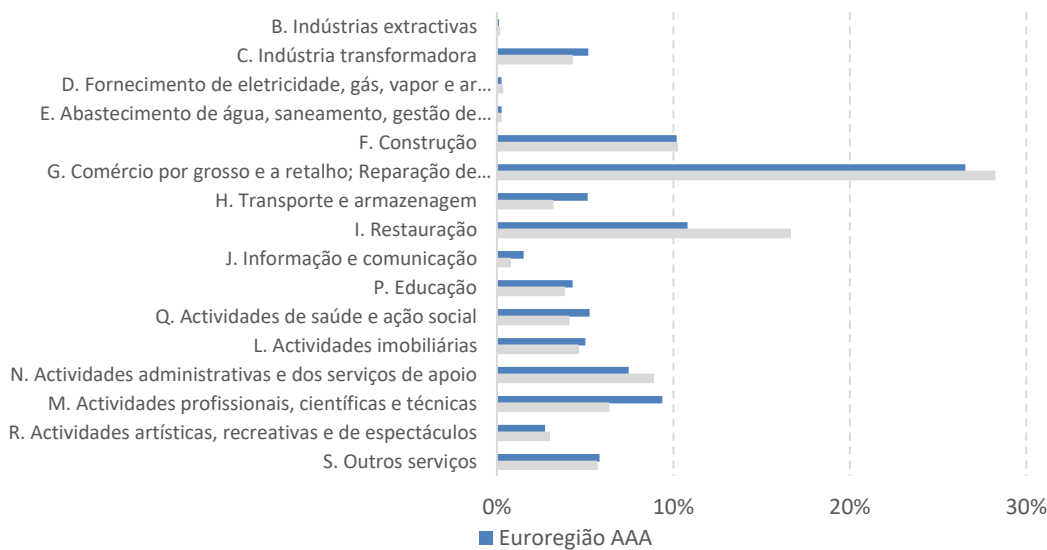
Fonte: Sistema de Informação Multiterritorial da Andaluzia (IECA) e INE (PT)

- De forma concreta, **as localidades do interior Mértola** (NUTS III Baixo Alentejo) e **Alcoutim** (NUTS III Algarve) **experimentaram as maiores reduções do stock de estabelecimentos durante o início da década de (2011-2014)**, tendo oscilado em torno dos 13 p.p. **No caso dos estabelecimentos nas localidades de Huelva, observa-se uma evolução díspar entre os seus municípios, tanto costeiros como do interior.** Assim, apesar da fase recessiva durante este período, nota-se um avanço significativo dos estabelecimentos em localidades costeiras como *Ayamonte* (+3,6%), *Cartaya* (+6,7%) e *Lepe* (+8,2%) enquanto o contrário acontece na *Isla Cristina*, cujo stock de estabelecimentos retrocede (-3,7%). No caso das localidades de Huelva do interior, observa-se que o stock de estabelecimentos avança em municípios como *Puebla de Guzmán* (+8,8%) enquanto retrocede noutros como Villablanca (-6,3%).
- **A recuperação do stock empresarial na zona de intervenção durante o período de 2014-2019 também foi mais intensa nos concelhos portugueses**, cujo tecido empresarial aumentou 18,0% (18,1% nos estabelecimentos) enquanto nos territórios de Huelva do Baixo Guadiana o crescimento do stock empresarial se limitou a 4,3% (+8,9% nos estabelecimentos).
- **A distinção entre as zonas do litoral e as zonas rurais do interior também apresenta diferenças no crescimento do stock de estabelecimentos durante o ano de 2014-2019 a favor das primeiras** (12,9% face a 9,5%). Em particular, todos os concelhos e municípios costeiros

experimentam aumentos no seu stock de estabelecimentos durante este período, destacando-se especialmente *Castro Marim* e *Vila Real de Santo António*, com aumentos de 25,7 e 18,2%, respetivamente. Quanto aos estabelecimentos nas localidades do interior, o crescimento agregado nos concelhos portugueses situa-se em 11,7%, enquanto este crescimento se reduziu a 7,1% nos municípios de Huelva.

- Relativamente **aos primeiros efeitos da crise sanitária de 2020, estes foram mais intensos nos concelhos portugueses do Algarve**, cujo stock de empresas retrocedeu 1,4 p.p. (-1,8 p.p. nos estabelecimentos). Em *Mértola* (NUTS III Baixo Alentejo), no entanto, o stock empresarial aumentou 1,2 pontos (+2,0 p.p. nos estabelecimentos) apesar da pandemia. No caso dos municípios andaluzes, o stock empresarial perdeu 1,7 pontos em 2020, enquanto os estabelecimentos quase não sofreram variação em termos agregados (-0,1%).
- Distinguindo entre **secções CNAE de atividade económica**, em 2020 os **estabelecimentos da zona do Baixo Guadiana concentravam-se com uma maior intensidade do que os estabelecimentos da Euroregião AAA** em atividades de **comércio e reparação de veículos** (28,2% face a 26,5%), **serviços de alojamento e hotelaria** (16,6% face a 10,8%) e **atividades administrativas e de serviços de apoio** (8,8% face a 7,5%). **Menor concentração de estabelecimentos do que na Euroregião AAA se observa**, no entanto, em **atividades profissionais, científicas e técnicas** (6,3% face a 9,4%), atividades associadas à **indústria transformadora** (4,3% face a 5,2%), **atividades sanitárias e de serviços sociais** (4,0% face a 5,3%) e **transporte** (3,1% face a 5,2%). Finalmente, existe uma **concentração de estabelecimentos semelhante à da Euroregião AAA no setor da construção** (10,2% nos dois territórios), **atividades imobiliárias** (4,6% face a 5,0%) e **educação** (3,8% face a 4,3%).

Figura 8. Distribuição dos estabelecimentos económicos por atividade económica. Ano de 2020



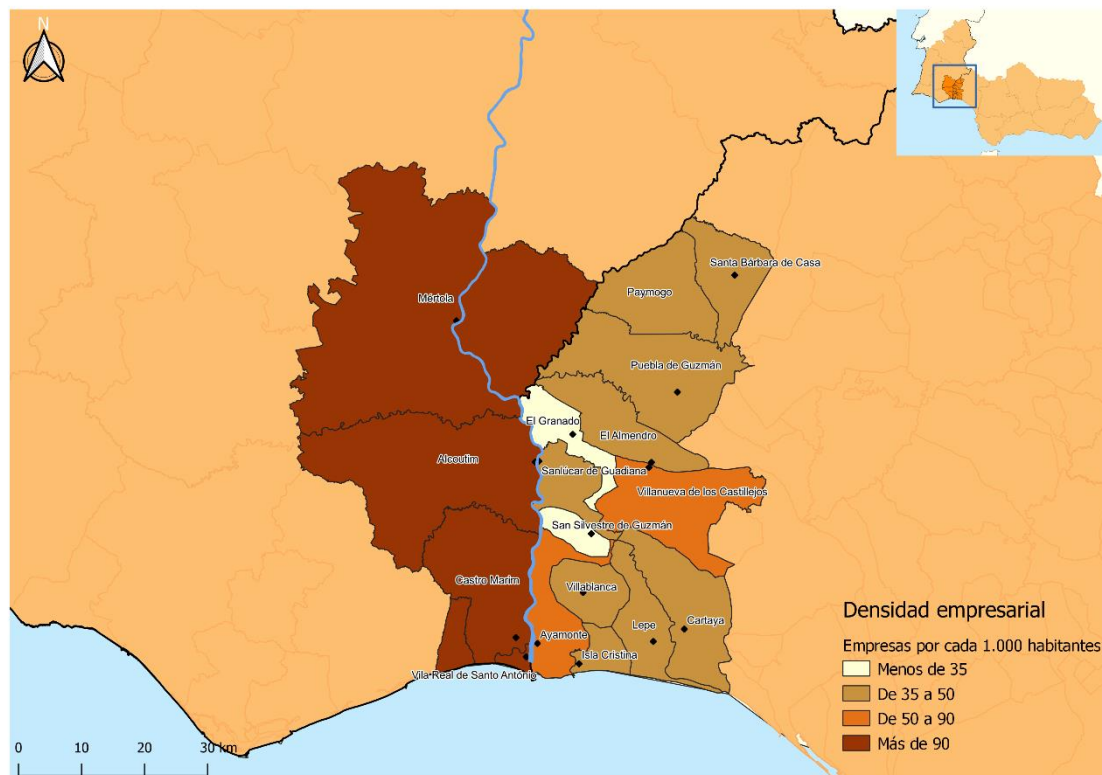
Fonte: Sistema de Informação Multiterritorial da Andaluzia (IECA) e INE (PT)

- Em muitas destas atividades, não obstante, **o grau de concentração de empresas é heterogéneo entre territórios da zona de intervenção**. Assim, **no caso das atividades de comércio e reparação de veículos, observa-se uma maior concentração de estabelecimentos nos municípios de Huelva (31,5%) do que nos concelhos portugueses (23,3%)**, enquanto acontece o contrário nos serviços de alojamento e hotelaria, onde as localidades portuguesas apresentam uma maior concentração de estabelecimentos do que os territórios de Huelva (19,9 face a 14,4%). Focando as atividades de comércio e reparação de veículos, destaca-se que 11 das 13 localidades de Huelva da zona do Baixo Guadiana apresentam uma concentração de estabelecimentos superior a 30%. Nos serviços de alojamento e hotelaria, os 4 concelhos portugueses da zona de intervenção mostram uma concentração de estabelecimentos superior a 19%, destacando-se a localidade de *Castro Marim*, cuja taxa se eleva acima dos 22%.
- Ampliando o horizonte de análise à **última década**, observa-se que, durante o período de 2011-2020 **ganham peso** no tecido empresarial da zona do Baixo Guadiana os estabelecimentos dedicados a **atividades administrativas e serviços auxiliares (+2,3%)**, atividades de **alojamento e hotelaria (+1,7%)**, **atividades sanitárias e de serviços sociais (+0,8%)** e **transportes (+0,7%)**. Pelo contrário, **perdem peso** na última década os estabelecimentos dedicados ao **comércio e reparação de veículos (-3,6%)**, **construção (-1,1%)** e **atividades profissionais, científicas e técnicas (-1,1%)**.
- Por outro lado, a **densidade empresarial na zona do Baixo Guadiana** situa-se em 2020 em **61,8 empresas por cada 1.000 habitantes**, ligeiramente inferior ao valor observado na Euroregião AAA, 65,3 emp./1.000 hab. Esta densidade populacional, no entanto, não é homogénea em todo o espaço transfronteiriço, observando-se **diferenças significativas entre as localidades nos dois lados da fronteira**. Assim, **os concelhos portugueses apresentam uma densidade**

empresarial de 112,2 emp./1.000 hab. enquanto esta densidade se reduz a 45,6 emp./1.000 hab. nos municípios de Huelva.

- No território português da zona de intervenção, as localidades pertencentes à NUTS III Algarve (*Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António*) apresentam uma maior densidade empresarial do que *Mértola* (NUTS III Baixo Alentejo) (116,6 face a 92,8 emp./1.000 hab.). Pela sua parte, a densidade empresarial nos municípios de Huelva também apresenta alguma disparidade, que não obedece, no entanto, ao padrão costa-interior. Mais concretamente, nas localidades do litoral esta densidade flutua entre 39,6 emp./1.000 hab. da *Isla Cristina* e 53,2 emp./1.000 hab. de *Ayamonte*, enquanto nos municípios do interior esta densidade varia desde 28,2 emp./1.000 hab. de *El Granado* até 51,0 emp./1.000 hab. de *Villanueva de los Castillejos*.
- Quanto ao **tamanho do tecido produtivo, a percentagem de empresas com menos de 10 pessoas empregadas na zona do Baixo Guadiana eleva-se a 96,3%** (95,4% na Euroregião AAA), embora este valor ascenda a 97,1% nos concelhos do Algarve e a 99,5% na localidade de *Mértola* (NUTS III Baixo Alentejo) enquanto no caso dos municípios de Huelva, desce até 95,4%. Na zona de intervenção, destaca-se o município de *Cartaya em Huelva* que apresenta o stock empresarial de maior tamanho, com uma proporção de 93,3% de empresas com menos de 10 trabalhadores.

Figura 9. Densidade empresarial na zona do Baixo Guadiana. Ano de 2020



Fonte: Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía (IECA) e INE (PT)

Densidad empresarial

Densidade empresarial

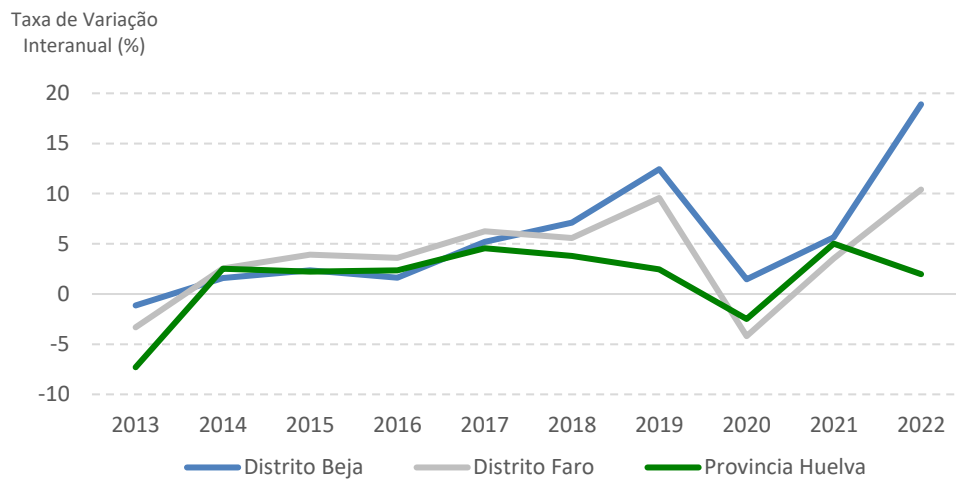
Empresas por cada 1.000 habitantes	Empresas por 1.000 habitantes
Menos de 35	Menos de 35
De 35 a 50	De 35 a 50
De 50 a 90	De 50 a 90
Más de 90	Mais de 90

2.1.2.2. Situação e evolução do mercado laboral

- A **evolução do emprego** nas áreas territoriais onde se adscvem os municípios/concelhos que formam o Baixo Guadiana experimenta ao longo da **última década diferentes etapas** que se devem destacar. Em traços gerais, deve-se assinalar que a **tendência seguida é semelhante** nos distritos portugueses de Beja (onde se localiza o concelho de Mértola) e Faro (formado, entre outros, pelos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António), assim como na província de Huelva, à exceção, neste último caso, do ano de 2022, tal como se detalha em seguida.
- Depois de superados os efeitos da crise financeira de 2008, **o mercado laboral nestas áreas caracterizou-se por um período de criação de emprego (2014-2019), especialmente intenso nos anos de 2018 e 2019**, com um ritmo de crescimento médio nos trabalhadores inscritos na Segurança Social⁸ de 9,8 e 7,6% nos distritos de Beja e Faro, e ligeiramente menos na província de Huelva, 3,1%, que, além disso, tinha vindo a mostrar sintomas de desaceleração desde o ano de 2017.
- **O travão da atividade económica sofrido no exercício de 2020 devido à crise sanitária da COVID-19 teve evidentes consequências no mercado laboral**, apesar de estar amortecido o efeito da destruição de emprego por instrumentos como os Expedientes de Regulación Temporal de Empleo (ERTE). Neste sentido, os trabalhadores inscritos na Segurança Social diminuíram no distrito de Faro e na província de Huelva 4,2 e 2,5%, respetivamente. No caso do distrito de Beja, o emprego continuou a aumentar, embora a um ritmo muito mais suave (1,5%).
- **A recuperação da atividade económica propiciou a criação de novos empregos no período de 2021-2022**, tendo sido especialmente intensa no último exercício nos distritos portugueses de Beja e Faro (18,9 e 10,4%). Na província de Huelva, o dinamismo laboral é mais tímido, com um aumento de trabalhadores de 2% em 2022, um ritmo que, além disso, se desacelera em relação ao ano anterior.

⁸ Os dados para os distritos de Portugal foram calculados tendo em conta o grupo dos trabalhadores dependentes (pessoas singulares com remuneração declarada pelas entidades empregadoras) e trabalhadores independentes (pessoas singulares com contribuições). Pela sua parte, a análise para a província de Huelva foi efetuada tendo em conta os trabalhadores inscritos no Regime Geral e no Regime Especial de Trabalhadores Independentes.

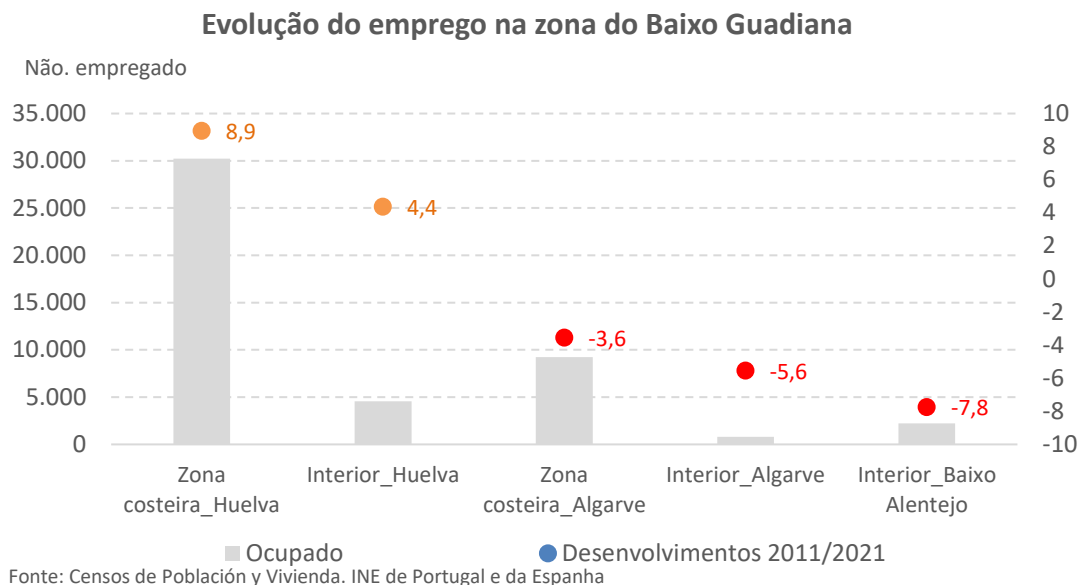
Figura 10. Evolução dos trabalhadores inscritos na Segurança Social



Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (PT); Ministerio de Inclusión, Seguridad Social y Migraciones (ESP)

- O recenseamento da população e da habitação publicado pelos respetivos Institutos Nacionais de Estatística da Espanha e de Portugal estabelece que **no ano de 2021 a zona do Baixo Guadiana apresentava um mercado laboral composto por 47.030 trabalhadores, concentrando 1,3% do emprego da Euroregião AAA**, e experimentando, relativamente à década anterior (2011), um aumento de 4,7%. Neste cenário, 64,2% dos trabalhadores do Baixo Guadiana localizam-se na zona costeira de Huelva [Ayamonte, Cartaya, Isla Cristina e Lepe], enquanto 19,6% se concentram na zona costeira do Algarve, que representa o concelho de Vila Real de Santo António e Castro Marim. Deste modo, **8 de cada 10 trabalhadores no espaço do Baixo Guadiana desenvolvem a sua atividade em zonas de costa**, sendo muito mais limitada a contribuição da atividade económica e do emprego nas zonas do interior.
- Pela sua parte, **a zona interior da província de Huelva** [El Almendro, El Granado, Paymogo, La Puebla de Guzmán, San Silvestre de Guzmán, Sanlúcar de Guadiana, Santa Bárbara de Casa, Villablanca, e Villanueva de los Castillejos] ocupava no ano de 2021 4.545 trabalhadores, o que representa **9,7% do emprego agregado da zona do Baixo Guadiana**. Quanto à **zona interior do Algarve** [Alcoutim], e **Baixo Alentejo** [Mértola] a taxa de **participação na ocupação laboral do Baixo Guadiana** alcança **1,7 e 4,7%, respetivamente**.
- Em termos de evolução, ao longo do período de 2011-2021 contrasta o dinamismo seguido pela zona costeira e interior da província de Huelva, face à redução do emprego que se observa nos concelhos de Portugal que formam o Baixo Guadiana, tanto na zona costeira como na interior, sendo esta situação mais desfavorável no caso de Mértola, com uma queda de 7,8%.

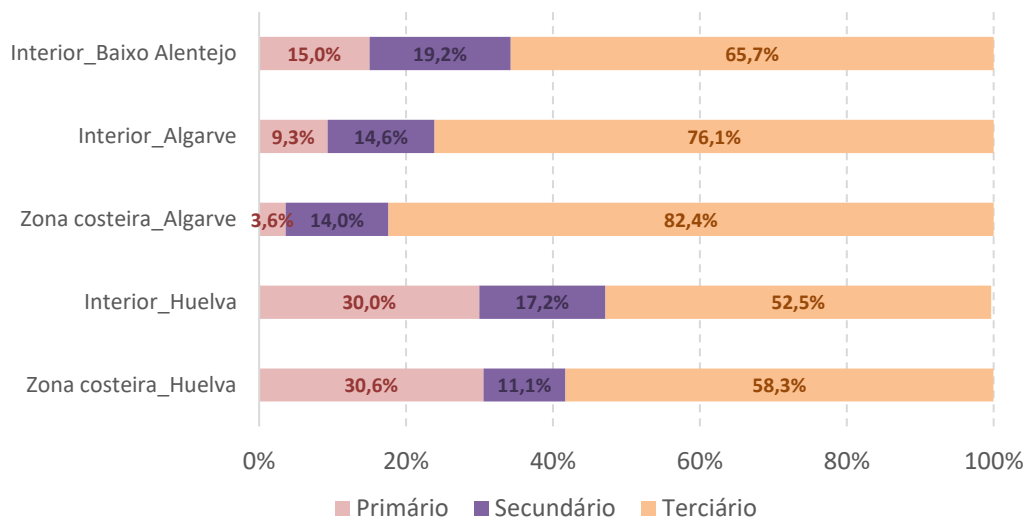
Figura 11. Evolução do emprego na zona do Baixo Guadiana



- Relativamente à atividade económica, **o emprego no Baixo Guadiana especializa-se fundamentalmente no setor terciário (63,1%), embora o importante peso do emprego no sector primário seja significativo (24,1%).** O emprego no setor secundário (indústria e construção) representa 12,7%.
- Estas taxas de participação setorial estão muito influenciadas pela caracterização da **zona costeira de Huelva, onde o peso do emprego no setor primário se situa em cerca de 30%,** taxa semelhante à que se observa nos municípios de Huelva da zona interior do Baixo Guadiana. Um dos aspetos mais relevantes desta zona interior da província de Huelva é precisamente o maior peso do setor secundário, concentrando 17,2% do emprego total.
- Nos **concelhos do Algarve** que integram o Baixo Guadiana, tanto costeiro como interior, **o emprego apresenta um papel protagonista no setor terciário, atividades que ocupam em termos gerais 8 de cada 10 trabalhadores nestas localidades.** O emprego no setor primário é residual na zona costeira (3,6%), sendo significativo na localidade interior de Alcoutim, superior a 9% do emprego.
- No caso de **Mértola** (zona interior do Baixo Alentejo), **o peso que concentra o emprego no setor secundário é significativo (19,2% do emprego total),** sendo também relevante a **atividade do setor primário (15% da ocupação laboral).** Os ramos terciários empregam 65,7% dos 2.224 trabalhadores que este concelho contabiliza no ano de 2021.
- De igual modo, uma visão comparativa da **última década** permite que se deduzam dois aspetos de interesse:
 - Por um lado, **o peso do emprego no setor primário na zona costeira de Huelva aumentou praticamente 5 pontos percentuais entre 2011 e 2021.**

- Por outro lado, o emprego nas **zonas interiores do Baixo Guadiana aumentou a sua participação no setor terciário**, no caso dos **municípios de Huelva**, aumentado o peso da ocupação em **6 pontos percentuais**, e no caso do **Algarve e Baixo Alentejo**, com taxas que aumentam em cerca de **2 pontos percentuais**.

Figura 12. Análise do emprego no Baixo Guadiana por setores de atividade. Ano de 2021



Fonte: Censos de Población y Vivienda. INE de Portugal e da Espanha

- Em **matéria de desemprego**, a zona do Baixo Guadiana apresentou no ano de 2022 uma taxa de desemprego registada de **8.785 pessoas**, 1,1% do desemprego da Euroregião AAA. Em termos dinâmicos, **o volume de pessoas em situação de desemprego reduziu-se 4,3% ao longo do período de 2019-2022** (exercício *pré-covid*), confirmando a recuperação laboral no espaço de cooperação. Não obstante, esta implementação requer que se aprofundem determinados aspetos, dada a heterogeneidade do território partilhado:
 - Os **municípios pertencentes à província de Huelva (NUTS III) concentram 89,1% do desemprego** da zona do Baixo Guadiana, embora em termos de população a representatividade destas localidades seja sensivelmente menor (75,8%), o que evidencia a maior incidência do desemprego no território de Huelva.
 - De forma concreta, 8 de cada 10 desempregados na zona do Baixo Guadiana residem nos municípios de Isla Cristina, Lepe, Ayamonte e Cartaya, embora se tenha reduzido o desemprego nestes anos (2019/2022), salvo nesta última localidade.
 - Em **termos relativos, os municípios de Ayamonte e El Granado (Espanha) e Alcoutim (Portugal) são os que maior redução do desemprego experimentaram ao longo do período analisado**. Deve-se acrescentar que, nestes últimos dois municípios, a dimensão absoluta do desemprego registado é residual na zona do Baixo Guadiana.

- De um modo particular, nos municípios portugueses destaca-se o **aumento relativo que o desemprego experimenta em Castro Marim (16,4%)**, em linha com o aumento que se nota na região do Algarve, e em sentido oposto, a redução que Mértola regista (7,1%), superior inclusivamente à observada no conjunto do Alentejo (NUTS II).

Tabela 2. Evolução do desemprego registado na zona do Baixo Guadiana após a crise da COVID-19

	2019	2022	Evolução 2019/2022 (%)
Ayamonte	1.718	1.516	-11,7
Cartaya	1.182	1.202	1,7
El Almendro	61	66	8,4
El Granado	39	35	-12,4
Isla Cristina	2.242	2.107	-6,0
Lepe	2.175	2.060	-5,3
Paymogo	106	113	6,3
Puebla de Guzmán	264	241	-8,8
San Silvestre de Guzmán	33	34	4,6
Sanlúcar de Guadiana	20	24	23,3
Santa Bárbara de Casa	65	80	24,0
Villablanca	156	156	0,3
Villanueva de los Castillejos	182	193	6,2
Alcoutim	36	27	-23,9
Castro Marim	147	171	16,4
Vila Real de Santo António	555	573	3,2
Mértola	201	187	-7,1
Zona Baixo Guadiana	9.180	8.785	-4,3
Andaluzia	779.988	773.399	-0,8
Algarve	12.821	15.148	18,2
Alentejo	14.764	13.882	-6,0
Euroregião AAA	807.572	802.429	-0,6
Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (PT); Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía del IECA (ESP)			

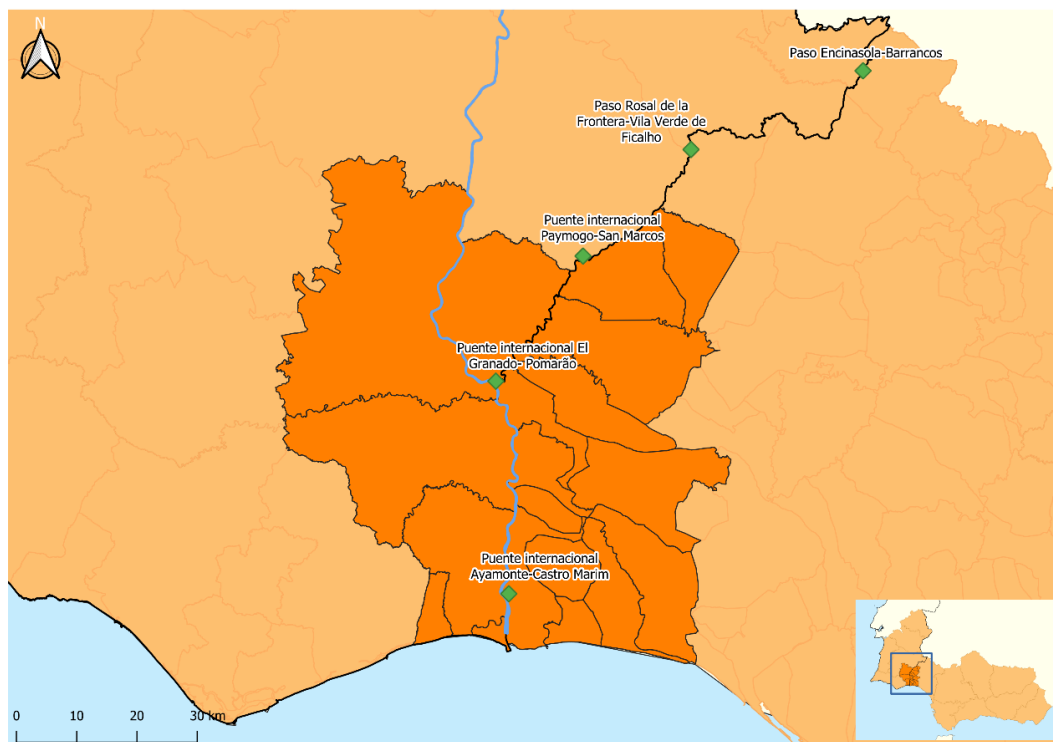
2.1.3. Infraestruturas e mobilidade no Baixo Guadiana

A mobilidade transfronteiriça na zona do Baixo Guadiana é efetuada através da **ligação rodoviária e fluvial**. Identificam-se em seguida os aspetos-chave em cada uma destas modalidades.

2.1.3.1. Infraestruturas rodoviárias para a ligação transfronteiriça

- A fronteira luso-andaluza está ligada por estrada através de cinco **passagens fronteiriças, três delas localizadas na zona do Baixo Guadiana** por pontes sobre os rios Guadiana e o seu afluente Chança: (i) Ayamonte-Castro Marim, (ii) El Granado-Pomarão (município de Mértola), (iii) Paymogo-São Marcos (município de Mértola). Perto da zona definida para o Baixo Guadiana, encontram-se as passagens fronteiriças por estradas convencionais de *Rosal de la Frontera-Vila Verde de Ficalho* e *Encinasola-Barrancos*.

Figura 13. Passagens fronteiriças na zona do Baixo Guadiana e territórios adjacentes



Fonte: Elaboração própria

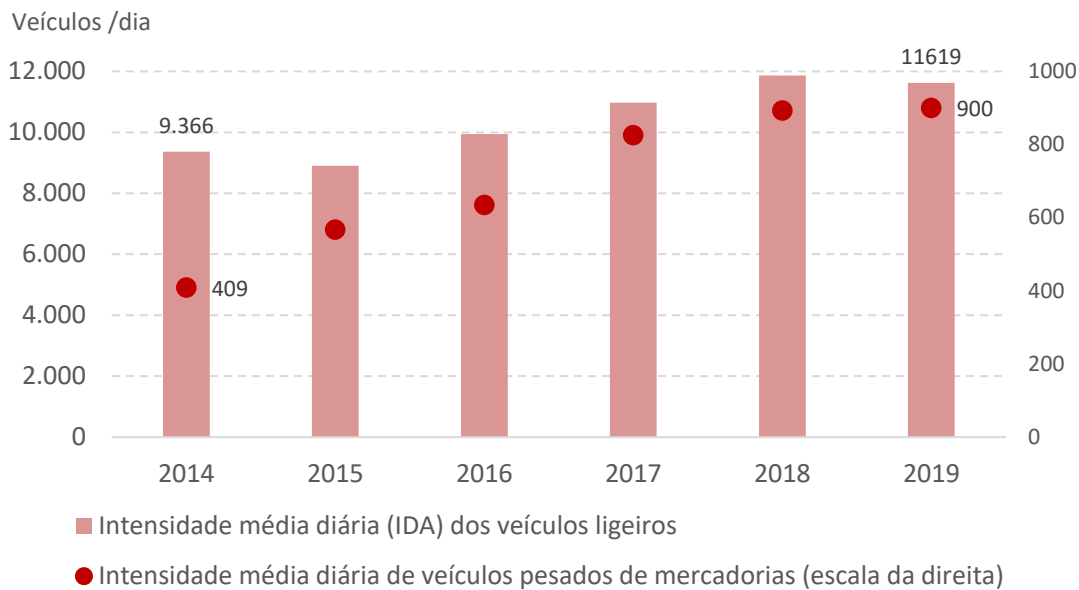
- Neste contexto, deve-se destacar o **projeto de construção da Ponte Internacional Alcoutim-Sanlúcar del Guadiana**, uma infraestrutura que seria a quarta ponte internacional na zona do Baixo Guadiana e que se prevê que será financiada no quadro do Plano de

Recuperação e Resiliência de Portugal, com conclusão estabelecida para 2026⁹. Esta iniciativa facilitaria a ligação entre as redes de estradas dos dois países reduzindo em cerca de 70 km a distância entre estas localidades, atualmente separadas por um curto trajeto de barco, estimulando a dinamização cultural, económica e social e, sobretudo, contribuindo para reduzir os custos de contexto na mobilidade laboral entre estes territórios fronteiriços.

- Relativamente às 64 passagens fronteiriças que unem por estrada a Espanha e Portugal, a **ligação Ayamonte/Monte Francisco** (*Vila Real de Santo António, de agora em diante, V.R.S. António*) [A-49 (ESP)- IP1_A22 (PT)] com acesso por via rápida que oferece ligação a toda a faixa do litoral, e **Rosal de la Frontera - Vila V. Ficalho** [N-433 (ESP)- EN260_IP8 (PT)], com troço de estrada convencional e condições menos favoráveis, **concentram entre as duas passagens 14,7% da Intensidade Média Diária total de veículos** (de agora em diante IMD), tanto ligeiros como pesados, que cruzaram a fronteira no ano de 2019.
- Sobre estes dois pontos de acesso, destaca-se principalmente a **passagem de Ayamonte/Monte Francisco (V.R.S. António) por ser a segunda mais importante quanto ao tráfego de veículos** (12.519. veículos/dia), apenas atrás do acesso de Tui (ponte nova)-Valença do Minho. O **fluxo de veículos ligeiros (indicador que aproxima o tráfego de passageiros) nesta passagem fronteiriça experimentou ao longo do período de 2014-2019 um aumento relativo de 24%**, passando de uma IMD de 9.366 a 11.619 veículos/dia.
- No que respeita à **passagem fronteiriça de veículos pesados de mercadorias, a atividade observada na passagem de Ayamonte/V.R.S. António, com uma IMD em 2019 de 900 veículos/dia, situa-a como a quarta passagem fronteiriça mais importante entre a Espanha e Portugal**, atrás das passagens de Fuentes de Onôro/Vilar Formoso (IMD de 2.394), Badajoz/Caia (IMD de 2.548) e Tui/Valença do Minho (IMD de 2.394). Quanto à sua evolução, **o número de veículos diários pesados chegou a duplicar** em relação à atividade observada em 2014, experimentando uma trajetória contínua de crescimento ano após ano.

⁹ Este investimento público será executado pela Câmara Municipal de Alcoutim, contando com a intermediação e colaboração técnica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), em coordenação com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e com as autoridades espanholas.

Figura 14. Atividade por estrada na passagem fronteiriça de Ayamonte/V.R.S. António



Fonte: Observatório transfronteiriço Espanha-Portugal (OTEP).

2.1.3.2. Navegabilidade no rio Guadiana

- O rio Guadiana foi uma das principais vias de navegação do sul da Península Ibérica, tendo sido ao longo da história um lugar privilegiado para o assentamento de populações. Com o fim da atividade da mineração na zona fronteiriça e a cessação da navegação comercial regular, a navegabilidade do rio perdeu importância, e a **manutenção do canal cessou**, tendo ocorrido ao longo dos anos a sedimentação e alteração dos fundos.
- Na zona do Baixo Guadiana, o **canal navegável vai desde Ayamonte até Pomarão, embora se possa chegar a Mértola com algumas limitações**, pois atualmente só é possível com pequenas embarcações e em condições específicas de maré. Na margem espanhola, além de Ayamonte, que constitui a principal instalação portuária e porta de entrada do canal marítimo, o sistema portuário através do rio é composto pelas instalações de Sanlúcar de Guadiana que complementarmente às instalações localizadas na margem portuguesa possibilitam a navegação marítimo-fluvial.
- Ao longo da **última década** verificou-se um **aumento gradual do número de embarcações, com grande expressão da náutica de recreio**, que navegam no rio e atracam nas escassas infraestruturas de amarração ao longo do seu percurso até Pomarão. Com este crescente aumento da navegação no rio, também se verificou um **aumento das atividades turísticas e de lazer** que desenvolvem e aproveitam o património natural e cultural que caracteriza esta paisagem. Neste sentido, é de alto interesse o desenvolvimento do **projeto de prolongamento do atual canal navegável até Mértola**, que permitiria o aumento do interesse turístico, recreativo e cultural da navegação ao incorporar um núcleo urbano muito atrativo.

- Relativamente às instalações portuárias no Baixo Guadiana (incluindo os municípios sem ligação direta ao rio), esta zona caracteriza-se pelo facto de oferecer: 2 portos comerciais, 5 portos pesqueiros e 9 portos desportivos, além de um conjunto de embarcadouros nos concelhos de Castro Marim, Alcoutim e Mértola.
 - Portos pesqueiros: Isla Cristina, Lepe, Cartaya, Ayamonte, V.R.S. António.
 - Portos comerciais: Isla Cristina, Ayamonte.
 - Portos desportivos: Isla Cristina, Lepe, Cartaya, Ayamonte, V.R.S. António, Alcoutim, Sanlúcar de Guadiana.
 - Principais embarcadouros: Foz de Odeleite, Guerreiro do rio, Laranjeiras, Pomarão, Penha da Águia, Mértola
- A ligação internacional fluvial ocorre através do trajeto V.R.S. António ↔Ayamonte e Alcoutim↔Sanlúcar de Guadiana. Do ponto de vista do tráfego partilhado no território do Baixo Guadiana, deve-se assinalar o movimento internacional de passageiros e veículos que é originado na **via fluvial do Guadiana na passagem já referida da zona de V.R.S. António -Ayamonte, sendo esta a principal via fluvial entre a Espanha e Portugal**. No ano de 2022 registou-se um movimento próximo dos 107 mil passageiros transportados, um volume ainda inferior aos níveis pré-pandemia (143.623 passageiros em 2019). Os dados apresentam uma **forte sazonalidade**, pois 73,8% dos passageiros que utilizam este transporte internacional fazem-no entre os meses de maio a outubro, coincidindo com o período estival e os meses de desfrute de excelentes condições climáticas.
- No que respeita ao **movimento de veículos**, motorizados e não motorizados, através da via fluvial do Guadiana foram transportados 7.148 veículos durante o exercício de 2022, o que representa **menos 21,2% do que o tráfego registado em 2019**. O **transporte de motos e bicicletas é a atividade principal** (83% do transporte total de veículos), com uma distribuição mais equilibrada durante os meses do ano.
- Neste contexto, deve-se assinalar que o desenvolvimento adequado da navegabilidade do rio Guadiana exige **infraestruturas e serviços ao longo de todo o canal navegável** para a operação das embarcações que desenvolvem atividades recreativas, turísticas, culturais e ambientais com base náutica. De um modo particular, a zona da foz apresenta problemas por acumulação de grandes bolsas de areias que impedem o acesso a certas embarcações, tanto de pesca como de recreio, limitando neste último caso a entrada de passageiros.
- Em resumo, são fundamentais as **tarefas de manutenção e melhoramento que façam face aos fatores condicionantes da navegabilidade na zona do Baixo Guadiana** (calado, sinalização ou condições hidrológicas).

Figura 15. Infraestrutura portuária associada à zona do Baixo Guadiana

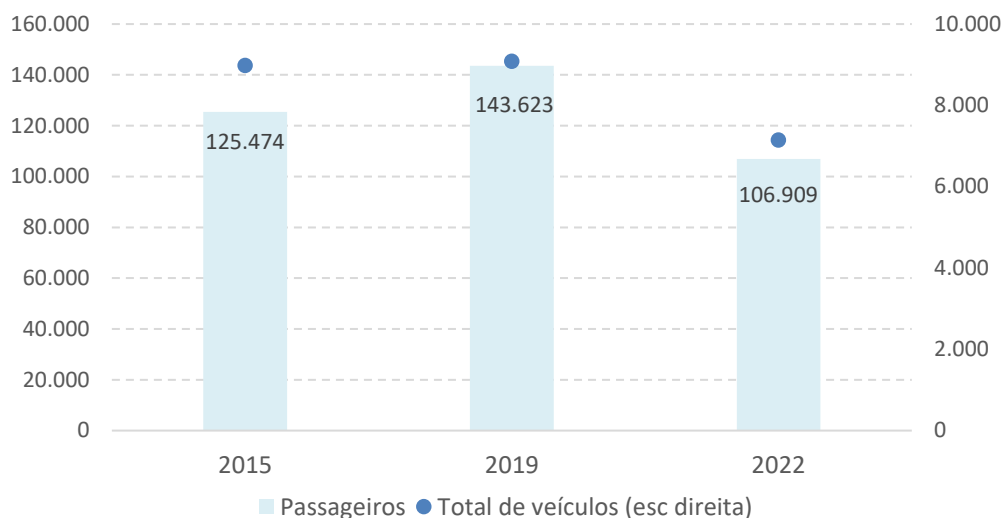


Fonte: Elaboração própria

Instalaciones portuarias	Instalações portuárias
Embarcadero	Cais
Puerto comercial	Porto comercial
Puerto deportivo	Marina
Puerto pesquero	Porto de pesca

Figura 16. Movimento internacional de passageiros e veículos por via fluvial no Rio Guadiana

[V.R.S. António -Ayamonte]



Fonte: Inquérito ao Transporte Fluvial de Passageiros e Veículos

2.1.4. Atividades económicas principais

2.1.4.1. Turismo, comércio e hotelaria

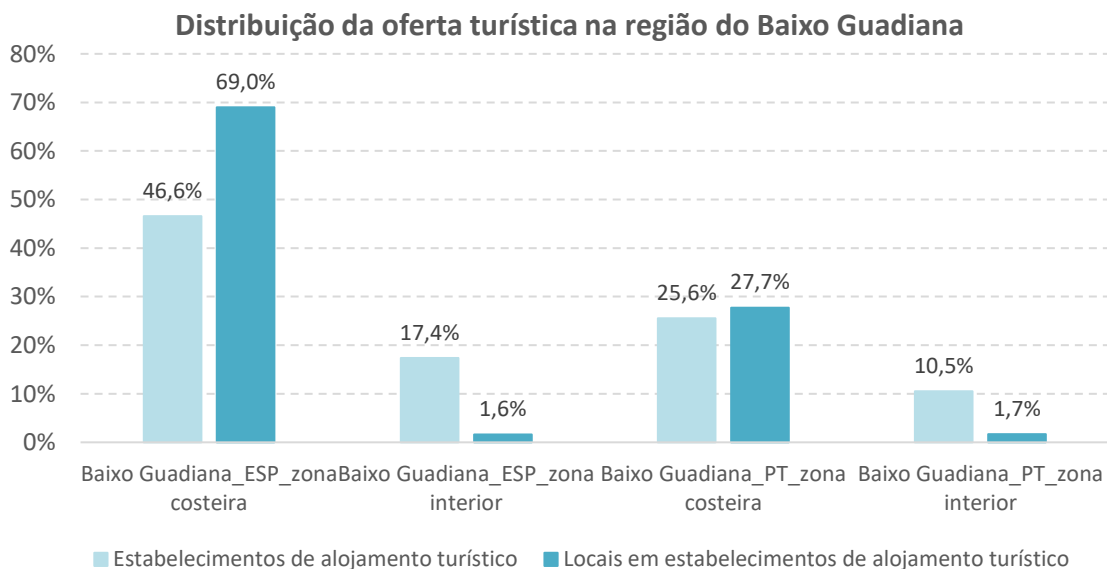
- O turismo é um dos principais setores de atividade sobre os quais se sustenta o desenvolvimento económico da zona do Baixo Guadiana, especialmente no que respeita ao segmento do sol e praia. Assim, a área do Baixo Guadiana apresenta no ano de 2021 uma oferta composta por 219 estabelecimentos turísticos¹⁰ e 31.756 lugares de alojamentos, ultrapassando em 3% a oferta de lugares anterior à pandemia (ano de 2019).
- Os municípios situados na zona do litoral do Baixo Guadiana concentram 72% dos estabelecimentos de alojamentos turísticos, localizando-se aproximadamente metade deles na parte espanhola. No entanto, este desequilíbrio entre a zona do litoral e a do interior torna-se ainda mais acentuado nos lugares nos estabelecimentos de alojamentos turísticos, pois 97% são oferecidos nos municípios costeiros.
- Esta oferta turística consolidada da frente litoral está a impulsionar outros segmentos de atividade derivados, como o turismo náutico-desportivo, adquirindo relevância nas últimas décadas nas zonas costeiras em geral e que, no caso particular do Guadiana, se começou a estender para o rio. Neste sentido, a zona do Baixo Guadiana dispõe de uma dotação de

¹⁰ Para o caso dos municípios espanhóis, foram consideradas as categorias: Hotel, Apart-hotel, Pensão, Apartamento, Acampamento de turismo, Área de pernoita de caravanas, Casas Rurais, Habitações turísticas de alojamento rural, albergues. No que respeita aos municípios portugueses, foram consideradas as categorias: Hotéis, Apart-hotéis, Pousadas/Quintas da Madeira, Apartamentos turísticos, Aldeamentos turísticos, Alojamento local e Turismo no espaço rural e de habitação.

portos desportivos nos municípios de Isla Cristina, Lepe, Cartaya e Ayamonte pela parte de Huelva (NUTS III) e Vila Real de Santo António e Castro Marim no Algarve (NUTS III).

- Assim, relativamente à zona interior, **surge uma oportunidade no desenvolvimento socioeconómico destes territórios através das práticas recreativas e turísticas**, podendo inclusivamente estar ligadas à navegação marítimo-fluvial, com especial interesse em zonas submetidas a risco de despovoamento no setor norte do troço transfronteiriço do rio Guadiana, potenciando os seus **recursos naturais, paisagísticos e culturais**.
- Neste sentido, entre os **principais itinerários turísticos pelo Baixo Guadiana** devem-se realçar os trajetos pelas terras de castelos e fortalezas, os trajetos da mineração, os trajetos pelos espaços naturais e a ornitologia, ou o trajeto histórico-cultural do contrabando.
- De igual modo, o **desfrute dos recursos ecoturísticos** está a ser uma interessante atração que favorece o desenvolvimento da mobilidade transfronteiriça. Neste contexto, destacam-se as atuações que estão a ser desenvolvidas no território, dirigidas para o *fomento da atividade turística de baixo impacto ambiental*, mediante o aproveitamento do património existente em matéria de infraestruturas cicláveis em ambos os lados da fronteira. Através destas iniciativas pretende-se a execução de atuações de ciclovias e mais algumas dotações essenciais, promovendo a conservação, avaliação e dinamização socioeconómica do território.

Figura 17. Distribuição da oferta turística no território do Baixo Guadiana



Fonte: SIMA (IECA) na Espanha e INE de Portugal

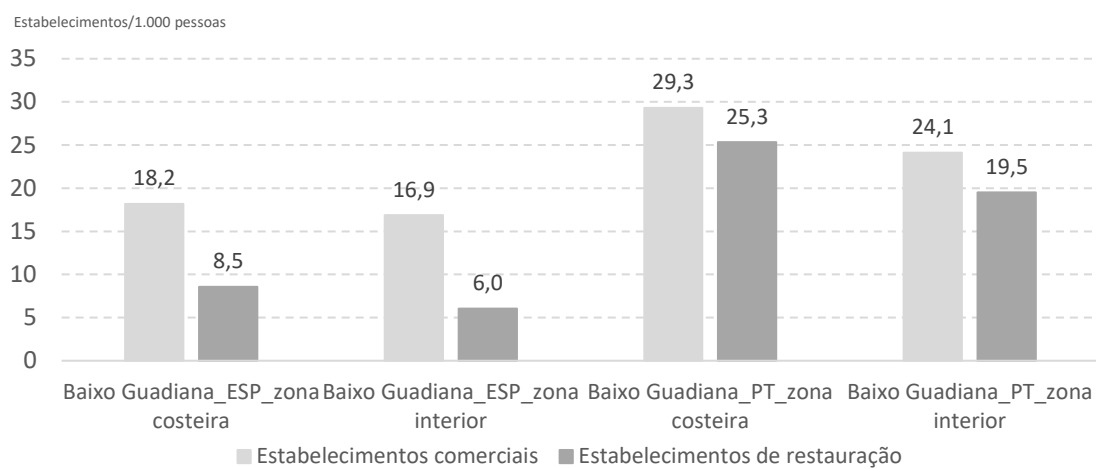
- O comércio e a hotelaria também são atividades importantes no desenvolvimento económico do Baixo Guadiana.** No ano de 2020, registaram-se nesta zona 2.801

estabelecimentos comerciais¹¹ e 1.649 estabelecimentos dedicados à hotelaria, concentrando 1,4 e 2,1%, respetivamente, da oferta setorial no conjunto da Euroregião AAA.

- **Associada às reflexões retiradas do setor do turismo, a atividade comercial e hoteleira concentra-se fundamentalmente na zona litoral, onde se localizam 85% destes estabelecimentos.** Assim, 6 de cada 10 estabelecimentos comerciais da zona do Baixo Guadiana encontram-se nos municípios costeiros da província de Huelva (58,7%), enquanto um quarto está nas localidades costeiras do Algarve (26,1%). **Esta proporção é mais equilibrada ao nível âmbito da hotelaria**, pois as localidades portuguesas de Vila Real de Santo António (468 estabelecimentos) e Castro Marim (165 estabelecimentos) apresentam 38,4% da atividade hoteleira do Baixo Guadiana (47% na zona costeira de Huelva).
- Tendo em conta o que fica expresso, uma análise estandardizada desta variável (estabelecimentos por cada 1.000 habitantes) põe a manifesto que, embora a oferta comercial na zona do Baixo Guadiana seja semelhante à dotação que se mostra no conjunto da Euroregião AAA (20,4 estabelecimentos comerciais), **se destaca uma maior especialização produtiva na hotelaria da zona do Baixo Guadiana**, com uma oferta de estabelecimentos (12 por cada 1.000 habitantes) superior à da Euroregião AAA (8,3).
- Esta situação é influenciada pelo **maior grau de especialização que se observa na zona portuguesa, tanto na zona do litoral como no interior, no desenvolvimento da prática comercial e hoteleira**, com uma dotação de estabelecimentos por habitante muito superior à oferecida nos municípios da província de Huelva. Destaca-se neste sentido o município de Vila Real de Santo António, com 31,3 e 25,0 estabelecimentos comerciais e de hotelaria, respetivamente, por cada 1.000 habitantes.

¹¹ Secção G. Comércio grossista e retalhista; Reparação de veículos a motor e motocicletas.

Figura 18. Dotação da oferta de estabelecimentos comerciais e hotelaria. Ano de 2020

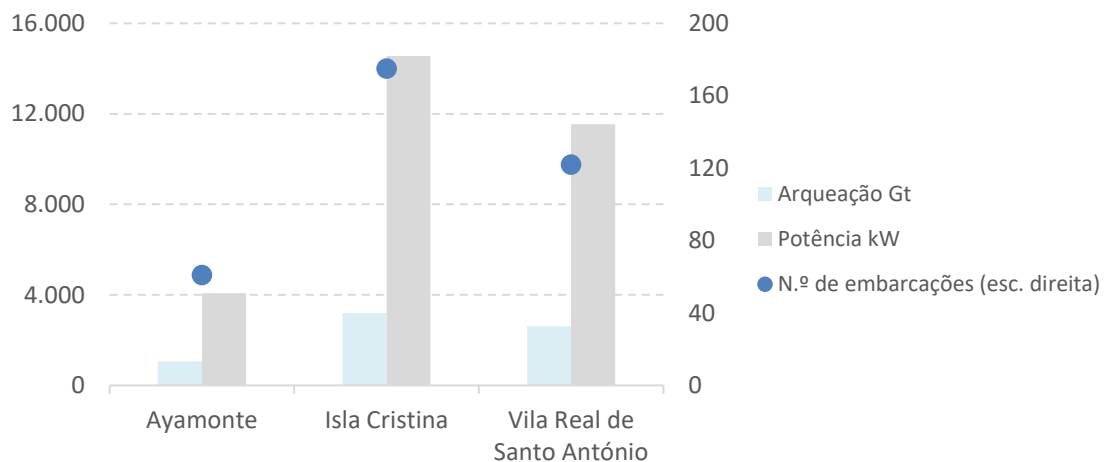


Fonte: SIMA (IECA) na Espanha e INE de Portugal

2.1.4.2. Pesca e atividade marisqueira, aquicultura e salicultura

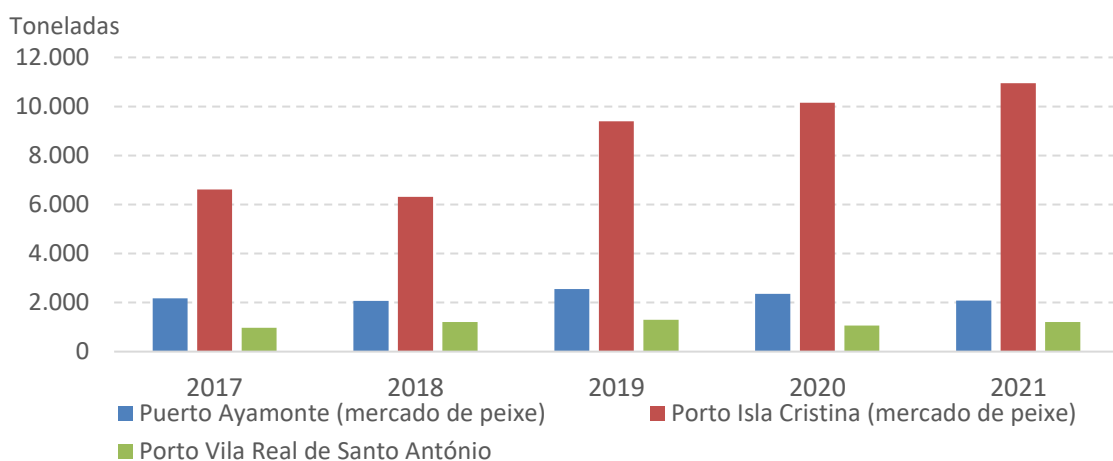
- A **pesca é um setor influente** na economia da zona do Baixo Guadiana. A **pesca fluvial** foi uma das mais importantes atividades tradicionais do rio Guadiana, sendo uma atividade de subsistência para as populações costeiras, embora seja atualmente uma atividade residual. Neste sentido, é a **atividade pesqueira marinha** que assume um maior protagonismo, desenvolvendo-se nos municípios do litoral.
- A repercussão do setor pesqueiro no estado dos ecossistemas marinhos depende da infraestrutura com a qual se desenvolve esta atividade. **A frota pesqueira da Demarcação Hidrográfica do Guadiana** localiza-se nos portos de Ayamonte e Isla Cristina na parte espanhola, e no porto de Vila Real de Santo António na zona do Algarve português. No caso espanhol, o tipo de produção pesqueira que potencialmente afeta as massas da demarcação é o peixe fresco, proveniente das embarcações costeiras que trabalham nas águas do Golfo de Cádiz e que entram diariamente no porto para leiloar as capturas na lota.
 - ✓ Em **Ayamonte**, no ano de 2021 a frota é composta por um total de **61 embarcações** e uma tonelagem bruta (GT) de 1.065 tn. **A produção mais importante centra-se na captura de crustáceos**, que representa 39% da pesca fresca leiloadada na lota, a que se seguem os peixes (33%) e os moluscos (28%). As principais espécies desembarcadas na lota são: verdinho, pescada, carapau, tamboris e peixe-espada [PEIXES], camarões e lagostins [CRUSTÁCEOS], polvo, conquilha e choco [MOLUSCOS].
 - ✓ A frota da **Isla Cristina** é composta por **175 embarcações** (ano de 2021) com uma tonelagem bruta (GT) de 3.200 tn, principalmente dedicadas à pesca de arrasto, e em menor grau à de cerco. **A produção mais importante centra-se na captura de peixes** (72% da pesca fresca leiloadada na lota), a que se seguem os moluscos (19%) e os crustáceos (8%). As principais espécies desembarcadas na lota são: sardinha, biqueirão, sarda, carapau, e pescada [PEIXES], gambas, camarões e lagostins [CRUSTÁCEOS], polvo, pé-de-burrinho, choco e lulas [MOLUSCOS].
 - ✓ O porto de **Vila Real de Santo António** tem, no ano de 2021, **122 embarcações** de pesca a motor com uma capacidade para estas embarcações (GT) de 2.615 tn. **A produção mais importante centra-se na captura de crustáceos**, pois representa 68% da pesca fresca capturada, seguida de peixes (19%) e moluscos (13%). As principais espécies capturadas são: tamboril, pescada e verdinho [PEIXES], gambas e lagostins [CRUSTÁCEOS], choco, amêijoia e polvo [MOLUSCOS].

Figura 19. Características da frota pesqueira na zona litoral do Baixo Guadiana



- Da atividade dos três portos pesqueiros que formam a zona do litoral do Baixo Guadiana, o **porto da Isla Cristina é onde se concentra a principal atividade, representando 77% da pesca fresca**. A sua evolução nos últimos três anos (2019-2021) é positiva. A atividade na lota de Ayamonte, que representa 15% da atividade da pesca do Baixo Guadiana, tem vindo a reduzir o volume de pesca fresca mobilizado desde 2020. Pela sua parte, a atividade do porto de Vila Real de Santo António, 8% do total, experimenta no último exercício um aumento da sua atividade, após a notável queda registada no ano de 2020 (-18,4%).

Figura 20. Evolução da pesca fresca nos portos pesqueiros do litoral do Baixo Guadiana



Fonte: INE (PT), Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Desarrollo Sostenible (ESP).

- Juntamente com a atividade pesqueira, a **atividade marisqueira é outra atividade tradicional na zona do Baixo Guadiana**. Os usos da água para a atividade marisqueira incluem a **extração de moluscos a pé e com embarcação**. Na parte espanhola, as zonas de produção definidas na demarcação estão reguladas pela Ordem ARM/1995/2009, de 6 de julho, *que publicou as novas listas de zonas de produção de moluscos e de outros*

invertebrados marinhos no litoral espanhol. De acordo com a referida Ordem, **na Demarcação Hidrográfica do Guadiana existem 6 zonas declaradas de produção de moluscos**.

- A **atividade marisqueira com embarcação envolve dois tipos de modalidades de pesca: arrasto e dragagem hidráulica**. A frota marisqueira da demarcação apresenta 48 embarcações com porto de base na Isla Cristina (16 com arte de arrasto e 32 com arte de dragagem hidráulica) e 10 embarcações em Ayamonte (6 com arte de rasto e 4 com arte de dragagem hidráulica).¹²
- No âmbito da **economia azul**, a **produção aquícola** é outra atividade de interesse no contexto da Euroregião AAA, onde as regiões da **Andaluzia e Algarve** concentram a maior parte da produção, especialmente no primeiro caso. O termo aquicultura refere-se a todas as atividades cujo objetivo é a produção de organismos aquáticos, quer sejam de água doce, salobra ou salgada. Este processo abrange todas as fases do desenvolvimento, desde as mais precoces até à idade adulta.
- No âmbito da região da Andaluzia, e mais concretamente no caso da **província de Huelva**, **no ano de 2020 foram registadas 28 empresas de aquicultura marinha** (26 localizadas em terra face a 2 de localização no mar), sendo esta atividade liderada pelos municípios de **Ayamonte e Isla Cristina**. Neste sentido, a maior parte das instalações aquícolas na Demarcação Hidrográfica do Guadiana encontra-se no **Parque Natural Marismas da Isla Cristina**, aproveitando a complexa rede de drenagem detrítica com canais, canos e estuários e a existência de salinas abandonadas.
- A **produção a preços básicos na província de Huelva da aquicultura marinha**, tanto a desenvolvida em terra como no mar, **eleva-se a 7,4 milhões de euros em 2021**, o que representa **9% da produção regional**. Assumindo como referência a fase de engorda, a produção na província de Huelva foi de 550 toneladas, destacando-se a dourada (72%) e o robalo (18%), seguidos muito de longe pela ostra (4%), o camarão-japonês (3%) e a alface-do-mar (1%).
- No caso do **Algarve**, a aquicultura marinha que se pratica é, em muitos casos, o resultado do uso e da reconversão de salinas antigas. **A produção no ano de 2020 foi de 5.782 toneladas, com um valor de 46 milhões de euros**, sendo 82% da produção de carácter extensivo. Relativamente à zona do Baixo Guadiana, devem-se destacar as instalações de tanques terrestres localizadas em Sítio da Lezíria (Castro Marim) especializadas na fase de engorda de espécies como: ostras, amêijoas, corvina, dourada, enguia, esturção, robalo, dourada, robalo-baila, sargo, linguado ou pargo.

¹² Dados extraídos do Plano Hidrológico da parte espanhola da Demarcação Hidrográfica do Guadiana. Revisão do terceiro ciclo (2022-2027). Abril de 2022

Figura 21. Evolução da Produção (pps) na aquicultura marinha de Huelva (NUTS III)

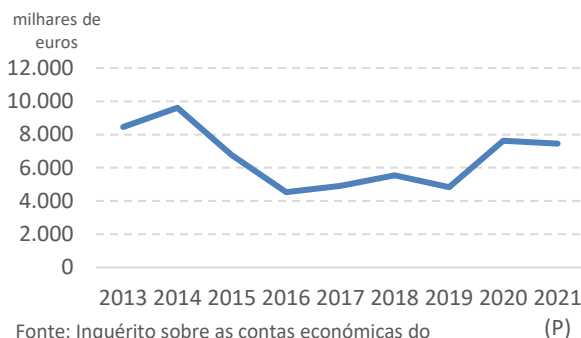
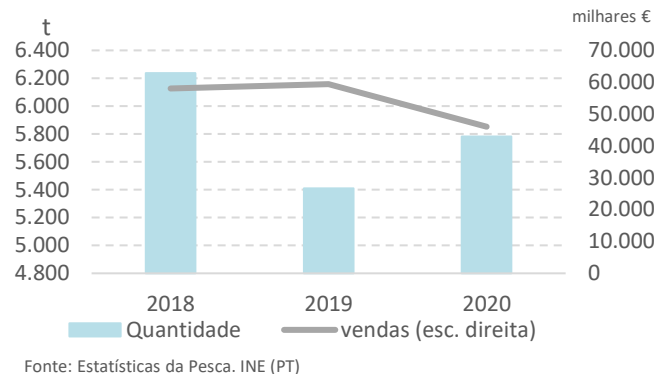


Figura 22. Evolução das vendas de aquicultura no Algarve (NUTS II)



- Por outro lado, tal como se assinala no *Plano Hidrológico da parte espanhola da Demarcação Hidrográfica do Guadiana*¹³, as características geológicas e climáticas da zona do Baixo Guadiana, onde a presença das marés favoreceu o desenvolvimento de grandes sapais, **propiciou tradicionalmente o desenvolvimento de salinas de evaporação** através da transformação de uma porção destes sapais num sistema de canos e extensas superfícies pouco profundas para favorecer a circulação apropriada da água do mar.
- Ao longo da costa espanhola foi identificado um total de doze salinas entre as localidades de Ayamonte e **Isla Cristina**, embora atualmente só estejam em exploração **duas** delas pertencentes a esta última circunscrição municipal. De um modo particular, destaca-se a salina Biomaris (I e II) dedicada à extração de sal marinho artesanal desde o ano de 1955, por ser a única na Andaluzia e na Espanha que produz *flor de sal*.
- Ao longo da costa portuguesa destacam-se as **salinas tradicionais de Castro Marim** localizadas na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, uma zona de alto valor natural, em particular, pela biodiversidade associada à sua zona húmida, que faz com que o seu *sal e flor de sal* tenham a categoria de Denominação de Origem Protegida (DOP). No entanto, o património natural destes municípios enfrenta ameaças motivadas por fatores como o progressivo abandono da produção tradicional de sal, o assoreamento dos canais de distribuição de água ou a desestabilização por erosão das margens, taludes e muros de defesa das salinas.
- Deve-se assinalar que a **atividade produtiva de sal marinho é muito benéfica para a biodiversidade e a manutenção dos equilíbrios ambientais nas zonas costeiras**, sendo a avifauna específica e a estabilidade do litoral os aspetos mais beneficiados. As salinas ativas propiciam a existência de ecossistemas determinantes para a sobrevivência de diversas espécies animais e vegetais, e evitam o efeito negativo das marés vivas nas zonas costeiras, devido aos muros de dique que defendem as unidades produtivas. Paralelamente, as

¹³ Confederação Hidrográfica do Guadiana O.A. Ministério para a transição ecológica e o desafio demográfico (abril de 2022)

salinas tradicionais desempenham um papel relevante na resposta à crise climática, dada a alta eficiência destes sistemas no sequestro e retenção de grandes quantidades de carbono.

- Desta forma, é prioritária a intervenção nestas zonas para se valorizar o seu capital biológico e as atividades humanas que se desenvolvem nelas, **aumentando a exploração dos sapais e o estabelecimento de novas salinas e/ou recuperação das instalações inativas/abandonadas.**

2.1.5. Cultura e património

2.1.5.1. Património imóvel e atividades de interesse etnológico

- A Euroregião AAA em geral, e a zona do Baixo Guadiana em particular, tem um **rico património histórico-cultural, fruto de um passado em comum** e da passagem de um vasto leque de civilizações e culturas que deixaram importantes vestígios e representações, cuja **avaliação converte o território transfronteiriço num destino de interesse cultural e turístico muito atrativo**.
- Tal como se relata no documento *Itinerários do Baixo Guadiana* elaborado no quadro do projeto GUADITER¹⁴, a zona do Baixo Guadiana foi objeto de ocupação humana desde tempos **pré-históricos**. O meio natural oferecia aos primeiros povoadores enclaves com excelentes posições defensivas, água e alimentos em abundância e generosos recursos minerais.
- A **civilização romana deixou um importante legado cultural no território**, e traria consigo grandes alterações sociais, económicas, políticas e territoriais. A *Villa Romana do Montinho das Laranjeiras* (Alcoutim) é uma das jazidas arqueológicas mais relevantes que se conservam. O próprio edifício da Câmara Municipal de Mértola também oferece nas suas caves restos arqueológicos que foram convertidos num museu visitável, enquanto em Sanlúcar de Guadiana ainda se conservam restos de uma calçada romana. Além disso, os museus arqueológicos de Alcoutim, Castro Marim, e Mértola expõem coleções muito interessantes de peças da época romana.
- De igual modo, o rio Guadiana foi reconhecido ao longo dos tempos como referência fronteiriça entre reinos cristãos e muçulmanos, na época medieval, e entre espanhóis e portugueses, desde o renascimento. **Castelos, alcáçovas, fortalezas e torres balizam as margens do rio e os cumes das colinas próximas, oferecendo um património artístico e monumental de excecional valor cultural e histórico**. Destacam-se como alguns dos exemplos mais bem conservados o Castelo de Castro Marim (Séc. XIII), bastião no território da Ordem de Cristo, herdeiros dos Templários, ou o de Mértola (Séc. VIII), que já nos tempos da invasão árabe defendia o próspero porto fluvial da vila. A eles juntam-se outros como o de Cacela Velha (Vila Real de Santo António), o de Alcoutim, o de San Marcos (Sanlúcar de Guadiana) ou Paymogo.
- De forma sintética, no caso dos **municípios de Huelva** da zona do Baixo Guadiana, o Catálogo Geral do Património Histórico da Andaluzia¹⁵ identifica um total de **63 bens imóveis inscritos**, 40 dos quais são Bens considerados de Interesse Cultural [BIC], enquanto 21 bens se inscrevem como de Catalogação Geral [CG]. Além disso, incluem-se 2 Zonas de Servidão Arqueológica [ZSA], como o Espaço Subaquático Rio Guadiana (Ayamonte) e o

¹⁴ Projeto financiado pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça entre a Espanha e Portugal 2007-2013 (POCTEP).

¹⁵ Informação publicada pela Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto da Junta da Andaluzia.

Espaço Subaquático Puerto de la Laja (El Granada). No que respeita aos **municípios portugueses do Baixo Guadiana, o património cultural imóvel classificado é composto por 19 bens**, encontrando-se 6 monumentos nacionais, 12 imóveis de interesse público e 1 imóvel de interesse municipal.

- Este património arquitetónico engloba aspetos do ambiente resultantes da interação entre pessoas e culturas ao longo do tempo. A sua **conservação, valorização e difusão têm uma grande importância** para a promoção dos territórios e o fomento da capacidade de atração de diferentes públicos para o seu desfrute, tendo em conta a diversidade dos **valores associados a estes enclaves: histórico, urbanístico, arquitetónico, etnográfico, social, industrial, técnico, científico e artístico**.
- Neste sentido, além do interesse cultural e turístico que a visita ao património arquitetónico das localidades do Baixo Guadiana suscita, destacam-se **outros produtos culturais ligados ao seu património histórico** que também geram atração turística como o **trajeto dos moinhos** (de alto valor etnológico, oferecendo ao público vistas privilegiadas do território) ou o **trajeto das antigas paisagens mineiras** (lembança da época de esplendor económico no século XIX nas zonas do Andévalo espanhol e do Baixo Alentejo português). Desta época dourada resta um legado cultural caracterizado por minas, povoações mineiras, torres de perfuração, linhas de caminhos de ferro e embarcadouros que desenham as paisagens serranas e fluviais do Baixo Guadiana.
- Finalmente, a relevância do património cultural do espaço transfronteiriço vai além da preservação dos seus bens materiais, pois a zona do Baixo Guadiana **tem um reconhecido património imaterial** formado pelas suas tradições do passado observáveis no **artesanato, nas festas, nos usos e costumes, na música, na dança e na própria gastronomia**. Um exemplo é o **trajeto do contrabando** que derivou num festival organizado pela Câmara Municipal de Alcoutim e a Câmara Municipal de Sanlúcar de Guadiana que é uma fusão, por um lado, da homenagem a uma atividade que ao longo da história propiciou um intenso intercâmbio comercial e social na zona e, por outro, das artes e da cultura que caracterizam uma grande época neste território fronteiriço.

Tabela 3. Identificação dos bens imóveis culturais que formam o Património Histórico da zona do Baixo Guadiana

NUTS III	Município	Denominação do bem	Regime/Categoria de proteção	Tipologia
Huelva	Isla Cristina	Castillo de la Redondela	B.I.C	Monumento
Huelva	Isla Cristina	Huerta Noble	B.I.C	Lugar de Interesse Etnológico
Huelva	Isla Cristina	Molino Chico	Catálogo Geral	
Huelva	Isla Cristina	Molino de Placerón	Catálogo Geral	
Huelva	Isla Cristina	Molino de Tamujar Grande	Catálogo Geral	
Huelva	Isla Cristina	Molino de las Compuertas	Catálogo Geral	
Huelva	Isla Cristina	Molino del Gazapo	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Antigo Convento de San Francisco: Igreja de San Francisco	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Baluartes de Buscarruidos	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Baluartes de las Angustias	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Bonete Artillero	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Capela de San Antonio	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Castillo	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Empire Warrior	B.I.C	Zona Arqueológica
Huelva	Ayamonte	Espaço Subaquático Rio Guadiana	Zona de Servidão Arqueológica (ZSA)	
Huelva	Ayamonte	Hornabeque del Socorro	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Igreja de Nuestra Señora de las Angustias	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Igreja de Nuestro Señor y Salvador	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Igreja e Antigo Convento de la Merced	B.I.C	Monumento
Huelva	Ayamonte	Molino de Eizaguirre	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Molino de El Pintado	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Molino de Placerón	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Molino de San Diego	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Molino de Tamujar Grande	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Molino del Molinito	Catálogo Geral	
Huelva	Ayamonte	Palácio do Marquês de Ayamonte	Catálogo Geral	

NUTS III	Município	Denominação do bem	Regime/Categoria de proteção	Tipologia
Huelva	Ayamonte	Torre de Isla Canela	B.I.C	Monumento
Huelva	Lepe	Castelo de Lepe	B.I.C	Monumento
Huelva	Lepe	Ajimez del edificio na calle Oria Castañeda	Catalogação Geral	
Huelva	Lepe	Igreja de Santo Domingo	B.I.C	Monumento
Huelva	Lepe	Molino de Valletaray	Catalogação Geral	
Huelva	Lepe	Molino de la Barca	Catalogação Geral	
Huelva	Lepe	Molino de la Higuera	Catalogação Geral	
Huelva	Lepe	Real da almadraba de Nueva Umbría	B.I.C	Lugar de Interesse Etnológico
Huelva	Lepe	Torre del Catalán	B.I.C	Monumento
Huelva	Cartaya	Antigo Convento de Mercedarios Descalzos de la Santísima Trinidad	B.I.C	Monumento
Huelva	Cartaya	Castelo dos Zuñigas	B.I.C	Monumento
Huelva	Cartaya	Castelo de San Miguel	B.I.C	Monumento
Huelva	Cartaya	Molino de Legrete	Catalogação Geral	
Huelva	San Silvestre del Guzmán	Gravuras Rupestres de Los Lirios	B.I.C	Monumento
Huelva	Sanlúcar de Guadiana	Castelo de San Marcos	B.I.C	Monumento
Huelva	Villanueva de los Castillejos	Bacia mineira de Tharsis-La Zarza	B.I.C	Zona Patrimonial
Huelva	Villanueva de los Castillejos	Fortaleza de Pie Castillo	B.I.C	Monumento
Huelva	Villanueva de los Castillejos	Petróglifos de Las Tierras	B.I.C	Monumento
Huelva	El Almendro	Castelo Peña Amaya	B.I.C	Monumento
Huelva	El Almendro	Fortaleza de Pie Castillo	B.I.C	Monumento
Huelva	El Almendro	Igreja de Nuestra Señora de Guadalupe	B.I.C	Monumento
Huelva	El Granado	Castelo de Malpique	B.I.C	Monumento
Huelva	El Granado	Espaço Subaquático Puerto de la Laja	Zona de Servidão Arqueológica (ZSA)	
Huelva	El Granado	Linha de Caminho de ferro entre o Puerto de la Laja e La Cañada del Sardón	B.I.C	Lugar de Interesse Industrial
Huelva	El Granado	Cais de Carga do Puerto de la Laja	B.I.C	Lugar de Interesse Industrial
Huelva	El Granado	Núcleo urbano do Puerto de la Laja	B.I.C	Lugar de Interesse Industrial

NUTS III	Município	Denominação do bem	Regime/Categoria de proteção	Tipologia
Huelva	El Granado	Povoação da Cañada del Sardón	B.I.C	Lugar de Interesse Industrial
Huelva	El Granado	Torre Castello Chico	B.I.C	Monumento
Huelva	La Puebla del Guzmán	Antigo Convento de María Auxiliadora	B.I.C	Monumento
Huelva	La Puebla del Guzmán	Castillo del Águila	B.I.C	Monumento
Huelva	La Puebla del Guzmán	Forte	B.I.C	Monumento
Huelva	Paymogo	Castelo	B.I.C	Monumento
Algarve	Vila Real de Santo António	Núcleo histórico pombalino de Vila Real de Santo António	Conjunto de Interesse Público [CIP]	Arquitetura mista
Algarve	Vila Real de Santo António	Cacela Velha (conjunto)	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arquitetura mista
Algarve	Vila Real de Santo António	Hotel Guadiana	Interesse Municipal [IM]	
Algarve	Vila Real de Santo António	Monumentos da Quinta da Nora e Herdade da Marcela	Monumento Nacional [MN]	Arqueologia
Algarve	Castro Marim	Pelourinho de Castro Marim	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arquitetura civil
Algarve	Castro Marim	Castelo de Castro Marim	Monumento Nacional [MN]	Arquitetura militar/Castelo
Algarve	Castro Marim	Forte de São Sebastião e elementos arquitetónicos restantes	Monumento Nacional [MN]	Arquitetura militar/Fortaleza
Algarve	Alcoutim	Barragem romana de Álamo	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arqueologia/Barragem
Algarve	Alcoutim	Cerro do Castelo de Santa Justa	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arqueologia/Povoação
Algarve	Alcoutim	Igreja de Martim Longo	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arquitetura religiosa
Algarve	Alcoutim	Fortaleza de Alcoutim	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arquitetura militar/Castelo
Algarve	Alcoutim	Castelo Velho de Alcoutim	Imóvel de Interesse Público [IIP]	Arquitetura militar/Castelo
Algarve	Alcoutim	Ermida da Nossa Senhora da Conceição	Monumento de Interesse Público [MIP]	Arquitetura religiosa
Algarve	Alcoutim	Villa Romana do Montinho das Laranjeiras	Sítio de Interesse Público [SIP]	Arqueologia/Villa
Baixo Alentejo	Mértola	Conjunto das Minas de São Domingos	Conjunto de Interesse Público [CIP]	
Baixo Alentejo	Mértola	Ermida de Santa Ana	Monumento de Interesse Público [MIP]	
Baixo Alentejo	Mértola	Castelo de Mértola	Monumento Nacional [MN]	Arquitetura militar/Castelo
Baixo Alentejo	Mértola	Igreja matriz de Mértola	Monumento Nacional [MN]	Arquitetura religiosa
Baixo Alentejo	Mértola	Ponte de Mértola	Monumento Nacional [MN]	Arquitetura civil

Fonte: Catálogo General del Patrimonio Histórico de Andalucía (Consejería de Turismo, Cultura y Deporte de la Junta de Andalucía) e Direção-Geral do Património Cultural

Tabela 4. Identificação de atividades de interesse etnológico na província de Huelva

NUTS III	Município	Denominação do bem	Regime de Proteção	Tipologia
Huelva	Cartaya	La Cetrería en Andalucía	B.I.C.	Atividade de Interesse Etnológico
Huelva	Sanlúcar de Guadiana	Dança da Virgen de Guadiana	Catalogação Geral	Atividade de Interesse Etnológico
Huelva	Villanueva de los Castillejos	Dança dos Cirochos	Catalogação Geral	Atividade de Interesse Etnológico
Huelva	El Almendro	Dança dos Cirochos	Catalogação Geral	Atividade de Interesse Etnológico
Huelva	La Puebla de Guzmán	Dança de Espadas	Catalogação Geral	Atividade de Interesse Etnológico
Fonte: Catálogo General del Patrimonio Histórico de Andalucía (Consejería de Turismo, Cultura y Deporte de la Junta de Andalucía)				

2.1.6. Caracterização ambiental do espaço do Baixo Guadiana

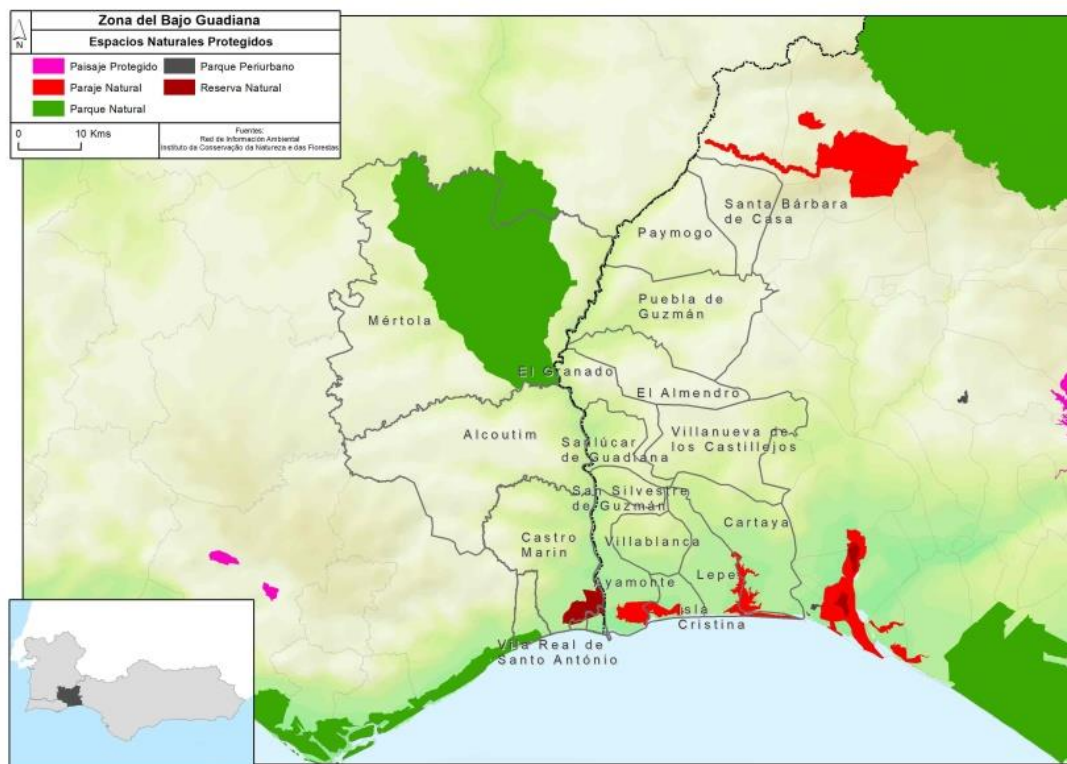
2.1.6.1. Situação ambiental e espaços naturais

- A temperatura e a precipitação são as variáveis que determinam, em maior grau, o clima, condicionadas, além disso, pela orografia e pelo relevo no Baixo Guadiana. A interação de tais variáveis traduz-se em verões quentes com alta insolação e evapotranspiração elevada nas zonas mais interiores, e invernos relativamente suaves com temperaturas que se mantêm sem risco de geadas, tudo isto suavizado pela proximidade do oceano Atlântico. Predomina, portanto, **um clima temperado com um verão seco e quente (Csa)**, com uma temperatura no mês mais frio do ano de 0 a 18 °C, e a presença de um período claramente seco e muito quente com uma temperatura média do mês mais quente acima dos 22 °C. **No litoral o clima é moderado, com um verão também seco, embora temperado (Csb)**, com temperaturas médias do mês mais quente abaixo dos 22 °C.
- As **precipitações** mostram um território muito seco, com um **regime anual baixo**, maioritariamente entre **400 e 700 mm por ano**, concentradas entre os meses de outubro e abril. A influência atlântica aumenta o volume anual de precipitações nas zonas de serra mais setentrionais, situando-se em valores próximos dos 700 mm.
- A **orografia** no Baixo Guadiana **é suave** o que, ao longo da sua história, pressupôs o estabelecimento de numerosos núcleos populacionais nesta zona costeira, e o seu **aproveitamento para fins agrícolas e pecuários**.
- O clima e a orografia determinam que a Península Ibérica seja um dos territórios com maior biodiversidade no continente europeu; assim o atestam os espaços naturais de alto valor ecológico e ambiental do Baixo Guadiana e que albergam uma **biodiversidade exceccionalmente alta**. Neste contexto encontramos, por um lado, **espaços naturais protegidos ao abrigo das regulações estatais espanhola e lusa**, e por outro, **a rede ecológica** resultante da aplicação da Diretiva 2009/147/CE relativa à conservação das aves silvestres, e da Diretiva 92/43/CEE relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora silvestres, **conhecida como Rede Natura 2000**.
- No que respeita aos primeiros, e na parte portuguesa, no município de Mértola situa-se 88% da superfície do extenso Parque Natural *Vale do Guadiana* (cerca de 70.000 ha), que também confina com o município de Alcoutim; no território luso mais meridional do Baixo Guadiana, o Parque Natural *Ria Formosa* alcança pela costa a circunscrição municipal de Vila Real de Santo António¹⁶. Entre este último município e Castro Marim também se localiza a Reserva Natural com o mesmo nome, estando 83,8% da sua superfície situados nos confins de Castro Marim. Na parte espanhola, seguindo a linha da costa encontra-se, entre os municípios de Huelva da Isla Cristina e Ayamonte, o Parque Natural *Marismas da Isla*

¹⁶ A sua circunscrição municipal está dividida, por sua vez, em três *freguesias*. Trata-se de um dos poucos municípios de Portugal territorialmente descontínuos, dado que se divide numa parte ocidental, a freguesia de Vila Nova de Cacela, e outra parte oriental, onde está a capital do município homónimo (Vila Real) e Monte Gordo.

Cristina e, entre Lepe e Cartaya o Parque Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido. Desta forma, a superfície do Baixo Guadiana afetada por alguma destas figuras de proteção é de 16,3%, correspondendo 93,2% desta a território luso.

Figura 23. Espaços Naturais Protegidos ao abrigo de regulações nacionais e autonómicas



Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos da Red de Información Ambiental de Andalucía e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Zona del Bajo Guadiana	Zona do Baixo Guadiana
Espacio Naturales Protegidos	Áreas Naturais Protegidas
Paisaje Protegido	Paisagem Protegida
Parque Periurbano	Parque Periurbano
Paraje Natural	Sítio Natural
Reserva Natural	Reserva Natural
Parque Natural	Parque Natural
Fuentes: Red de Información Ambiental. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Fontes: Red de Información Ambiental. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

- Nos municípios confinantes ao espaço de cooperação definido para o Baixo Guadiana, também se encontram outros espaços naturais significativos como os Parques Naturais de *Sierra Pelada e Rivera del Aserrador* (a nordeste) e *Marismas del Odiel* (a sudeste). Este último espaço também faz parte das zonas húmidas andaluzas incluídas na lista de Ramsar¹⁷, e é Reserva da Biosfera¹⁸.

¹⁷ Tratado intergovernamental relativo à conservação e uso racional das zonas húmidas.

¹⁸ As Reservas da Biosfera são zonas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos, ou uma combinação destes, reconhecidas como tais num plano internacional no quadro do Programa MAB (Man And the Biosphere) da UNESCO.

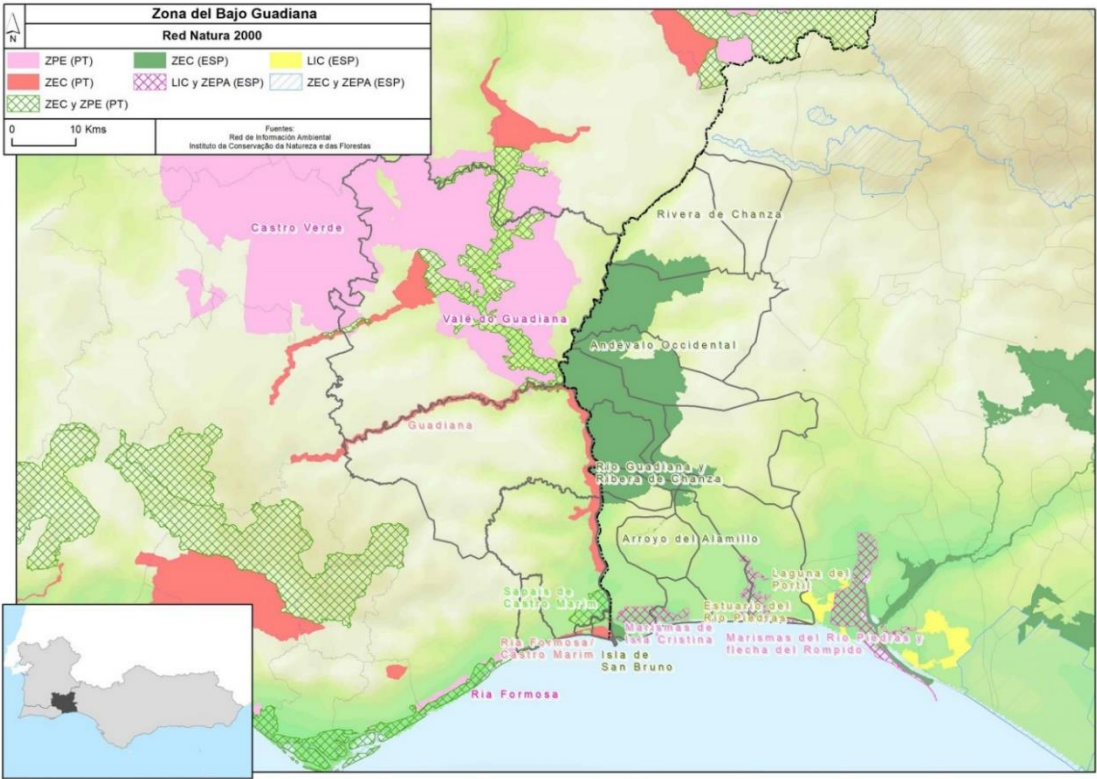
Tabela 5. Municípios e superfície do Baixo Guadiana com Espaços Naturais Protegidos

Município	Superfície protegida (km²)	Extensão municipal afetada (%)	Espaço Protegido	Figura de proteção
Ayamonte (ES)	14,16	10,00	Marismas da Isla Cristina	Parque Natural
Isla Cristina (ES)	9,09	18,24	Marismas da Isla Cristina	
Cartaya (ES)	13,10	5,81	Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido	Parque Natural
Lepe (ES)	10,63	8,32	Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido	
Mértola (PT)	614,71	47,55	Vale do Guadiana	Parque Natural
Alcoutim (PT)	0,01	0,00	Vale do Guadiana	
Vila Real de Santo António (PT)	6,76	11,04	Ria Formosa	Parque Natural
	3,74	6,11	Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	Reserva Natural
Castro Marim (PT)	19,39	6,45	Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	

Fonte: Elaboração a partir dos dados obtidos da Red de Información Ambiental de Andalucía e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

- Por outro lado, no que respeita à Rede Natura 2000, **39,95% do território do Baixo Guadiana foram considerados como zona de espécies de interesse pelos habitats e/ou pelas espécies de aves silvestres** que acolhem. Assim o apoiam as **oito Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** que, de maior a menor extensão e na parte espanhola são: *Andévalo Occidental, Rio Guadiana e Ribera del Chanza, Rivera de Chanza, Isla de San Bruno, e Arroyo del Alamillo*; e na parte portuguesa, *Guadiana, Ria Formosa/Castro Marim e Caldeirão*.
- As zonas protegidas devido à presença de espécies de aves silvestres (**ZPEA**) **são cinco**: no território português encontram-se *Vale do Guadiana, Sapais de Castro Marim e Castro Verde*, e no de Huelva, as *Marismas da Isla Cristina* e as *Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido* (que também são Lugares de Interesse Comunitário – LIC-). Outros **dois LIC** na parte espanhola completam os espaços da Rede Natura da zona (*Estuário do Rio Piedras e Laguna de El Portil*).

Figura 24. Espaços naturais pertencentes à Rede Natura 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos da Red de Información Ambiental de Andalucía e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Zona del Bajo Guadiana	Zona do Baixo Guadiana
Fuentes: Red de Información Ambiental. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestais	Fontes: Red de Información Ambiental. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestais

- No que respeita ao mapa anterior correspondente à Rede Natura 2000, é de interesse destacar também os municípios que confinam com o espaço de cooperação, por apresentarem um reconhecimento nada desdenhável de outros espaços naturais de grande valor ecológico e ambiental. Alguns exemplos deles são ZPEA *Caldeirão* (a oeste), a ZEC e ZPEA *Sierra Pelada e Rivera del Aserrador* (a norte) ou o LIC e ZPEA *Marismas del Odiel*.
- Todos os municípios que formam o Baixo Guadiana estão afetados, em maior ou menor medida, por uma ou mais zonas da Rede Natura 2000, o que confirma a biodiversidade existente nesta área. A tabela seguinte detalha as zonas ZEC, ZPEA (ZPE em território português) e LIC que afetam cada município.

Tabela 6. Contribuição municipal do Baixo Guadiana para a Rede Natura 2000

Município	Superfície Rede Natura 2000 (km²)	Extensão afetada (%)	Denominação espaço Rede Natura 2000	Tipo
Ayamonte (ES)	5,7	22,0	Andévalo Ocidental	ZEC
	0,0		Arroyo del Alamillo	ZEC
	3,8		Isla de Bruno	ZEC
	16,1		Marismas da Isla Cristina	LIC e ZPEA
	5,5		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
Cartaya (ES)	8,3	10,9	Andévalo Ocidental	ZEC
	2,1		Estuário do Rio Piedras	LIC
	0,3		Laguna de El Portil	LIC
	13,9		Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido	LIC e ZPEA
Almendo, El (ES)	103,6	60,7	Andévalo Ocidental	ZEC
	0,3		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
Grando, El (ES)	96,0	100,0	Andévalo Ocidental	ZEC
	1,9		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
Isla Cristina (ES)	8,6	17,3	Marismas da Isla Cristina	LIC e ZPEA
Lepe (ES)	5,5	13,7	Andévalo Ocidental	ZEC
	2,0		Estuário do Rio Piedras	LIC
	10,0		Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido	LIC e ZPEA
Paymogo (ES)	31,6	15,1	Andévalo Ocidental	ZEC
	0,7		Rivera de Chanza	ZEC
Puebla de Guzmán (ES)	118,5	35,3	Andévalo Ocidental	ZEC
	2,4		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
San Silvestre de Guzmán (ES)	31,4	65,3	Andévalo Ocidental	ZEC
	0,4		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
Sanlúcar de Guadiana (ES)	94,9	99,0	Andévalo Ocidental	ZEC
	1,0		Río Guadiana y Ribera de Chanza	ZEC
Santa Bárbara de Casa (ES)	0,1	0,0	Rivera de Chanza	ZEC
Villabanca (ES)	0,5	0,5	Arroyo del Alamillo	ZEC
Villanueva de los Castillejos (ES)	34,1	12,9	Andévalo Ocidental	ZEC
Alcoutim (PT)	41,5	7,2	Guadiana	ZEC
Castro Marim (PT)	18,2	19,3	Guadiana	ZEC
	21,2		Ria Formosa/Castro Marim	ZEC
	18,7		Sapais de Castro Marim	ZPE

Município	Superfície Rede Natura 2000 (km²)	Extensão afetada (%)	Denominação espaço Rede Natura 2000	Tipo
Mértola (PT)	199,6	71,9	Guadiana	ZEC
	94,9		Castro Verde	ZPE
	635,0		Vale do Guadiana	ZPE
Vila Real de Santo António (PT)	11,9	19,4	Ria Formosa/Castro Marim	ZEC
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos da Red de Información Ambiental de Andalucía e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.				

- A incidência destas figuras de conservação em todos os municípios do Baixo Guadiana é considerável; o caso mais destacado é o de Mértola, o *concelho* de maior extensão da zona, com 71,9% da sua superfície considerada como ZEC ou ZPEA. Na parte espanhola, El Granado ou Sanlúcar de Guadiana têm praticamente toda a sua circunscrição municipal declarada como Zona Especial de Conservação, e San Silvestre del Guzmán e El Almendro têm 65,3 e 60,7%, respetivamente.
- **A conservação e avaliação dos referidos espaços representam um desafio para o desenvolvimento sustentável do Baixo Guadiana.** Neste sentido, o enfoque ecossistémico na gestão de espaços naturais permite a integração da diversidade de serviços que estes ecossistemas oferecem, considerando a população como uma componente fundamental dos processos de desenvolvimento. As ações que danificam as espécies e/ou os seus habitats põem em perigo os bens e serviços ambientais que fornecem à sociedade, pelo que é necessário reconhecer a sua multifuncionalidade e impulsionar mecanismos de colaboração para melhorar a sua gestão.

2.1.6.2. Biodiversidade

- A biodiversidade da Península Ibérica é das mais altas da Europa, albergando o maior número de espécies de vertebrados e de plantas vasculares do continente. Neste contexto, as regiões da Andaluzia, Algarve e Alentejo são privilegiadas no que se refere ao seu património natural, acolhendo mais de metade das espécies de flora e fauna presentes na Península Ibérica. A área geográfica do **Baixo Guadiana** também é representativa de **uma grande variedade de habitats e ecossistemas**, tal como o atestam os espaços da Rede Natura 2000 e os outros espaços naturais protegidos anteriormente referidos.
- O Baixo Guadiana constitui um vasto território que inclui, desde o litoral atlântico do sudoeste peninsular, até ao início dos contrafortes serranos setentrionais da província de Huelva e Alentejo. Esta gradação reflete-se num **mosaico diverso de estruturas morfológicas e de paisagens**: desde planícies, vales aluviais, e espaços de colinas até zonas húmidas, dunas e zonas fluvio-marinhas.
- Os fatores edáficos, climáticos e a geomorfologia do território estabelecem as condições para o desenvolvimento de uma formação vegetal potencial específica, enquadrando-se na **Região Mediterrânica**, nos **níveis térmico e meso-mediterrânico**. Por conseguinte, nas zonas do interior, as séries de vegetação potencial correspondem a azinhais (*Quercus rotundifolia*), sobreirais (*Quercus suber*), carvalhais (*Quercus faginea*) ou lentiscais (*Pistacia lentiscus*) em zonas pontuais.
- As intervenções sofridas no território pelos seus habitantes ao longo dos anos foram modelando, eliminando ou substituindo a maior parte destas formações, pelo que **o estrato vegetal atual quase não tem relação com a sua estrutura potencial, à exceção do espaço litoral**, em que as dinâmicas de marés e condições edáficas do estuário do Guadiana estabelecem restrições a usos como o agrícola ou o urbanístico, que permitiram preservar este espaço.
- Destacam-se em seguida **as espécies faunísticas, as comunidades vegetais e/ou os habitats mais significativos que se podem encontrar nos lugares da Rede Natura 2000 e noutros espaços protegidos do Baixo Guadiana**¹⁹:

¹⁹ Assumiu-se como base do estudo a informação do diagnóstico elaborada no quadro Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027.

<i>Alentejo</i>	<i>Andaluzia</i>	
Parque Natural e LIC <i>Vale do Guadiana</i> , ZPEA <i>Guadiana</i> e ZPEA <i>Castro Verde</i>	ZEC <i>Andévalo Occidental</i> , ZEC <i>Arroyo del Alamillo</i> , ZEC <i>Guadiana e Rivera del Chanza</i> , e ZEC <i>Rivera de Chanza</i>	

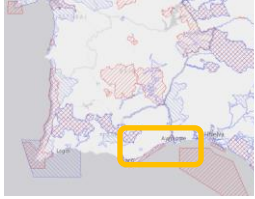
Parque Natural Vale do *Guadiana*, ZPEA e LIC *Guadiana* e ZPEA *Castro Verde*: esta área compreende o curso inferior do *Guadiana*, acompanhado pelos seus principais afluentes a sul de Serpa, geralmente configurado por margens de matagal mediterrânico. Tem uma alta diversidade geomorfológica e fisiográfica, associada a um relevo acentuado de difícil acesso, apresentando uma vegetação com elevada maturidade ecológica e escassa antropização. Este sistema fluvial constitui um corredor importante para as espécies piscícolas autóctones e migratórias.

Os valores naturais mais significativos da ZPEA *Guadiana* estão associados à peneplanície alentejana e ao rio *Guadiana* e seus afluentes, que albergam espécies de fauna, dando abrigo a 48% das espécies de aves ameaçadas de Portugal. É uma área fundamental para a conservação de avifauna associada a biótopos agrícolas de tipo extensivo, destacando-se o peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*), o cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*), e a abetarda comum (*Otis tarda*). A ZPEA *Castro Verde* também é muito relevante para a conservação de espécies de avifauna estépica; além das planícies dedicadas aos cereais, apresenta pastagens de azinheiras (*Quercus ilex*).

O ZEC *Arroyo del Alamillo* destaca-se pela sua importância especial na conservação da vegetação ribeirinha e, mais concretamente, de *Marsilea strigosa* e de *Marsilea batardae*.

Morfologicamente, a ZEC *Andévalo Occidental* tem traços muito homogéneos com grandes extensões de pastagens, fundamentalmente de azinheiras. Também apresenta uma abundante população de coelhos, o que contribui para que seja considerada como zona de lince, assim como para a dispersão de crias de águia imperial (*Aquila adalberti*) nascidas em Doñana. A ZEC *Rio Guadiana e Rivera del Chanza* é um espaço formado pelos cursos baixos de dois rios, o *Guadiana*, e o seu afluente *Chanza*, e ao desaguar no Oceano Atlântico forma um estuário de margens pantanosas. A manutenção de um estado de conservação favorável deste ecossistema fluvial é essencial para a conservação de um grande número de espécies de peixes da Diretiva Habitat.

Este último espaço é importante pela função de ligação que desempenha. É o eixo de articulação do complexo de espaços protegidos Rede Natura 2000 presentes à volta da fronteira luso-espanhola, ligando o Parque Natural *Vale do Guadiana* ao Oceano Atlântico.

Algarve	Andaluzia	
Parque Natural e ZPEA <i>Ria Formosa</i> , ZEC <i>Ria Formosa e Castro Marim</i> , Reserva Natural e ZPEA <i>Sapais de Castro Marim</i>	ZEC <i>Isla de San Bruno</i> , Parque Natural, LIC e ZPEA <i>Marismas da Isla Cristina</i> , Parque Natural, LIC e ZPEA <i>Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido</i> , LIC <i>Laguna de El Portil</i> e LIC <i>Estuário do Rio Piedras</i>	

A ZPEA *Ria Formosa* não chega a alcançar a área de cooperação do Baixo Guadiana, mas a sua influência no litoral é inegável, dado que é uma das áreas mais importantes para as aves migratórias de Portugal, em particular para as limícolas, como a tarambola cinzenta (*Pluvialis squatarola*) ou a seixoeira (*Calidris canutus*), e para algumas anátidas. Nesta zona também nidificam espécies como a garça-branca comum (*Egretta garzetta*), o caimão comum (*Porphyrio porphyrio*), ou o pernilongo-comum (*Himantopus himantopus*). Por outro lado, a ZEC *Ria Formosa/Castro Marim* caracteriza-se pela presença de um cordão litoral de dunas, com bancos de areia que permanecem submersos, enquanto outros emergem durante a baixa-mar. Este sistema inclui uma grande variedade de habitats (ilhas, barreiras, pântanos, bancos de areia e sapais, lagoas de água doce e salgada, pinhais, zonas agrícolas, etc.), o que sugere a presença de uma grande variedade de flora e fauna.

A ZPEA *Sapais de Castro Marim* é de especial importância para a reprodução do borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*) ou da andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*); também é área de alimentação do período pós-reprodutor para o colhereiro (*Platalea leucorodia*) ou o flamingo vermelho (*Phoenicopterus ruber*), além de ser uma área de invernada de muitas outras aves aquáticas.

A ZEC *Isla de San Bruno* é uma pequena zona da foz do Guadiana que se encontra separada do mar por uma flexa litoral em expansão para noroeste, e que apresenta um sistema dunar em evolução contínua. De entre as espécies que habitam neste ecossistema destaca-se o endemismo *Linaria Lamarckii*, única população em todo o território nacional. Nas suas proximidades, o LIC e a ZPEA *Marismas da Isla Cristina* são um complexo de sapais muito influenciadas pelas marés atlânticas. É uma área importante para a reprodução de ardeidas e de outras aves de zonas húmidas, e para a passagem e invernada de limícolas. A ZPEA e LIC *Marismas do Rio Piedras e Flecha del Rompido* também é uma zona de sapais e areias litorais, fundamental para a reprodução, invernada e passagem de avifauna. Destaca-se o tomilho-das-praias (*Thynus carnosus*), um endemismo do litoral atlântico sudoeste que na Espanha só vive nesta área.

O LIC *Laguna de El Portil* é de água doce, conservando por isso uma elevada população de aves aquáticas, dado que nela param numerosas espécies que emigram para a Península todos os anos. A origem da lagoa encontra-se na lenta acumulação de areias proveniente das frentes dunares móveis. Por último, a importância do LIC *Estuário do Rio Piedras* consiste nos habitats do estuário, marinhos e de marés sobre os quais se distribui a sebarrinha *Zostera noltii*, que desempenha uma função ecológica muito importante no ecossistema; tais habitats facilitam o

desenvolvimento de uma rica fauna piscícola que oferece recursos tróficos fundamentais para aves marinhas e costeiras, como a águia-pesqueira, que utiliza este espaço como lugar de alimentação e reprodução.

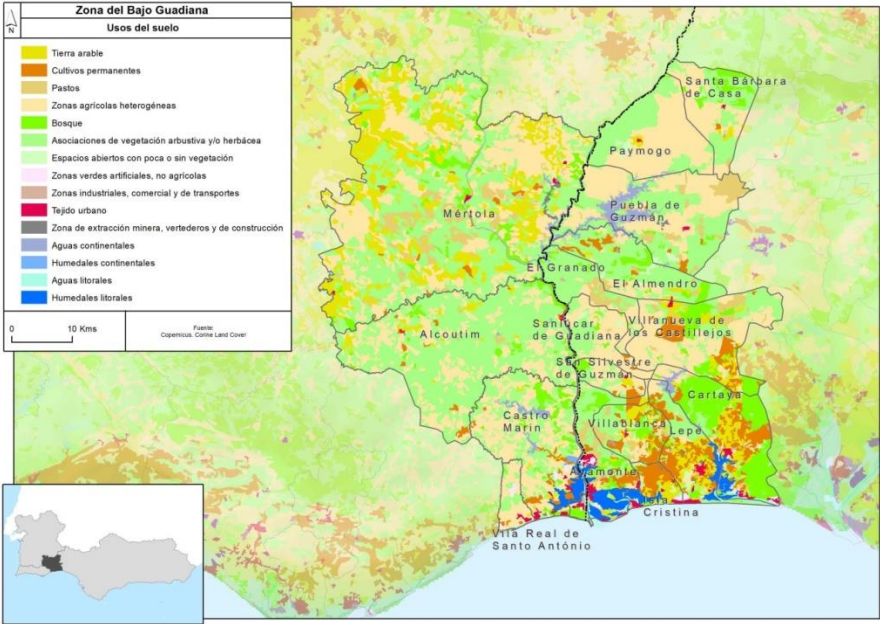
Estes espaços de grande valor ambiental situados, tanto no interior como em áreas costeiras, de ambos os lados da fronteira, são mais um exemplo da riqueza e diversidade que os municípios do Baixo Guadiana compartilham, além dos desafios que enfrentam para conciliar a sua preservação com o desenvolvimento de atividades económicas.

2.1.6.3. Usos do solo

- Atendendo aos usos do solo facultados pelo serviço Copernicus (2018) **50,9% do Baixo Guadiana são áreas agrícolas** (o que inclui terras aráveis, cultivos permanentes, pastos e zonas agrícolas heterogéneas), **44% são superfícies florestais e seminaturais** (florestas, associações de vegetação arbustiva e/ou herbácea, e espaços abertos com pouca ou escassa vegetação), **3,1% correspondem a zonas húmidas e massas de água** tanto continentais como litorais e os 2% restantes representam superfícies artificiais.
- A distribuição e a evolução dos usos do solo no Baixo Guadiana são o resultado, tanto do seu meio físico, como dos processos de desenvolvimento e ocupação histórica. Neste sentido, embora o Baixo Guadiana tenha características semelhantes em ambos os lados da fronteira (baixa capacidade agrológica dos solos, precipitações pouco abundantes ou baixa densidade populacional), foram desenvolvidos modelos diferentes de aproveitamento tradicional. **Na zona espanhola predominou o aproveitamento florestal e a pecuária extensiva em pastagens e pastios**, encontrando-se **os cultivos principalmente no fundo dos vales e em ambientes urbanos**. Enquanto na **vertente portuguesa se destacaram as extensões de cultivo de cereais em sequeiro, olivais e outros lenhosos** marcados pelas limitações edáficas e climáticas, acompanhados de uma atividade pecuária sustentada também em pastagens e uma menor presença dos aproveitamentos florestais.
- A análise do uso do solo em ambos os lados da fronteira reflete esta diferença; assim, nos **municípios de Huelva predominam as áreas florestais e seminaturais (54,6%)** seguidas das áreas agrícolas (39,2%), enquanto **nos concelhos portugueses predomina o uso agrícola (62%)** face ao florestal (34,1%).
- A arborização dos espaços florestais e seminaturais do Baixo Guadiana é composta principalmente por espécies autóctones como as quercíneas com predomínio da azinheira e algumas manchas de sobreiro em zonas de sombra. Foram efetuados repovoamentos florestais de coníferas (principalmente de pinheiro-manso) que se mantêm estáveis; a superfície repovoada de eucaliptos está a ser substituída por cultivos agrícolas mais rentáveis, especialmente na parte portuguesa. O estrato arbustivo predomina nas áreas onde as condições edáficas e inclinadas impedem o desenvolvimento do arbóreo, e também em consequência do abandono de cultivos tradicionais e pastios.

Figura 25. Uso do solo na zona do Baixo Guadiana

Zona del Bajo Guadiana	Zona do Baixo Guadiana
Usos del suelo	Uso do solo
Tierra arable	Terras aráveis
Cultivos permanentes	Culturas permanentes
Pastos	Pastagens
Zona agrícolas hererogéneas	Zona agrícola hererogénea
Bosque	Floresta
Asociaciones de vegetación arbustiva y/o herácea	Associações de vegetação arbustiva e/ou herbácea
Espacios abiertos con poca o sin vegetación	Espaços abertos com pouca ou nenhuma vegetação
Zonas verdes artificiales, no agrícolas	Zonas verdes artificiais, não agrícolas
Zonas industriales, comercial y de transportes	Zonas industriais, comerciais e de transportes
Tejido urbano	Tecido urbano
Zona de extracción minera, vertederos y de consutrcción	Áreas de extração mineira, aterros e depósitos de lixo, aterros sanitários e aterros de consumos
Aguas continentales	Águas interiores
Humadales contiantanles	Zonas húmidas interiores
Aguas litortales	Águas litorais
Humadales litorales	Zonas húmidas litorais
Fuente: Copernicus, Corine Land Cover	Fonte: Copernicus, Corine Cobertura do solo



Fonte: Uso do solo do Programa Copernicus, 2018

- Na última década ocorreu uma importante transformação nos usos do solo, que, além disso, difere nos dois lados da fronteira. No lado espanhol, entre 2011 e 2021 reduziu-se em 30% a superfície agrária (28.060 ha), ao mesmo tempo que aumentaram em 16,7% os hectares de uso florestal (18.724 ha). Em contrapartida no território luso, entre 2009 e 2019, o processo foi inverso, tendo aumentado em 14,9% as terras agrícolas (16.466 ha), e diminuído em 17,1% as florestais (4.390 ha)
- Por municípios, na última década todos os de Huelva menos Villablanca sofreram uma diminuição do uso agrário, embora na localidade de Lepe ou Isla Cristina não se tenham verificado alterações significativas. A tendência seguida nos *concelhos* foi a oposta, pois à exceção de Castro Marim, todos aumentaram as terras agrícolas.

Figura 26. Evolução dos usos de solo agrário e florestal (ha) nos municípios espanhóis do Baixo Guadiana

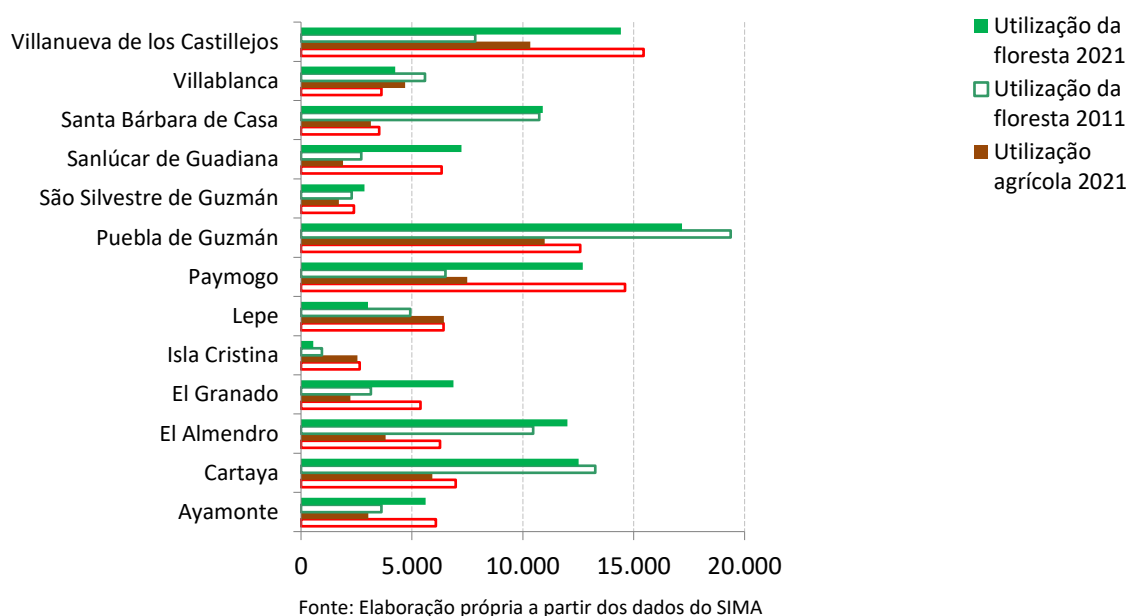
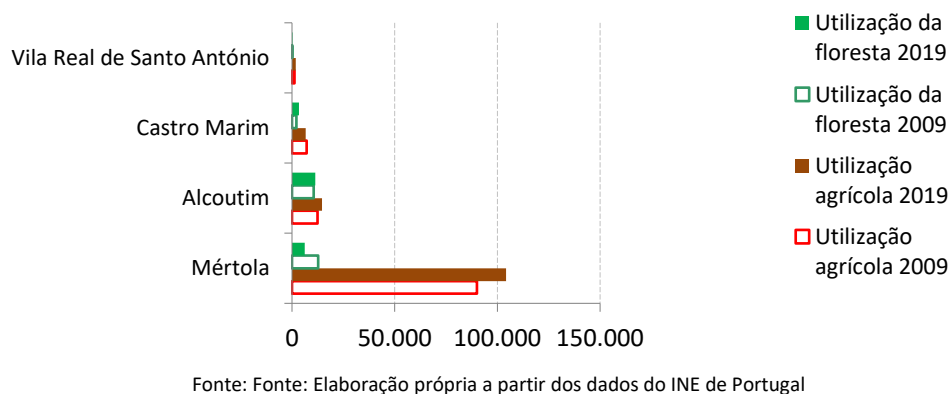
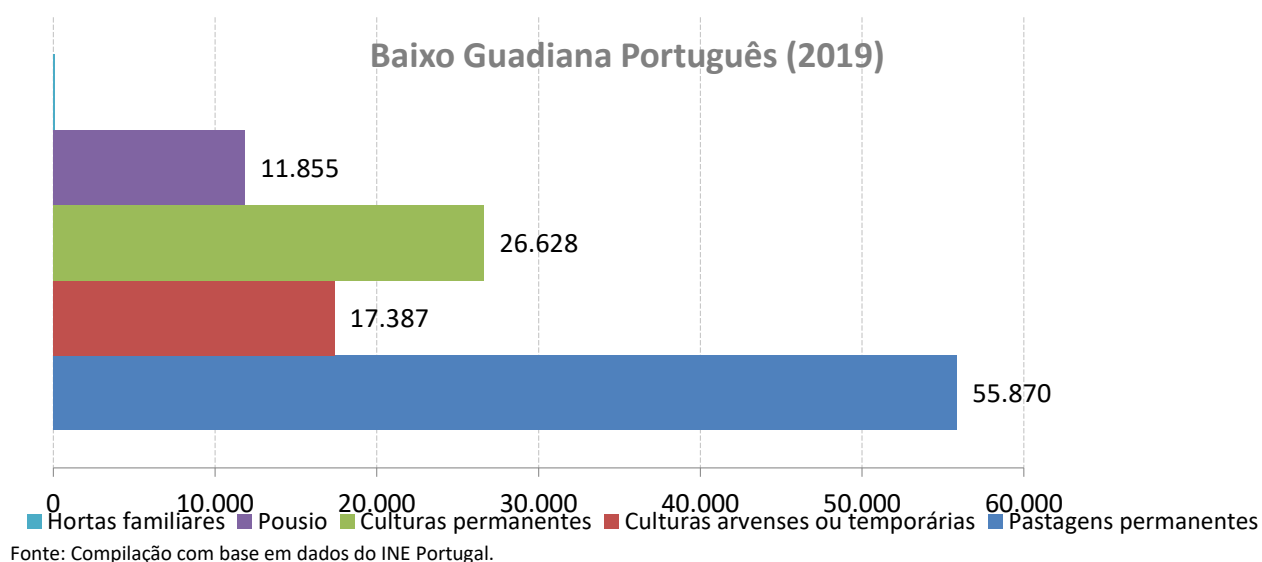
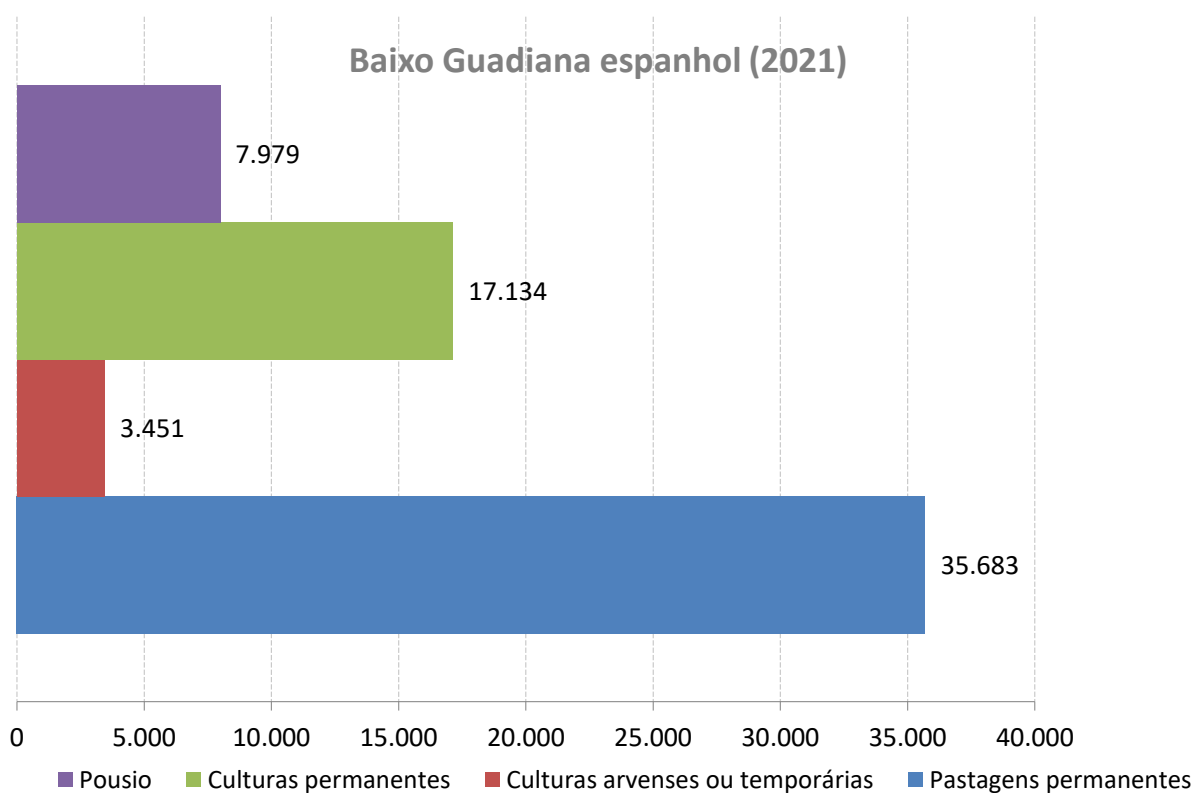


Figura 27. Evolução dos usos de solo agrário e florestal (ha) nos municípios portugueses do Baixo Guadiana



- No que respeita aos tipos de superfície agrária, na última década, **todos os municípios do Baixo Guadiana espanhol experimentaram um aumento médio de 31% de superfície destinada a cultivos lenhosos** (oliveiras, citrinos, mirtileiros, framboeseiras, groselheiras, alfarrobeiras, etc.) até se situar em 26% das terras agrárias; também aumentaram em 15,1% as extensões dedicadas a herbáceos (morango e morangão, alfaces, girassol e cereais) o que representa atualmente 5,4% do uso agrário. Neste caso, tal aumento não foi generalizado, tendo ocorrido em municípios como Villanueva de los Castillejos, Villablanca, Puebla de Guzmán ou Paymogo. Tudo isto à custa de uma redução das terras lavradas e terras não ocupadas (12,4% atualmente) e da superfície dedicada a pastio, que continua a ocupar 55,5%.
- No caso português, **o aumento de terras dedicadas a cultivos permanentes entre 2009 e 2019 foi muito maior do que nos municípios de Huelva, tendo praticamente duplicado o número de hectares**. Com especial relevância aumentaram os pomares de casca rija – amendoeiras –, os citrinos, ou os frutos vermelhos lenhosos; as extensões dedicadas a olival e vinhedo não sofreram grandes alterações. Assim, a superfície agrícola dedicada a cultivos permanentes alcançou 21,3%. Os cultivos temporários também aumentaram em superfície 16% (cereais, leguminosas, e cultivos forrageiros principalmente) e atualmente representam 13,9% do uso agrário. Também aumentaram os pastos permanentes em 6,8%, enquanto a redução da superfície de terra lavrada foi ainda mais acentuada (35%) do que no lado espanhol, representando 9,5% das terras de cultivo.
- O interior do Baixo Guadiana também se caracteriza pela sua pastagem, um sistema agrossilvopastoril com a presença de *Quercus* como espécie arbórea dominante e de outras como o castanheiro, a alfarrobeira ou o zambujeiro, em que se compatibiliza a pecuária extensiva com o manuseamento de pastos e atividades económicas como a tirada da cortiça, a apicultura ou a atividade cinegética. **75% dos municípios têm formações com pastos abundantes nas suas circunscrições municipais**, o que representa mais uma dimensão a ter em conta para a conservação e avaliação desta paisagem e sistema de manuseamento único.

Figura 28. Tipologia de superfície de uso agrícola (ha)

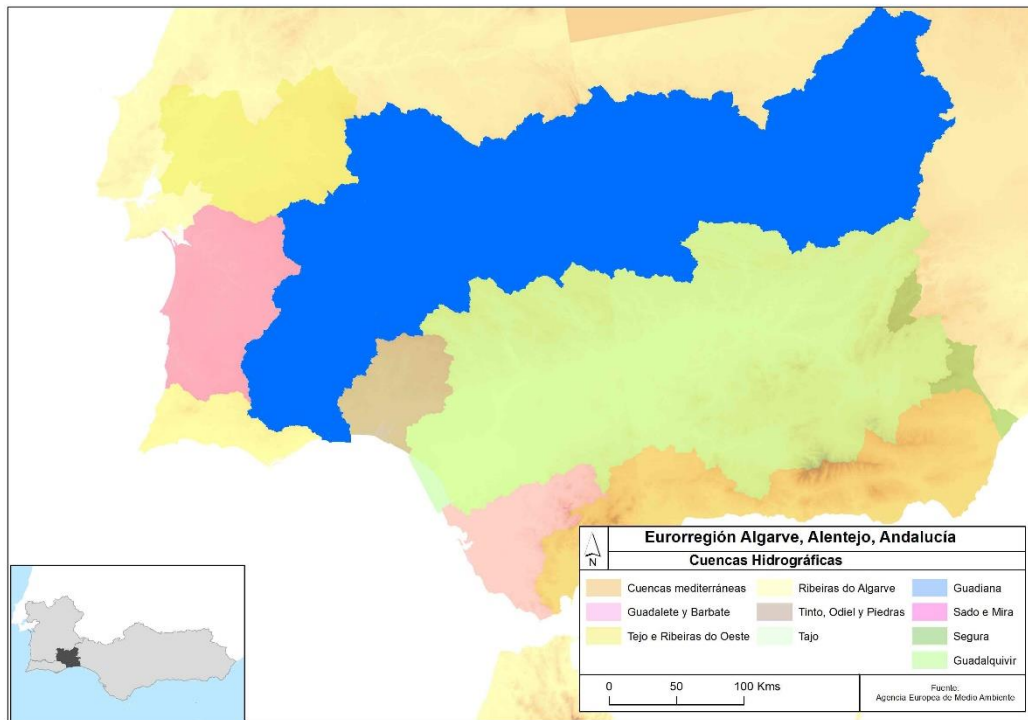


2.1.6.4. Recursos hídricos

- A **Demarcação Hidrográfica do Guadiana** tem uma extensão de **67.174 km²**; na Espanha, passa pelas comunidades autónomas de Castela La Mancha, Extremadura e Andalucía e em Portugal, atravessa as regiões do Alentejo e Algarve, com um comprimento total estimado de 852 km **No seu último troço, o Baixo Guadiana, vem de território luso para, novamente, fazer fronteira entre os dois países até à sua foz entre Ayamonte e Vila Real de Santo António no Oceano Atlântico**, sendo um elemento central, conector natural de ecossistemas e espaços fronteiriços.

Figura 29. Bacias hidrográficas no Alentejo, Algarve e Andalucía

Fonte:



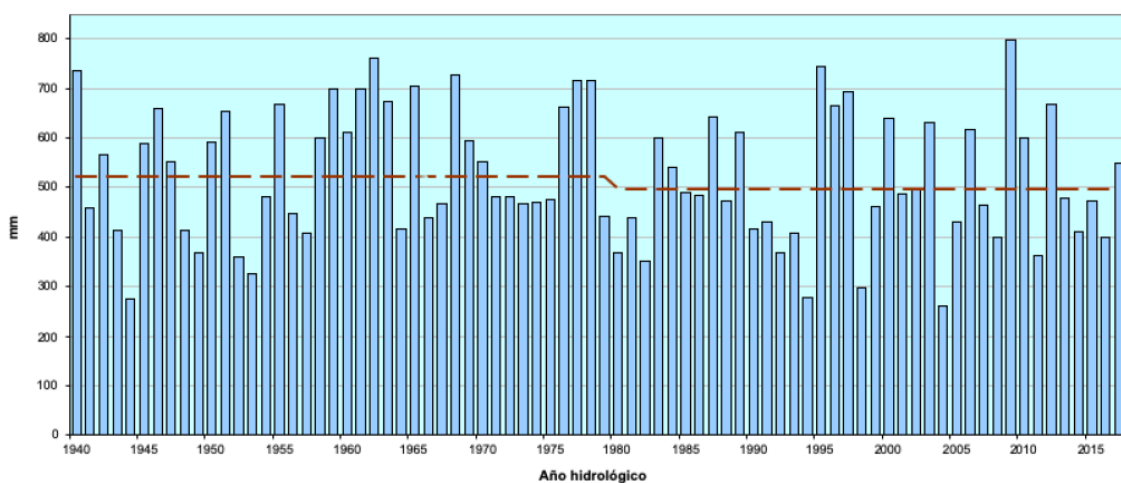
Elaboração própria a partir dos dados da Agência Europeia do Ambiente, 2021

Euroregión Algarbe, Alentejo, Andalucía	Euroregião Algarve, Alentejo, Andaluzia
Cuencas Hidrográficas	Bacias hidrográficas
Fuente: Agencia Europea de Medio Ambiente	Fonte: Agência Europeia do Ambiente

- Perto da foz, o **Guadiana** gera um **amplo estuário constituído por sapais, salinas, baías e cultivos**. Na vertente espanhola encontram-se as marismas de Ayamonte e Isla Cristina, dois espaços salinos de importância ambiental para numerosas espécies de aves aquáticas e para a exploração tradicional da atividade marisqueira. Na parte portuguesa também se encontra a já referida Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

- Na Demarcação Hidrográfica do Guadiana, a **precipitação anual total situa-se em cerca de 522,4²⁰ mm** (parte espanhola) e de **566,2²¹ mm** (parte portuguesa). A distribuição intra-anual e espacial destas precipitações caracteriza-se pela heterogeneidade própria do clima mediterrânico, com meses chuvosos (fundamentalmente os meses do outono e da primavera) e os meses secos (verão). Também **são frequentes os episódios de secas nos meses de verão**, sendo a duração média das secas de três anos, com reduções das contribuições de origem superficial de cerca de 40% das contribuições médias anuais. No gráfico seguinte **nota-se a descida do valor médio das precipitações no Sistema Sul**, assim como a tendência geral decrescente a partir dos anos '80, sendo este um dos principais fatores que condicionam a disponibilidade deste recurso na bacia.

Figura 30. Série de precipitações anuais (mm) na zona Sul do Guadiana



Fonte: Plano Hidrológico do Guadiana 2022-2027

Año hidrológico	Ano hidrológico
-----------------	-----------------

- Os recursos hídricos naturais** na parte espanhola da demarcação ascendem a **3.856,7 hm³/ano** dos quais **611,56 hm³/ano** são recursos hídricos **subterrâneos** em regime natural; **na parte lusa**, os recursos hídricos ascendem a **1.701 hm³/ano**, dos quais **406** são **subterrâneos**.

²⁰ Média dos valores da série registada na rede de pluviómetros existentes com dados desde 1940 até 2018 (Plan Hidrológico del Guadiana 2022-2027 da parte espanhola).

²¹ Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana ou PR7, parte 2, caracterização e diagnóstico.

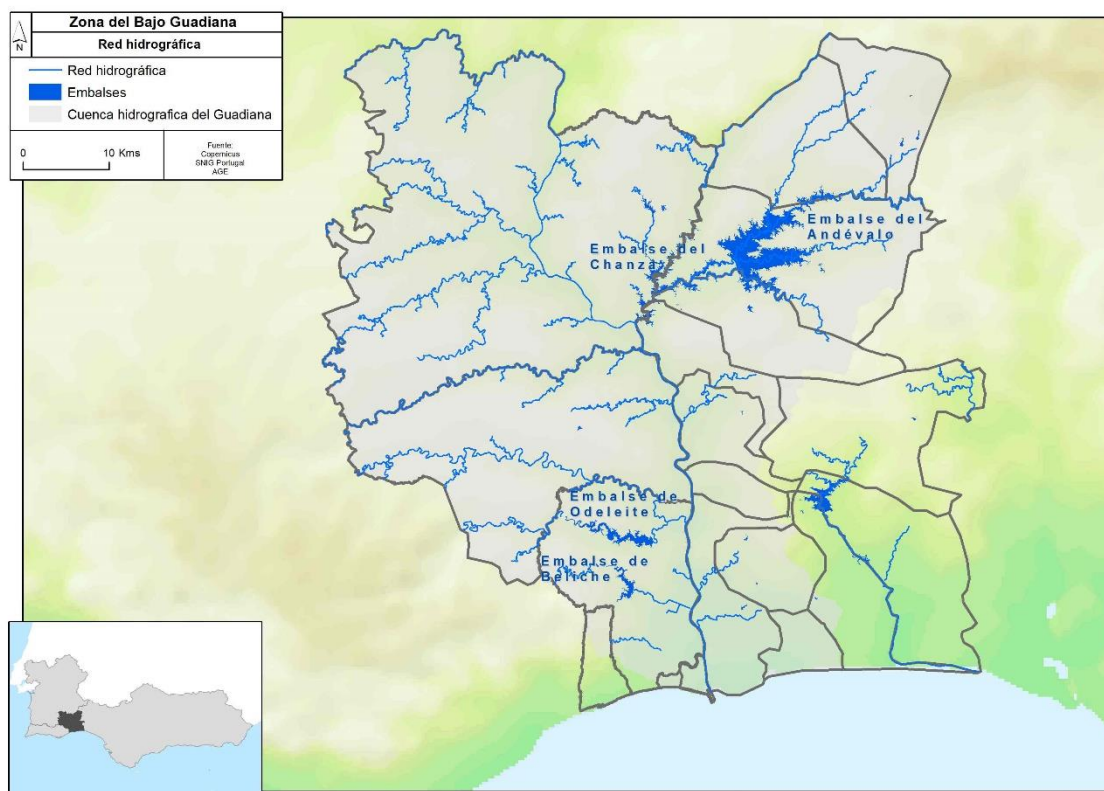
- O Plano Hidrológico²² **da parte espanhola** estrutura a demarcação²³ em quatro zonas, sendo o **Sistema Sul** (2.274,6 km²) o que compreende o estuário do Guadiana e dos seus principais afluentes. No lado português, de acordo com o Plano de Gestão PR7²⁴, o concelho de Mértola está afetado pelas sub-bacias de Chança e de Cobres, embora seja a sub-bacia do **Guadiana** a que diz respeito aos **quatro municípios do Baixo Guadiana luso**.
- **A rede hidrográfica superficial principal é composta pelo rio Guadiana e seus afluentes mais importantes** de entre os quais se destaca o **Rivera de Chanza** (na parte espanhola), que vai traçando a fronteira hispano-lusa até se unir ao Guadiana ao nível do **sistema de grandes barragens Chanza - Andévalo**; a partir daqui, este último vai delimitando a fronteira até à foz. No curso inferior, o Guadiana vai recebendo, além disso, os contributos dos cursos fluviais portugueses de **Oleiras, Vascão, ou Ribeira do Odeleite**, situando-se nestes dois últimos **as duas principais barragens da parte portuguesa**. Pela parte espanhola, no último troço, o Guadiana também recebe os contributos do Rivera Grande da Golondrina e do Arroyo Grande.

²² O Plano Hidrológico atual (2022-2027) foi aprovado mediante o Real Decreto 35/2023.

²³ As Demarcações Hidrográficas (DH) foram definidas na Diretiva-Quadro da Água (2000/60/CE) em que se estabelece um quadro comunitário de atuação no âmbito da política da água; entende-se por DH a zona terrestre e marinha composta por uma ou mais bacias hidrográficas vizinhas e as águas de transição, subterrâneas e costeiras associadas a tais bacias.

²⁴ O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana ou PR7 para o período de 2022-27 encontra-se, na data em que este documento é redigido, em fase de consulta pública, pelo que os dados utilizados são do PR7 2016 - 2021

31. Rede hidrográfica na zona do Baixo Guadiana



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Copernicus, SNIG Portugal, AGE

Zona del Bajo Guadiana	Zona do Baixo Guadiana
Red hidrográfica	Rede hidrográfica
Red hidrográfica	Rede hidrográfica
Embalses	Albufeiras
Cuenca hidrográfica del Guadiana	Bacia hidrográfica do Guadiana
Fuente: Copernicus, SNIG Portugal, AGE	Fonte: Copernicus, SNIG Portugal, AGE

- O disponível na bacia compreende o regulado mediante barragens (principal mecanismo de regulação), a própria do regime de contribuições dos rios carentes de barragens e dos volumes de água amovíveis dos aquíferos. Na tabela seguinte registam-se as barragens mencionadas com as suas capacidades máximas de armazenamento.

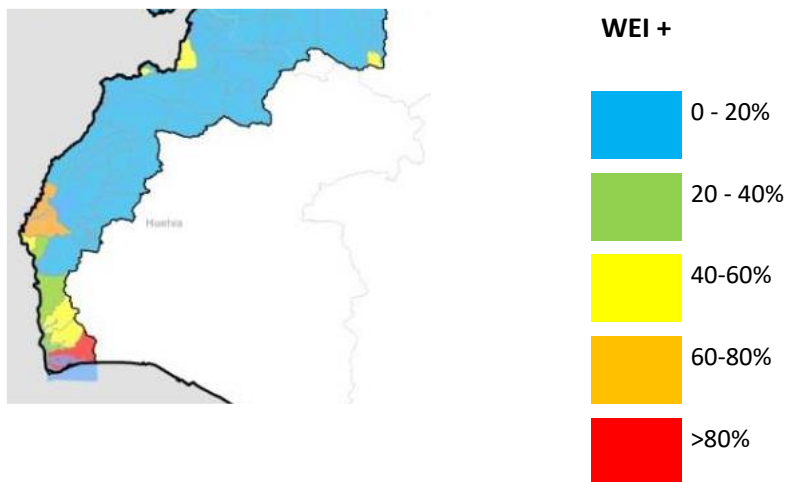
Tabela 7. Principais barragens do Baixo Guadiana ordenadas de Norte a Sul

Denominação	Capacidade útil (hm³)
Barragem do Chanza	341
Barragem do Andévalo	1.009
Albufeira Odeleite	113
Albufeira Beliche	44

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da página web da Confederação Hidrográfica do Guadiana

- No que respeita aos armazenamentos de água subterrâneas (naturais) na parte espanhola encontram-se as **massas de água subterrânea de Ayamonte**²⁵ (162 km²), e na parte portuguesa²⁶ a **“Zona sul portuguesa da bacia do Guadiana”** (4.583,23 km²), a **“Orla meridional indiferenciada da bacia do Guadiana”** (22,53 km²) e **Monte Gordo** (9,62 km²).
- O **índice WEI+**²⁷ de toda a Demarcação Hidrográfica do Guadiana alcança **na parte espanhola, um valor médio de 60%** (escassez grave) enquanto **na parte portuguesa é de 25%** (escassez moderada). No Baixo Guadiana, nos confins municipais de Ayamonte, Isla Cristina e Lepe, identificam-se zonas com índices que se situam acima de 80%, e em La Puebla de Guzmán alcança valores compreendidos entre 60 e 80%. Nos municípios do interior, o índice apresenta um comportamento mais moderado.

32. Índice de exploração da água (WEI+ -Water Exploration Index+-) na parte espanhola do Baixo Guadiana



²⁵ As massas de água subterrânea são um conceito administrativo para se conseguir uma gestão mais eficaz da água, também introduzido pela Diretiva sobre as Águas; pode integrar um ou mais aquíferos e os seus limites podem incluir porções do território onde não existem aquíferos (por exemplo, nesta área está a ser estudada a continuidade hidrogeológica de aquíferos das massas de água subterrâneas de Ayamonte com a de Lepe-Cartaya, que pertence à Demarcação Hidrográfica do Tinto, Odiel e Piedras).

²⁶ Dados extraídos da tabela I.5 dos Anexos da Caracterização e Diagnóstico do RH7.

²⁷ Water Exploration Index + é a percentagem do total de água doce utilizada em comparação com os recursos renováveis de água doce disponíveis; valores acima de 20% costumam ser considerados como um indicador de escassez moderada, enquanto acima de 40% estaríamos perante uma escassez grave.

Fonte: Plano Hidrológico do Guadiana 2022-2027 (Anexo 5)

- Historicamente, os governos da Espanha e de Portugal assinaram acordos bilaterais sobre o uso e aproveitamento dos rios transfronteiriços. **Na Convenção de Albufera**²⁸ definem-se os caudais que devem ser respeitados: **em Pomarão**, onde o Guadiana desenha a fronteira luso-espanhola até à foz, **tal caudal mantém-se acima de 2 m³/s**, que é o valor fixado.
- **Tanto as massas de água superficiais como as subterrâneas estão submetidas a diferentes pressões que alteram a sua qualidade.** As fontes de contaminação pontual correspondem a descargas de origem urbana, industrial ou agrícola, enquanto a contaminação difusa ocorre quando a água arrasta por escorrimento e infiltração os componentes contaminantes até às águas subterrâneas (excesso de fertilizantes e/ de produtos fitossanitários utilizados na agricultura, efluentes de explorações pecuárias, gorduras ou substâncias tóxicas de zonas urbanas, sedimentos, etc.).
- Assim, **a principal pressão sobre as massas de água superficial provenientes de fontes de contaminação pontual na parte espanhola são as descargas urbanas** (em 52% das massas no lado espanhol), **seguidas das descargas industriais** (em 11%) – são principalmente provenientes da indústria agroalimentar-. **No Baixo Guadiana espanhol, os pontos mais afetados encontram-se em Ayamonte e Isla Cristina** (entre 300 e 500 T DBO5²⁹), embora também na **barragem do Andévalo** e no **rio Rivera del Ratilla** (entre 10 e 50 T DBO5). **Na parte portuguesa**, as massas superficiais de água são analisadas tendo em atenção o potencial ou estado ecológico (integra critérios de qualidade biológica, hidromorfológicos e físico-químicos), verificando-se que, em geral, **o seu estado é “bom”, exceto na foz do Guadiana e nos municípios costeiros de Vila Real de Santo António e Castro Marim, no Ribeira de Cadavais, e nos afluentes (Rio Espírito Santo e Oeiras) do Guadiana na proximidades de Mértola, que é “inferior a bom”**.
- Por outro lado, **as massas de águas subterrâneas apresentam em geral um estado “bom” na parte portuguesa; na parte espanhola, a massa de água de Ayamonte está afetada por pressão difusa de origem agropecuária e por escorrimento urbano e das vias de transporte fundamentalmente.**

²⁸ Este acordo foi assinado em 30 de novembro de 1998 entre a Espanha e Portugal para a administração e o uso hídrico das cinco bacias hidrográficas que compartilham (Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana).

²⁹ A DBO é a carência bioquímica de oxigénio que uma água tem. É a quantidade de oxigénio que os micro-organismos, especialmente bactérias (aeróbicas ou anaeróbicas), fungos e plâncton, consomem durante a degradação das substâncias orgânicas contidas na amostra. Utiliza-se para medir o grau de contaminação.

2.1.6.5. Mudança climática e incêndios florestais

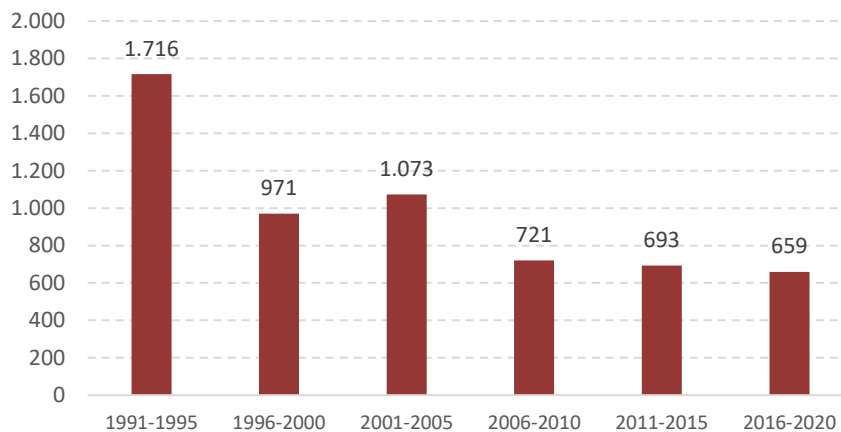
- Os diferentes estudos publicados pela Agência Europeia do Ambiente³⁰ e por outros organismos internacionais revelam que a **mudança climática está a afetar todo o território europeu**, embora tais impactos não sejam uniformes. **No sul da Península Ibérica, espera-se um aquecimento geral do clima, sobretudo no caso das temperaturas mínimas e máximas, e uma evolução em alta das ondas de calor**, aumentando em intensidade, frequência e duração.
- **Os impactos mais relevantes** que estas modificações propiciarão nas condições climáticas do **Baixo Guadiana são o aumento das temperaturas médias e extremas, assim como da temperatura do ar; o aumento da frequência, duração e gravidade das secas; o aumento de episódios intensos de chuva e dos seus efeitos na perda de solo fértil; ou inundações.**
- **Os incêndios florestais têm uma estreita relação com o clima**, dado que tanto a sua origem como a sua propagação dependem, entre outras causas, de fatores climáticos ou relacionados com eles, como a temperatura, a humidade relativa, a velocidade do vento, a topografia, o tipo de vegetação ou a secura da biomassa. **A estreita relação entre o clima e os incêndios é bidirecional**, dado que estes últimos podem potenciar a mudança climática, além de serem uma das suas prováveis consequências³¹.
- Na região da Andaluzia, **Huelva é a província onde mais incêndios florestais foram registados desde 1990 até 2021, com 1.768 incêndios** (20,8% do total) e 4.198 inícios³² (17,6% do total). Como aspeto favorável, deve-se realçar a tendência em baixa que se nota no número de sinistros florestais nos últimos anos, tanto em incêndios como em conatos.
- **No território português, o número de incêndios florestais ocorridos entre 2001 e 2021 nas quatro localidades do Baixo Guadiana foi de 1.126.** Neste sentido, Mértola é o *concelho* com maior incidência acumulada (436), seguido de Castro Marim com 296. Tal como se nota na parte espanhola, observa-se uma progressiva redução do número de sinistros registados.

³⁰ Veja o Relatório “A Mudança Climática, impactos e vulnerabilidade na Europa”, 2016

³¹ À escala geológica demonstrou-se que a relação entre mudança climática e incêndios florestais é muito alta, de forma que os fogos tenham sido mais frequentes nos períodos quentes do que nos frios (Carcaillet et al., 2002).

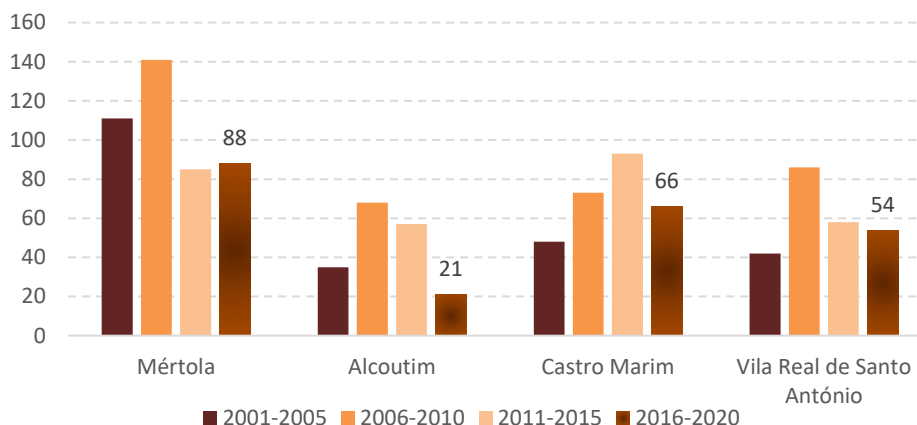
³² São considerados conatos os sinistros que afetem uma superfície inferior ou igual a 1 hectare, e incêndios os que afetem uma superfície superior a 1 hectare.

33. Número de sinistros (incêndios mais conatos) florestais na província de Huelva por lustros



Fonte: Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Desarrollo Sostenible.

34. Número de incêndios florestais nos concelhos portugueses por lustros



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE de Portugal

- **Na maioria dos incêndios florestais não se consegue determinar a sua causa.** Desta forma, em 2021, dos 105 incêndios que afetaram a província de Huelva, 85,7% estão pendentes de investigação, e só relativamente a um deles é que se constatou a sua intencionalidade. Neste sentido, **a sensibilização e a consciencialização social continuam a constituir uma linha de trabalho indispensável para a sua prevenção.**
- **Os tratamentos preventivos** como a manutenção de corta-fogos, a limpeza da massa florestal, a gestão de pastos, etc., tanto em propriedades de titularidade pública como privada, **também são essenciais**, especialmente num território com zonas de alto valor ecológico como os espaços da Rede Natura 2000 e os restantes espaços protegidos descritos, com formações com pastos abundantes de valor ambiental e também do ponto de vista produtivo, dado que contribuem para a criação de emprego e para a manutenção da população em zonas rurais. A este respeito, **as dificuldades que estes municípios**

enfrentam em ambos os lados da fronteira são idênticas, pelo que é necessário estreitar a colaboração nos sistemas de vigilância, deteção e extinção de incêndios florestais.

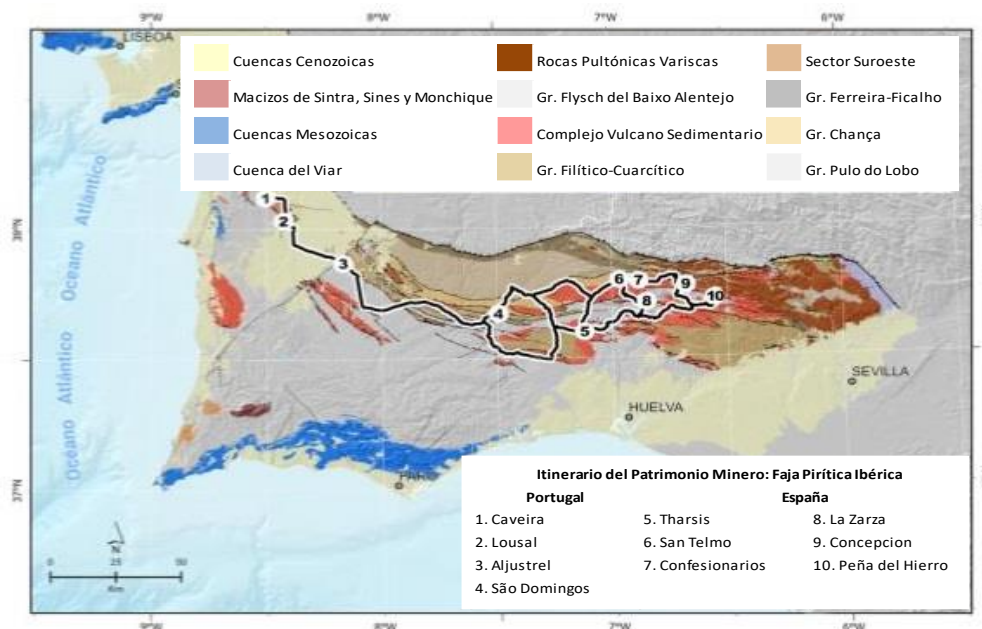
- A província de Huelva e, por extensão biogeográfica, o Baixo Guadiana, são um dos territórios com maior vulnerabilidade bruta³³ de incêndios florestais no contexto de mudança climática anteriormente descrito; por conseguinte, a cooperação e a colaboração em tarefas de prevenção, vigilância e extinção são imprescindíveis para a construção de territórios resilientes.
- No âmbito da cooperação transfronteiriça, é igualmente fundamental que se potencie a área **da inovação e investigação**, melhorando os dispositivos atuais, os recursos materiais e a capacidade de detetar e atuar nos territórios afetados. Um exemplo neste sentido é o **projeto Centro Ibérico para a Investigação e Luta contra Incêndios Florestais [CILIFO]** financiado no quadro do Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg VA Espanha – Portugal – POCTEP (2014-2020), e que contou com um orçamento superior a 24 milhões de euros. Através desta iniciativa situada em Huelva e com a participação de sócios das três regiões da Euroregião AAA, aposta-se no desenvolvimento de infraestruturas e inovação tecnológica para a extinção e prevenção de incêndios florestais, assim como para a formação de efetivos sobre luta contra incêndios.

³³ “Estudo básico de adaptação à mudança climática. Setor de Incêndios Florestais”. Secretaria do Meio Ambiente, 2012.

2.1.6.6. Património Geológico e Mineiro

- A Faixa Piritosa Ibérica constitui um dos principais conjuntos de jazidas geológicas e mineiras da mineração metálica no mundo, e tem provavelmente a maior concentração de sulfuretos maciços da crosta terrestre. **Vertebra o núcleo da Euroregião AAA** com uma continuidade geológica que favoreceu, ao longo da história, um desenvolvimento económico, social e cultural centrado na exploração dos seus recursos metalíferos, o que propiciou durante décadas uma economia fortemente dependente do setor mineiro. Empresas portuguesas, espanholas, francesas, inglesas, alemãs, belgas ou mais recentemente irlandesas ou canadianas, exploraram estas jazidas, **restando atualmente um património³⁴ cultural para o conhecimento das gerações atuais e futuras.**

35. Mapa do itinerário mineiro da Faixa Piritosa Ibérica



Fonte: Projeto Observatório transfronteiriço para a avaliação geoeconómica da Faixa Piritosa Ibérica (GEO_FPI)

Itinerario del Patrimonio Minero: Faja Pirítica Ibérica	Itinerário do Património Mineiro: Faixa Piritosa Ibérica
Portugal	Portugal
Espanña	Espanha

- Os municípios do Baixo Guadiana situados na Faixa Piritosa são os mais setentrionais (Acoutim, Mértola, Villanueva de los Castillejos, El Granado, El Almendro, Pueblo de Guzman, Paymogo e Santa Bárbara). **Nesta área situa-se o conjunto patrimonial geológico-mineiro visitável da Mina de São Domingos (Mértola) que foi explorada por minas a céu**

³⁴ O projeto "Observatório transfronteiriço para a avaliação geoeconómica da Faixa Piritosa Ibérica (GEO_FPI) financiado pelo FEDER no âmbito do programa INTERREG V-A Espanha – Portugal (POCTEP) 2014-2020, teve entre os seus objetivos a difusão e avaliação dos conjuntos patrimoniais da faixa piritosa; um dos seus produtos foi a criação de um mapa do património geológico e mineiro que identifica e valoriza 10 conjuntos patrimoniais visitáveis (Peña de Hierro, Concepción, La Zarza, Confesionarios (Valdelamusa), San Telmo e Tharsis, na Espanha e São Domingos, Aljustrel, Lousal e Caveira, em Portugal).

aberto e cujos cavaletes, chaminés, canais, vias férreas, galerias e poços são testemunhos de que esta comarca foi uma referência mundial da mineração dos sulfuretos metálicos. Outro exemplo disso é a mina de pirite de Herrerías em Puebla de Guzmán ou a Mina Tharsis, localizada no município de Huelva de Alosno, confinante com a anterior. **Estes espaços representam um atrativo único para se valorizar o passado recente deste território em torno da mineração.**

36. Vista aérea da Mina de São Domingos, com a sinalização do património mineiro



Fonte: Extrato do mapa do património geológico e mineiro da zona portuguesa elaborado no projeto GEO_FPI

- Além dos recursos mineiros explorados a céu aberto, **no Baixo Guadiana existem pontos registados como Lugares de Interesse Geológico³⁵**; alguns exemplos deles são a Mina de manganésio El Toro em Paymogo, o Cerro del Águila, de interesse geomorfológico, o desfiladeiro do Guadiana em Sanlúcar de Guadiana, a série triásica de Ayamonte, e as pistas fósseis ou fraturas ferruginosas de Lepe. Na parte portuguesa, de acordo com o inventário de sítios de interesse geológico³⁶ em Vila Real de Santo António encontra-se a jazida paleontológica da Ribeira de Cacela, situada dentro dos limites do Parque Natural Ria Formosa, e em Mértola o Corte Geológico da Mina do Chança.
- **No que respeita a indícios e jazidas minerais inventariados, destacam-se em ambos os lados da fronteira o manganésio, a pirite e o cobre.** Desta forma, constata-se a existência de jazidas de manganésio em Paymogo, Puebla de Guzmán, El Almendro, Villanueva de los Castillejos, em Mértola e em Alcoutim. Na parte de Huelva, também se identificou chumbo, zinco e titânio; e na parte lusa, bário e antimónio.
- Os recursos mineiros e geológicos do Baixo Guadiana foram um ponto forte para os seus primeiros povoadores e também no passado recente com o auge da indústria mineira. Após

³⁵ Os LIG são definidos como zonas de interesse científico, didático ou turístico que, pelo seu carácter único e/ou representativo, são necessárias para o estudo e a interpretação da origem e evolução dos grandes domínios geológicos espanhóis, incluindo os processos que os modelaram, os climas do passado e a sua evolução paleobiológica. De acordo com a Lei 42/2007, de 13 de dezembro, sobre o Património Natural e a Biodiversidade, estes espaços estão registados num inventário; estes LIG também estão registados no Inventário Andaluz de Georrecursos 2011.

³⁶ <https://geoportal.ineg.pt>

o seu desmantelamento, resta **um património que é necessário atrair e valorizar, para se poder potenciá-lo como um ativo deste território**. Por outro lado, **a pegada da atividade mineira na zona tem efeitos nos sedimentos, na água e nos ecossistemas aquáticos, que continua a ser necessário conhecer e analisar³⁷**; isso permitiria uma melhor identificação de zonas críticas e uma melhor compreensão do estado atual dos ecossistemas vulneráveis e/ou em risco.

³⁷ Neste sentido, seria interessante continuar-se a aprofundar tais estudos, para se analisar melhor a relação entre pressões e impactos sobre as massas de água e os seus ecossistemas associados, de tal forma que ajude a compreender melhor ou estabelecer limiares para se determinar quando é que a pressão se torna significativa e representa um risco para o estado das massas afetadas.

2.2. Análise SWOT

FRAQUEZAS: Conjunto de limitações ou deficiências que representam um obstáculo para se conseguirem os resultados desejados no território de cooperação transfronteiriça

Item	Fraqueza
D1	Processo de despovoamento nas zonas rurais que afeta mais intensamente as localidades mais pequenas (7 municípios do Baixo Guadiana encontram-se em risco de despovoamento grave).
D2	Importante processo de envelhecimento da população, especialmente nos pequenos municípios rurais, sendo este fenómeno mais acentuado na parte portuguesa.
D3	Falta de identidade comum do território transfronteiriço e incidência de barreiras administrativas e jurídicas que dificultam a gestão partilhada do património territorial e natural.
D4	Fatores condicionantes na navegabilidade pelo rio Guadiana (calado, sinalização ou condições hidrológicas) que impedem o acesso a certas embarcações tanto de pesca como de recreio, limitando por sua vez a entrada de passageiros.
D5	Importante heterogeneidade do território (zonas do litoral & zonas do interior), tanto na sua dotação de infraestruturas como na sua contribuição económica e oportunidades de desenvolvimento (8 de cada 10 empresas/trabalhadores fazem-no nas zonas da costa).
D6	Reduzido tamanho do tecido produtivo e pouca participação de atividades de valor acrescentado.
D7	Alta concentração do desemprego na zona de Huelva do Baixo Guadiana.
D8	Progressivo abandono da produção tradicional de sal, que tem impacto no desenvolvimento económico e no emprego local, assim como no património natural da zona do Baixo Guadiana.
D9	Estado ecológico de massas de água superficial melhorável, em particular nos municípios próximos da foz, e existência de massas de água subterrâneas afetadas por fontes de contaminação difusa de origem agropecuária.
D10	Falta de ligação (terrestre e marítima) ágil e regular por transporte público entre os municípios que compõem a zona do Baixo Guadiana.

AMEAÇAS: Conjunto de circunstâncias ou aspetos externos que são desfavoráveis no desenvolvimento do território de cooperação transfronteiriça

Item	Ameaça
A1	Dificuldades na prestação de serviços básicos nas zonas rurais do interior, dada a reduzida densidade populacional e a tendência para a despovoamento.
A2	Lenta recuperação da economia na zona do Baixo Guadiana, pois 60% dos municípios apresentam um nível de desemprego superior ao registo pré-pandemia.
A3	Alterações de uso do solo ao longo dos anos, quer pelo aumento da superfície agrícola, quer das áreas artificiais (construídas), que poderiam afetar a preservação dos habitats.
A4	Presença de espécies invasoras que podem provocar desequilíbrios estruturais do ecossistema.
A5	Alterações das dinâmicas fluvio-marinhas, provocando instabilidade dos ecossistemas fluviais e litorais.
A6	Aumento da frequência, duração e gravidade das secas meteorológicas e hidrológicas, o que poderia aumentar a concorrência nos usos da água, afetando especialmente a agricultura de regadio.
A7	Evolução em alta das ondas de calor em intensidade, frequência e duração, gerando um aquecimento geral do clima que deriva num aumento do risco de incêndios florestais, provocando danos ambientais como a perda de solo fértil, o avanço da erosão e o desaparecimento de ecossistemas.
A8	Aumento da procura energética face ao aumento das temperaturas que a mudança climática provoca.
A9	Afastamento do nível local de intervenção dos diversos núcleos de tomada de decisão, que por vezes atrasa o desenvolvimento de projetos de cooperação transfronteiriça.
A10	Deterioração nos próximos anos da situação de pobreza e exclusão social motivada pelos efeitos da crise socio-sanitária da COVID-19.

FORÇAS: Conjunto de elementos internos que são favoráveis para a consecução dos resultados desejados no território de cooperação transfronteiriça

Item	Força
F1	Especialização produtiva na zona do Baixo Guadiana no setor primário e nas atividades dos serviços comerciais, turismo e hotelaria.
F2	Características únicas ligadas ao ambiente e ao ecossistema marinho, que dotam o espaço partilhado de excelentes recursos endógenos para potenciar a exploração de atividades económicas ligadas a setores maduros da economia azul, como a extração de recursos marinhos, transporte marítimo ou turismo costeiro.
F3	Oferta turística consolidada na zona do litoral para o segmento de sol e praia e impulso nos últimos anos de outras atividades derivadas como o turismo náutico que se estende até ao rio.
F4	Presença de uma grande variedade de habitats e ecossistemas, e em consequência da grande biodiversidade, tanto no interior como nas áreas costeiras, que se reflete no elevado número de lugares pertencentes à rede Natura 2000, assim como de espaços reconhecidos por outras s internacionais de proteção ambiental.
F5	Orografia muito diversa que dá lugar a uma presença significativa de zonas florestais e seminaturais de alto valor ecológico, assim como zonas de depressão localizadas nas várzeas dos rios com uma atividade importante em torno da agricultura de regadio.
F6	Aumento da superfície agrícola destinada a cultivos lenhosos de maior valor acrescentado no mercado, como frutos vermelhos (mirtileiros, framboeseiras, groselheiras), árvores de fruto de casca rija ou olival.
F7	Importante presença de uma superfície com pastos abundantes, sistema antrópico de uso e gestão da terra baseado na exploração pecuária extensiva e cinegética do estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo mediterrânico, refúgio de espécies de flora e fauna, e prestador de serviços ambientais diversos.
F8	Alto potencial dos recursos energéticos provenientes de energias renováveis, através da biomassa, termossolar e eólica, que estão a favorecer um protagonismo cada vez maior da taxa de autoabastecimento.
F9	Vasto e reconhecido património histórico, cultural e etnográfico que converte o território fronteiriço num destino de interesse turístico e cultural muito atrativo.
F10	Aumento significativo do trânsito de veículos nos últimos anos na passagem fronteiriça de Ayamonte/Monte Francisco (V.R.S. António), convertendo-se na segunda passagem mais importante da Espanha-Portugal.

OPORTUNIDADES: Conjunto de circunstâncias ou aspetos externos que são favoráveis ao desenvolvimento do território de cooperação transfronteiriça

Item	Oportunidade
O1	Melhoria da dotação de infraestruturas e ampliação do canal navegável pelo Guadiana (até à localidade portuguesa de Mértola), aumentando o interesse turístico, recreativo e cultural do percurso pelo rio.
O2	Recuperação da atividade turística, um setor estratégico na economia da zona do Baixo Guadiana, com numeros de passageiros que ultrapassam os níveis pré-pandemia.
O3	Tendência populacional para o desfrute das práticas recreativas, desportivas e ecoturísticas que podem favorecer o desenvolvimento socioeconómico dos territórios do interior, potenciando os seus recursos naturais, paisagísticos e culturais.
O4	Contribuição para a mudança climática mediante o estabelecimento de novas salinas e/ou recuperação das instalações inativas/abandonadas para a manutenção dos equilíbrios ambientais nas zonas costeiras (alta eficiência no sequestro e retenção de grandes quantidades de carbono).
O5	Avaliação do património mineiro no território partilhado do Baixo Guadiana e estudo de compatibilidades do uso mineiro com outros tipos de usos que mantenham os critérios de proteção territorial.
O6	Construção da imagem do Baixo Guadiana como zona singular e diferenciadora com produtos e serviços próprios, gerando uma marca comercial transfronteiriça sólida para os mercados nacionais e internacionais.
O7	Existência de espaços naturais e diversidade de enclaves paisagísticos em que se podem promover conjuntamente estratégias de desenvolvimento com um enfoque territorial (baseado nas suas particularidades e atributos ambientais) e participativo que integrem as diferentes sensibilidades dos agentes locais e que contribuam para a revitalização económica e sustentável dos seus municípios.
O8	Aposta decidida da União Europeia na transição verde dos seus Estados Membros (Pacto Verde Europeu), com importantes mecanismos de apoio para fomentar a eficiência energética e o consumo energético proveniente de fontes renováveis.
O9	Acordo institucional para abordar o desenvolvimento de novas passagens fronteiriças que estimulem a dinamização cultural, económica e social, favorecendo a mobilidade laboral entre os territórios fronteiriços.
O10	Reforço da cooperação e confiança mútua da sociedade civil, fomentando as ações interpessoais em áreas socioeducativas de interesse para o espaço partilhado.

2.3. Contribuição para os desafios socioeconómicos estabelecidos para a Euroregião AAA

A *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027* é um documento concebido para impactar através dos seus 8 Eixos Estratégicos num conjunto de **20 desafios de carácter socioeconómico e ambiental** contribuindo para o desenvolvimento de um território partilhado mais inteligente, mais azul, mais ecológico e livre de carbono, mais ligado, mais social e próximo dos seus cidadãos.

De um modo particular, o **plano de atuação que se propõe na zona do Baixo Guadiana**, através dos seus 6 Eixos Estratégicos definidos, **incide de forma direta no alcance de 13 dos 20 desafios identificados para o conjunto do espaço da Euroregião AAA**. A seguinte tabela mostra a contribuição da *Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana* para o catálogo de desafios definidos para o espaço partilhado das regiões fronteiriças Alentejo-Algarve-Andaluzia.

Tabela 8. Contribuição da Estratégia do Baixo Guadiana para os desafios socioeconómicos estabelecidos para a Euroregião AAA

Desafios identificados Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027	Contribuição direta do Plano de ação do Baixo Guadiana
Desafio 1: Aumentar a dimensão das empresas que permita que se conte com um tecido empresarial mais competitivo.	●
Desafio 2: Impulsionar a criação de novas empresas, a proliferação de atividades intensivas em conhecimento e de alto valor acrescentado e a geração de novas oportunidades para a criação de emprego.	●
Desafio 3: Favorecer a recuperação e uma maior sustentabilidade da atividade económica, especialmente nos sectores mais afetados pela crise sanitária.	●
Desafio 4: Fomentar o ensino bilíngue (espanhol e português) nos centros educativos da Euroregião AAA e impulsionar o desenvolvimento de programas de formação baseados em sinergias setoriais, com claras oportunidades para a promoção do emprego transfronteiriço.	●
Desafio 5: Aumentar o grau de internacionalização da economia, fortalecendo o posicionamento exterior em setores-chave para o território partilhado.	
Desafio 6: Potenciar e consolidar mercados laborais transfronteiriços dinâmicos, criando novas oportunidades de emprego e aumentando o conhecimento sobre as dificuldades que os trabalhadores transfronteiriços enfrentam na área da Euroregião AAA.	
Desafio 7: Maior participação nos níveis de investimento de I+D e inovação empresarial, assim como uma maior eficácia nos modelos de transferência entre os agentes do conhecimento e o tecido empresarial.	
Desafio 8: Maior penetração tecnológica nos setores tradicionais e estratégicos da Euroregião AAA.	
Desafio 9: Transformação digital da Administração e desenvolvimento de iniciativas que transformem os territórios em cidades inteligentes e fomentem a inclusão digital dos cidadãos.	
Desafio 10: Melhoria, conservação e valorização do património e da oferta cultural existente na Euroregião AAA, contribuindo para a sustentabilidade e a diversificação turística e para o respeito pelos recursos ambientais.	●

Desafios identificados Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027	Contribuição direta do Plano de ação do Baixo Guadiana
Desafio 11: Reduzir o impacto da mudança climática, melhorar a resiliência aos riscos naturais e a eficiência da gestão dos recursos.	●
Desafio 12: Diminuir os níveis de emissões de carbono e aumentar a eficiência energética apoiada num maior protagonismo dos recursos energéticos renováveis.	●
Desafio 13: Transformação dos modelos de produção e hábitos de consumo nos diferentes segmentos da sociedade que contribuam para o aumento da reciclagem e a redução na geração de resíduos.	
Desafio 14: Preservar, conservar e valorizar a rede de espaços naturais e a vasta biodiversidade que caracteriza o território partilhado, formada por uma grande variedade de habitats e ecossistemas.	●
Desafio 15: Fomentar o crescimento dos setores maduros e a consolidação das atividades emergentes ligadas ao ecossistema marinho, dotando a economia azul de um sinal de identidade próprio do território partilhado.	●
Desafio 16: Potenciar as infraestruturas de transporte favorecedoras de uma melhor ligação entre as regiões portuguesas e a região da Andaluzia para o impulso do crescimento demográfico e económico transfronteiriço.	●
Desafio 17: Dotação de novas e melhores infraestruturas que fomentem o desenvolvimento das especialidades produtivas ligadas à exploração sustentável do rio Guadiana.	●
Desafio 18: Melhorar a qualidade de vida no espaço partilhado, favorecendo medidas de promoção da saúde e uma adequada atenção social aos grupos mais vulneráveis.	●
Desafio 19: Potenciar o desenvolvimento de experiências partilhadas no âmbito da investigação, inovação, digitalização e gestão que redunde no melhoramento dos serviços de saúde e sociais prestados aos cidadãos.	
Desafio 20: Impulsionar a governação transfronteiriça da Euroregião AAA como ferramenta facilitadora da implementação de atuações conjuntas para a atenção aos desafios sociais comuns (risco de despovoamento, igualdade de género, acessibilidade, etc.)	●

3. Conceção estratégica e plano de ação

3.1. Eixo Estratégico 1. Navegabilidade do rio Guadiana



Justificação da intervenção

A navegação no troço transfronteiriço do rio Guadiana apresenta um **grande potencial dinamizador à escala local e sub-regional**, sendo um fator fundamental para o **desenvolvimento económico e social** das populações costeiras e a **coesão territorial** entre os municípios da zona do Baixo Guadiana. O seu traçado propicia **itinerários recreativos, turísticos, culturais e ambientais** de carácter, tanto *longitudinal*, subindo o rio desde Ayamonte até Pomarão, como *transversal*, cruzando o rio para ligar ambas as margens através das infraestruturas portuárias em nós fundamentais como Ayamonte-Vila Real de Santo António e Sanlúcar de Guadiana-Alcoutim, evitando, além disso, longas deslocações por estrada.

Para o **desenvolvimento da navegabilidade do rio Guadiana**³⁸³⁹, sustentado na potenciação das atividades náutico-recreativas e turísticas, o transporte marítimo-fluvial de passageiros, assim como a acessibilidade marítima das instalações pesqueiras, torna-se necessária a **manutenção das adequadas condições de navegação no troço inicial** do canal navegável. O acesso marítimo através da foz do rio constitui um ponto singular condicionado pela barra gerada representada pela acumulação de sedimentos em consequência do encontro do fluxo fluvial com o mar aberto. Neste sentido, é necessário **garantir um canal de navegação seguro e plenamente operacional para as embarcações que sobem o rio ou se dirigem às principais instalações portuárias do rio Guadiana como Ayamonte e Vila Real de Santo António**.

No caso concreto de **Ayamonte**, para se concluir a fachada marítimo-fluvial e **consolidar a abertura da trama urbana até ao rio Guadiana**, torna-se necessário o desenvolvimento de **atuações, tanto na frente portuária situada na margem do rio, como na doca recreativa**, que constitui um recinto específico com um grande potencial ainda por desenvolver e que deve constituir a base fundamental para a operação das embarcações de recreio e as dedicadas a atividades turísticas e culturais que sobem o rio.

³⁸ A este respeito, é interessante o "Estudo Infraestruturas Fluviais para Via navegável do rio Guadiana", elaborado pela DOCAPESEA, S.A. e a "Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Alentejo", desenvolvida pelo CCDR Alentejo no quadro do projeto ATLAZUL. Ambos os documentos estão a ser elaborados no momento da publicação desta estratégia.

³⁹ Deve-se assinalar que este tipo de intervenções deve ter em conta as potenciais alterações hidromorfológicas que possam ser infligidas ao rio, devendo-se estudar e analisar adequadamente os impactos que possam ser provocados em consequência da melhoria da navegabilidade e da ampliação da mesma, assim como as respetivas consultas transfronteiriças relacionadas com a avaliação ambiental a implementar. De igual modo, no caso de alterações hidromorfológicas significativas, será necessária uma justificação da isenção ao cumprimento dos objetivos da Diretiva-Quadro da Água, no âmbito do que é estipulado no seu artigo 4.7.

Quanto à melhoria e manutenção da navegabilidade do troço internacional atual, deve-se ter em conta a potencial afetação que tais ações podem causar às águas de transição e costeiras em consequência da alteração hidromorfológica a que possam dar lugar, não se devendo provocar deterioração do estado de tais massas de água."

À margem das atuações a efetuar para o desenvolvimento portuário de Ayamonte, também se devem assinalar as **possibilidades representadas pelos espaços da ria do Carreras**, onde se localiza a doca recreativa da Isla Canela e as instalações portuárias pesqueiras de Punta del Moral (na margem direita da ria, nos confins municipais de Ayamonte), a doca recreativa e instalações portuárias pesqueiras da Isla Cristina (na margem esquerda da ria), assim como a zona de varadouros (no troço superior da margem direita da ria) na frente marítima-fluvial.

Desta forma, para se concluir a adequada articulação da fachada marítimo-fluvial da ria do Carreras nos troços em que é suporte de atividades portuárias e que possibilitam a sua integração urbana, é de alto interesse o desenvolvimento de **atuações que potenciem a função portuária pesqueira, recreativa e de transporte marítimo**.

Para além das principais instalações portuárias de Ayamonte e Vila Real de Santo António, que constitui a porta de entrada do canal marítimo, o sistema portuário através do rio é composto pelas instalações de Sanlúcar de Gadiana e La Laja (El Granado) que, complementarmente às instalações localizadas na margem portuguesa possibilitam a navegação marítimo-fluvial. Neste sentido, ao longo da última década verificou-se um **aumento gradual do número de embarcações, com grande expressão da náutica de recreio, que navegam no rio** e atracam nas escassas infraestruturas de amarração ao longo do seu percurso até Pomarão.

Apesar das melhorias que estão a ser efetuadas nas condições de navegabilidade do troço internacional do rio Guadiana, são necessárias intervenções em tarefas de **manutenção, conservação e melhoria das infraestruturas e equipamentos disponíveis nos embarcadouros ao longo de todo o canal navegável** para se prestarem serviços adequados às embarcações que desenvolvem atividades de diferente natureza com base náutica.

Finalmente, para se dar **continuidade ao processo de implantação da navegabilidade no rio Guadiana, torna-se fundamental a ampliação do troço navegável até à localidade portuguesa de Mértola**. O troço do rio entre Pomarão e Mértola encontra-se integralmente na zona do Parque Natural Vale do Guadiana, sendo necessário considerar o mínimo impacto ambiental nas intervenções. A execução desta última fase do projeto de navegabilidade resultaria num **importante vetor de promoção turística e de cooperação transfronteiriça das regiões fronteiriças luso-espanholas**, onde Mértola, pelo seu valioso património histórico e cultural (localidade que está a desenvolver a sua candidatura ao Património Mundial da UNESCO), seria um importante polo catalisador para a consolidação de **uma imagem conjunta de navegabilidade pelo Guadiana**.

Em resumo, é fundamental que se continuem a trabalhar os **fatores que condicionam a navegabilidade no rio Guadiana**, tendo por objetivo impulsionar a atividade recreativa e turística e o transporte marítimo-fluvial de pessoas no troço internacional do rio, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico e a valorização do património natural e cultural costeiro, o que terá efeitos positivos na **melhoria da qualidade de vida em áreas rurais que estão em risco de despovoamento**. Pela sua parte, a melhoria do acesso marítimo ao canal navegável do rio Guadiana também influi na otimização das **melhores condições de operação**

da **frota pesqueira**, favorecendo o desenvolvimento socioeconómico deste setor, um dos objetivos para se impulsionar a **economia azul** no âmbito da Euroregião AAA.

Neste contexto, através deste Eixo Prioritário **contribuir-se-á diretamente** para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 15** destinado a *fomento do crescimento dos setores maduros e da consolidação das atividades emergentes ligadas ao ecossistema marinho, dotando a economia azul de um sinal de identidade próprio do território partilhado*, e **desafio 17**, focado na *dotação de novas e melhores infraestruturas que fomentem o desenvolvimento das especialidades produtivas ligadas à exploração sustentável do rio Guadiana*. Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com a **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço**, e contribuem para a consecução das metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, mais concretamente no **ODS 8** (Trabalho decente e crescimento económico), **ODS 9** (Indústria, inovação e infraestrutura) e **ODS 13** (Ação pelo clima).

Objetivos Específicos

- ✓ Melhorar a segurança e operacionalidade na navegação, propiciando o desenvolvimento adequado da função pesqueira, recreativa e de movimento comercial nas instalações portuárias situadas no rio Guadiana.
- ✓ Dinamizar a atividade económica da zona do Baixo Guadiana impulsionando o desenvolvimento de atividades sustentáveis de carácter náutico-recreativas e turísticas, que reduzam o efeito sazonal.
- ✓ Reforçar a coesão territorial entre os povos costeiros e reduzir o risco de despovoamento das zonas do interior.
- ✓ Fomentar uma mobilidade mais sustentável, criando alternativas aos modos terrestres e diminuindo a congestão da rede rodoviária.
- ✓ Otimizar a exploração dos recursos pesqueiros e a comercialização da pesca fresca desembarcada.
- ✓ Potenciar a economia azul na zona do Baixo Guadiana, fundamentalmente através da criação e manutenção do emprego nos seus setores maduros.

Plano de atuação proposto

As intervenções propostas destinam-se, de um modo geral, à dotação de infraestruturas, equipamentos e instalações para a potenciação do transporte marítimo-fluvial de passageiros, e a adequação das condições para o desenvolvimento da frota recreativa e pesqueira. De um modo particular, estão previstas, entre outras, as atuações seguintes:

- Atuações de **manutenção e conservação do canal navegável**: atualização das informações batimétricas e caracterização de sedimentos, restituição de calados e outras atuações em matéria de balizagem e melhoria da segurança da navegação.
- Atuações de **melhoria da acessibilidade marítima à doca recreativa de Ayamonte** para permitir a operação em adequadas condições de segurança das embarcações que sobem o rio, e melhorar as condições de serviço das embarcações que desenvolvem atividades recreativas, turísticas e culturais.
- Atuações destinadas à **melhoria da operacionalidade do terminal de transporte marítimo de passageiros de Ayamonte**, avançando na sua integração sobre a fachada marítima da cidade e ligação às restantes áreas do recinto portuário.
- Atuações destinadas à **melhoria das instalações para a comercialização da pesca** em zonas de atracação fluvial.
- Atuações destinadas a potenciar as **atividades de manutenção, reparação e construção de embarcações** nas áreas técnicas dos espaços portuários.
- Atuações destinadas à **manutenção, conservação e melhoria dos embarcadouros**, assim como a sua integração adequada na fachada marítimo-fluvial e na trama urbana adjacente.
- Atuações destinadas à dotação de **novos equipamentos e infraestruturas de apoio para a operação de embarcações recreativas e turísticas ao longo do canal navegável**, favorecendo a prática desportiva náutica (cais de atracação, embarcadouros, passadiços, escadas de acesso, etc.).
- Atuações destinadas à elaboração integral do projeto de **implantação da navegabilidade do rio Guadiana entre Pomarão e Mértola**. De entre as intervenções a desenvolver deve-se destacar: estudo de impacto ambiental, implantação do canal navegável e sinalização marítima ou obras de navegabilidade.

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
- Nº de atuações desenvolvidas nos recintos portuários para a melhoria da náutica recreativa - Nº de atuações desenvolvidas nos recintos portuários para a integração porto-cidade - Organizações que cooperam de forma transfronteiriça	- Nº de utilizadores embarcados em atividades recreativas e turísticas nos recintos portuários de intervenção - Superfície (m²) de espaços colocados à disposição do uso dos cidadãos no contacto porto-cidade - Organizações que cooperam de forma transfronteiriça depois de terem concluído o projeto

3.2. Eixo Estratégico 2. Economia sustentável ligada ao rio



Justificação da intervenção

A atividade económica na zona do Baixo Guadiana apresenta uma **importante dualidade** entre a **zona costeira**, onde se concentram 84% das empresas e dos estabelecimentos empresariais, e a **zona interior**, com significativos problemas de despovoamento que determinam o seu menor desenvolvimento económico. O território no seu conjunto apresenta uma **densidade empresarial inferior à média da Euroregião AAA**, e o tecido empresarial caracteriza-se pela sua **baixa dimensão**, formado fundamentalmente por PME's e microempresas (96% das empresas têm menos de 10 trabalhadores em 2020) que dificultam a integração dos processos de inovação e digitalização, a atração e rotação do talento ou a internacionalização da atividade.

Os estabelecimentos da zona do Baixo Guadiana concentram-se com maior intensidade nas **atividades comerciais** e nas relacionadas com o **turismo**, com especial protagonismo dos **serviços de alojamento e hotelaria** no segmento de sol e praia. Apesar de ser uma economia fundamentalmente terciária, também é relevante a atividade do setor primário através da **agricultura e da extração de produtos do mar**, caracterizado pela pesca e em menor grau pela aquicultura. Neste sentido, a área do Baixo Guadiana apresenta uma **contribuição** destacada no âmbito da **economia azul**.

Neste contexto, é prioritário o apoio institucional para o **impulsão da competitividade empresarial e o surgimento de novas iniciativas empresariais**, especialmente nos setores com capacidade para aproveitar e transformar os recursos endógenos do território transfronteiriço, o que contribuirá para fortalecer a **atração de investimento** no espaço compartilhado, facilitar a **fixação da população e aumentar a participação do grupo de jovens e mulheres no empreendimento local**. Estas atuações devem ser acompanhadas de ações de **capacitação** para os promotores do tecido empresarial para o a sua melhoria em **competências digitais e aspetos ligados à inovação e à sustentabilidade**.

A área do Baixo Guadiana é composta por **municípios rurais** que como já se assinalou no diagnóstico apresentam um menor grau de desenvolvimento económico, embora se localizem em **zonas de alto valor ecológico** que representa uma oportunidade para a criação de novos projetos empresariais que **contribuam para o crescimento sustentável** e a melhoria da **gestão de recursos naturais**. Por isso, no âmbito da cooperação transfronteiriça deve-se trabalhar para se conseguir uma maior consciência e um melhor comportamento ambiental do ecossistema empresarial do Baixo Guadiana, com focagem particular no desempenho das atividades turísticas e recreativas no espaço da Rede Natura 2000.

O **turismo é o principal setor de atividade** em que se baseia o desenvolvimento económico da **zona do Baixo Guadiana**, com um claro protagonismo dos municípios situados na zona do litoral, pois concentram 72% do total dos estabelecimentos de alojamentos e gozam de um alto reconhecimento, graças a uma vasta **oferta de praias extensas e águas de banho de alta**

qualidade que são acompanhadas de uma adequada dotação de equipamentos e serviços para atender o uso público fundamentalmente na **temporada estival**. Neste sentido, a tendência para um processo de dessazonalização deve ser acompanhada de uma **maior variedade de atividades recreativas** que possam ser efetuadas nestes destinos, e onde produtos como o **turismo de compras, o turismo desportivo ou o turismo náutico** surgem como verdadeiras opções para a conceção de uma **oferta mais diversificada e completa**. Esta aposta na diversificação requer adicionalmente serviços que garantam a qualidade da experiência turística e a segurança dos visitantes, sendo de alto interesse que se disponha de uma adequada sinalização direcional e inteligente, que também facilite o desfrute às pessoas com deficiência sensorial.

Desta forma, os **centros históricos** representam um recurso atrativo que se deve potenciar como espaços complementares para as principais zonas turísticas, fortalecendo a **relação entre o comércio local e o turismo**, e impulsionando o turismo de compras como um elemento relevante na cadeia de valor turística.

Pela sua parte, o **turismo desportivo** é um segmento com **altas perspetivas de crescimento no mercado internacional**. São cada vez mais os turistas interessados em desenvolver atividades desportivas durante as suas viagens, quer a nível profissional, quer de lazer ou de entretenimento. Esta modalidade turística pode constituir uma grande oportunidade para se enriquecer e complementar o destino do Baixo Guadiana, permitindo um melhor aproveitamento da infraestrutura turística existente no destino.

Intimamente ligada à consolidação do turismo costeiro está a **importante procura que o turismo náutico em geral está a experimentar, e a náutica de recreio em particular**, que acede ao rio Guadiana através, por exemplo, do segmento de vela, e para o qual é necessária uma dotação de novas e melhores infraestruturas que permitam o fomento da navegação marítimo-fluvial. De igual modo, sugere-se a reclassificação das acessibilidades existentes e a identificação dos novos acessos ao rio Guadiana, criando em tais acessos as infraestruturas necessárias para o seu uso e desfrute. Esta melhoria da navegabilidade pelo Guadiana é um fator-chave no desenvolvimento local da zona interior, favorecendo o desenvolvimento de **produtos e experiências turísticas ligadas à água e à natureza**, atividades que são atualmente muito atrativas para os visitantes e para o qual é imprescindível a avaliação do património natural e cultural presente na zona do Baixo Guadiana. Além disso, de entre as opções e produtos que diversificam a oferta, deve-se destacar o turismo associado à pesca recreativa ou desportiva no rio Guadiana, o que também pode constituir mais uma opção de entre as atividades recreativas que podem ser implementadas no lugar.

Neste contexto, nos últimos anos tem-se vindo a trabalhar no território transfronteiriço em **experiências ecoturísticas** para se revitalizarem as zonas rurais e se fomentar o seu desenvolvimento socioeconómico mediante a gestão de **itinerários cicloturísticos** no quadro do projeto INTERREG-POCTEP CICLOSEND_SUR, através do qual se identificou uma *Rede Transfronteiriça de itinerários não motorizados* onde as **potenciais intervenções que podem ser efetuadas na zona do Baixo Guadiana** impulsionariam estratégias compartilhadas de promoção nos dois lados do Guadiana, contribuindo para o desenvolvimento da rede cicloturística

EuroVelo 1. Em última análise, este tipo de iniciativas vai **fomentar um turismo sustentável, de bem-estar e alternativo para reduzir a sazonalidade turística.**

Por outro lado, o protagonismo assinalado para a indústria turística a nível costeiro também se extrapola a outros **setores relacionados com a atividade ligada ao mar**. Assim, a pesca é um setor relevante na economia da zona do Baixo Guadiana para os seus municípios do litoral. Neste cenário, a Andaluzia e Portugal partilham o objetivo comum de garantir o **cumprimento das normas da Política Pesqueira Comum**.

Neste sentido, o **estabelecimento de mecanismos de colaboração** entre as duas administrações que permita que se resolvam de uma forma ágil as situações em que os agentes da autoridade exigem informação fidedigna dos órgãos competentes sobre a proveniência dos produtos pesqueiros, seria um grande avanço em matéria de cooperação transfronteiriça e melhoraria a **eficácia das inspeções pesqueiras**. De igual modo, torna-se especialmente interessante a realização de colaborações no âmbito da inspeção no transporte para as vias de comunicação próximas de ambas as regiões, tendo por objetivo **prevenir, desalentar e eliminar a comercialização de produtos pesqueiros provenientes da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada**, em linha com o que está estabelecido no REGULAMENTO (CE) Nº 1005/2008 DO CONSELHO de 29 de setembro de 2008.

Por outro lado, estão a intensificar-se, cada vez mais frequentemente, as **atividades económicas** que são desenvolvidas em **zonas de sapais**, tanto as ligadas ao aproveitamento de espécies naturais (animais ou vegetais) como à utilização dos sapais como zona de criação ou cultivo. Neste sentido, **a aquicultura nos sapais e zonas húmidas é uma atividade de alto interesse na zona transfronteiriça** que gera uma fonte significativa de rendimentos a nível local, dedicando-se as instalações fundamentalmente ao desenvolvimento convencional da criação de peixes, crustáceos e moluscos. Uma grande parte desta atividade tem lugar em **zonas de valor ambiental significativo**.

Relativamente ao sistema produtivo, a **aquicultura ecológica ainda representa um peso reduzido em relação à convencional**, contrariamente ao que acontece, por exemplo, com as produções agrícolas e pecuárias, entre outros motivos pelas dificuldades que os produtores têm no seguimento de uma regulação complexa e mutável. Deve-se assinalar que o desenvolvimento **convencional e a progressiva intensificação da aquicultura podem originar uma transformação do território e um consequente impacto no meio natural**, sendo necessário atenuar estes efeitos impulsionando os processos de investigação e aplicação de resultados no desenvolvimento **de sistemas de cultivos sustentáveis**.

Associada à exploração produtiva das zonas de sapais, a **produção tradicional de sal** é uma atividade económica emblemática da ria do Guadiana com uma importância social reconhecida no território compartilhado, que combina a criação de emprego com uma contribuição positiva para o meio ambiente, dado que funcionam como habitat alternativo ou complementar para um conjunto significativo de espécies. Num contexto de mudança climática, o papel das salinas tradicionais foi adquirindo uma dimensão relevante, dada a **alta eficiência destes sistemas no sequestro e retenção de grandes quantidades de carbono**. Por tudo isto, seria pertinente

analisar-se a **viabilidade de novas formas de gestão e exploração das salinas**, mantendo-se os serviços ambientais que prestam ao ecossistema.

Por último, o âmbito da cooperação transfronteiriça também deve fortalecer a prática de **outras atividades económicas que têm uma longa tradição** no território do Baixo Guadiana, como é o caso da **mineração, onde se encontra a Faixa Piritosa Ibérica**, um **domínio metalogénico de classe mundial** pela sua concentração de jazidas importantes de sulfuretos metálicos (cobre, chumbo, zinco, etc.) fundamentais para a **transição ecológica e digital** em que a União Europeia está envolvida.

De igual modo, em ambos os lados da fronteira encontram-se **extensas áreas de zonas com uma proteção territorial que limita ou proíbe a atividade extrativa de forma genérica, sem uma análise prévia de compatibilidade**. Precisamente o intercâmbio de informações e de experiências entre as administrações da Andaluzia e Portugal sobre: (i) a gestão das autorizações de investigação e das informações obtidas, (ii) os critérios de proteção territorial e a compatibilização do uso mineiro do território com outros tipos de usos ou (iii) a definição dos critérios-conceitos de aproveitamento mineiro, **podem ser áreas de trabalho objeto de atuações de cooperação transfronteiriça**.

Tendo em conta o que fica expresso, através do desenvolvimento das atuações previstas neste Eixo Prioritário contribuir-se-á diretamente para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 1** para *aumentar a dimensão das empresas que permita que se tenha um tecido empresarial mais competitivo*; **desafio 3** destinado a *favorecer a recuperação e uma maior sustentabilidade da atividade económica, especialmente nos sectores mais afetados pela crise sanitária*, e **desafio 15** focado no *fomento do crescimento dos setores maduros e da consolidação das atividades emergentes ligadas ao ecossistema marinho, dotando a economia azul de um sinal de identidade próprio do território partilhado*.

Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com a **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço** e a **Estratégia de Sustentabilidade do Turismo Transfronteiriço entre Portugal e a Espanha 2022-2024**, contribuindo para a consecução das metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, incidindo no **ODS 5** (Igualdade de género), **ODS 8** (Trabalho decente e crescimento económico), **ODS 9** (Indústria, inovação e infraestrutura), **ODS 10** (Redução das desigualdades), **ODS 13** (Ação pelo clima) e **ODS 14** (Vida submarina).

Objetivos Específicos

- ✓ Maior grau de sobrevivência empresarial e aumento do número de novas iniciativas empresariais ligadas à exploração dos recursos endógenos da zona do Baixo Guadiana.
- ✓ Fomentar os encontros e a cooperação entre as empresas do espaço transfronteiriço.
- ✓ Aumentar o número de visitantes e melhorar o impacto positivo do turismo nas economias locais, garantindo a conservação dos valores naturais.
- ✓ Reforçar o posicionamento do Baixo Guadiana como destino de turismo sustentável, apoiado em produtos e experiências náutico-recreativas, desportivas e de natureza.
- ✓ Potenciar a avaliação do património cultural, natural e etnográfico através da melhoria da ligação do espaço transfronteiriço mediante trajetos de baixo impacto (pedonal e ciclista).
- ✓ Fortalecer o trabalho de inspeção pesqueira na zona costeira do território compartilhado.
- ✓ Melhorar a sustentabilidade e aumentar o rendimento económico de atividades aquícolas nas regiões transfronteiriças.
- ✓ Impulsionar o desenvolvimento socioeconómico local, mediante o assentamento de salineiros e o fortalecimento desta atividade produtiva.
- ✓ Atrair investimentos para a exploração e investigação mineira e o aproveitamento mais eficiente dos recursos minerais.

Plano de atuação proposto

De um modo particular, estão previstos, entre outros, os seguintes tipos de atuações:

Âmbito de competitividade empresarial e empreendedorismo

- Atuações destinadas ao **fomento do empreendedorismo** através da assessoria individualizada, apoio técnico e acompanhamento durante o desenvolvimento dos projetos empresariais, **com uma orientação que favoreça a cooperação transfronteiriça**. Deve-se prestar uma atenção especial ao desenvolvimento de ações específicas em grupos como jovens e mulheres do espaço rural.
- Atuações destinadas à **criação de espaços de incubação** dedicados ao impulsionamento do empreendedorismo, estabelecendo serviços transfronteiriços de promoção de projetos,

especialmente nos setores estratégicos na zona do Baixo Guadiana e/ou que alberguem um maior potencial de criação de emprego e valor acrescentado.

- Atuações destinadas ao **fomento do empreendedorismo em centros educativos**, favorecendo os projetos de participação conjunta de alunos dos dois lados da fronteira.
- Atuações destinadas ao desenvolvimento de **jornadas transfronteiriças de cooperação entre empreendedores**. Estas ações destinar-se-ão à visualização de oportunidades para novas iniciativas empresariais na zona do Baixo Guadiana.
- Atuações favorecedoras da **digitalização das PME's e da inovação empresarial** fomentando o espírito empreendedor e a competitividade empresarial do tecido produtivo no espaço transfronteiriço.
- Atuações destinadas à criação de **um fórum internacional sobre a economia ligada ao rio Guadiana**, que sirva como mecanismo periódico de avaliação das oportunidades empresariais do território compartilhado.
- Atuações de **assessoria a PME's dos municípios da Rede Natura 2000 do Baixo Guadiana para a modernização da sua gestão empresarial e ambiental**. Estas ações de assessoria destinar-se-ão à sensibilização para regulação ambiental, ao desenvolvimento da análise ambiental da empresa e à identificação de propostas de melhoria para a sua colocação em prática.

Âmbito de Turismo

- Atuações destinadas à articulação e ativação de **redes turísticas transfronteiriças ligadas ao rio Guadiana**. Estas ações incluirão a identificação de pontos transfronteiriços de avaliação turística, cultural e natural dos territórios associados ao rio Guadiana, assim como a criação de novos trajetos que impulsionem o potencial turístico através do rio.
- Atuações destinadas à **digitalização dos serviços de informação e promoção turística**. Estas intervenções destinar-se-ão à adaptação às novas tecnologias dos escritórios e pontos de informações turísticas, tendo por objetivo melhorar a disponibilidade de conteúdos digitais, assim como a criação de experiências turísticas de realidade virtual para a avaliação de recursos de grande interesse na zona do Baixo Guadiana.
- Atuações destinadas ao estabelecimento de uma **sinalização homogénea direcional e interpretativa**, que melhore a acessibilidade aos recursos turísticos nos núcleos urbanos, zonas naturais e praias. Estas ações também favorecerão o desenvolvimento da **sinalização inteligente**, facilitando a informação turística multimédia aos visitantes.
- Atuações destinadas ao aumento da **oferta de produtos turísticos desportivos e náuticos**. Estas ações impulsionarão a estruturação destes produtos (Caiaque, canoagem, ou vela,

entre outros) com atores locais, o desenvolvimento de estratégias de marketing e de internacionalização de estações náuticas, a formação para profissionais do segmento ou outras ações de apoio à náutica de recreio.

- Atuações destinadas à reclassificação das acessibilidades existentes, à identificação de novos acessos ao rio e à criação de infraestruturas para o seu uso e desfrute. Entre elas, devem-se desenvolver atuações que promovam um estudo que identifique as zonas que se podem constituir como praias fluviais ou zonas de lazer fluvial e implementar atuações destinadas à recuperação de troços paralelos à linha de água, nos lugares onde for possível, tendo em vista criar ou potenciar um circuito pedonal fluvial.
- Atuações destinadas à **identificação das disciplinas desportivas** com melhor posicionamento na zona do Baixo Guadiana. Através destas intervenções favorecer-se-á a elaboração de um catálogo que inclua informações sobre equipamentos e instalações, e a oferta complementar (alojamento, restauração, transporte etc.).
- Atuações destinadas à potenciação do turismo associado à **pesca recreativa ou desportiva** no rio Guadiana, identificando lugares suscetíveis a esta atividade e criando as infraestruturas necessárias para tal.
- Atuações destinadas ao planeamento e à criação de **novas experiências transfronteiriças** para a atração de clientes interessados no **turismo de compras**. Estas ações centrar-se-ão, entre outras questões, na criação e promoção de trajetos comerciais ou no fomento do uso de ferramentas de geolocalização nas lojas.
- Atuações destinadas a **equilibrar ou redistribuir a pressão da atividade turística sobre o território do destino**. Estas intervenções favorecerão a elaboração de estudos de capacidade de carga aplicados a recursos e espaços turísticos do destino, mediante o estabelecimento de um sistema de indicadores de controlo sobre capacidade de carga turística, tanto de procura como de oferta.
- Atuações destinadas ao desenvolvimento de **novos trajetos de itinerários cicloturísticos** nos dois lados da fronteira e nas suas conexões. Estas ações contribuirão para a dotação de infraestruturas e sinalização de trajetos incluídos na *Rede Transfronteiriça de itinerários não motorizados*. De igual modo, promover-se-á a criação de trajetos BTT (prática desportiva de bicicleta de montanha) na zona do Baixo Guadiana e a digitalização dos seus percursos.
- Atuações destinadas a impulsionar o **processo de certificação dos municípios do Baixo Guadiana** como destino mundial de turismo sustentável, utilizando a referência EarthCheck.
- Atuações destinadas à criação de encontros **internacionais de turismo de natureza, observação de aves e atividades cinegéticas** centrados no território do Baixo Guadiana.
- Atuações destinadas à **articulação de trajetos e trilhos nos dois lados do Chança em torno da cultura do contrabando**. Estas intervenções dirigir-se-ão ao traçado de trajetos e

sinalização dos mesmos, atividades de promoção e criação de pontos de receção de visitantes, ou ações de formação para o pessoal.

- Atuações destinadas à **dotação de infraestruturas de abastecimento fundamentais para a reativação das atividades turísticas em territórios mineiros**. Estas intervenções centrar-se-ão na renovação da rede de água bruta existente, na criação de infraestruturas potabilizadoras e depósito de água ou na dotação de uma nova rede de saneamento.

Âmbito de Pesca, Aquicultura e Salicultura

- Atuações destinadas ao **reforço de mecanismos de colaboração entre as administrações transfronteiriças em matéria de inspeção pesqueira**, agilizando os processos de notificação da proveniência dos produtos pesqueiros.
- Atuações destinadas ao **intercâmbio de informações** para o seguimento sanitário das zonas de produção marisqueiras próximas da fronteira. De igual modo, serão efetuadas ações de colaboração na unificação da regulação relativa à gestão dos recursos marisqueiros presentes nas duas zonas marítimas.
- Atuações destinadas à **melhoria das instalações aquícolas** em zonas húmidas de interesse ambiental.
- Atuações destinadas à **restauração de zonas de sapal degradadas para promover atividades relacionadas com a cria e o cultivo de espécies vegetais e animais de interesse económico, a aquicultura sustentável e a conservação do património natural**. Através destas intervenções promover-se-á o estudo de viabilidade sobre o cultivo e a comercialização de espécies vegetais e animais de interesse económico em sapais.
- **Ações de I+D e divulgação no âmbito dos sistemas aquícolas, sua conservação e gestão sustentável na região transfronteiriça**. Estas atuações promoverão o estudo de procedimentos e técnicas aquícolas compatíveis com a produção ecológica e a conceção de protocolos que minimizem os impactos no meio e melhorem o bem-estar animal.
- Atuações destinadas à **recuperação funcional das salinas tradicionais**.
- Atuações destinadas a promover comportamentos de **defesa, conservação e melhoria das condições ambientais do estuário do rio Guadiana**. Através destas intervenções promover-se-á a sensibilização e capacitação dos produtores para a gestão das salinas de uma forma ambientalmente mais eficaz.

Âmbito de Mineração

- Atuações destinadas ao **fomento do potencial mineiro** conjunto da Faixa Piritosa para a atração de investimentos, através de um plano de ação para o desenvolvimento de eventos internacionais⁴⁰.
- Atuações destinadas ao desenvolvimento de intervenções conjuntas de análise da **regulação e governação da atividade extrativa, assim como de investigação a nível mineiro** que permitam um uso eficiente dos recursos em ambos os lados da fronteira.

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
• Nº de ações de capacitação efetuadas para o desenvolvimento de novos projetos empresariais • Capacidade de incubação criada • Empresas apoiadas • Nº de encontros e jornadas de empreendimento efetuados • Organizações que cooperam de forma transfronteiriça • Nº de infraestruturas culturais e turísticas apoiadas • Nº de Atividades de promoção sobre boas práticas em modelos turísticos sustentáveis • Nº de atuações apoiadas em matéria de transição digital dos destinos turísticos • Nº de quilómetros adequados em itinerários não motorizados como recurso ecoturístico • Nº de atuações de promoção do turismo náutico costeiro • Soluções para obstáculos jurídicos ou administrativos transfronteiriços identificados • Nº de projetos de I+D+i com participação conjunta de organizações da Euroregião AAA	• Nº de pessoas capacitadas em termos de gestão empresarial (H/M) • PME's que utilizam serviços de incubadora depois da criação desta • Nº de Assessorias efetuadas para o desenvolvimento empresarial na Euroregião AAA (H/M) • Organizações que cooperam de forma transfronteiriça depois de terem concluído o projeto • Visitantes de instalações culturais e turísticas apoiadas • Nº de destinos turísticos (por tipologia: interior/litoral/capitais) que implementaram atuações de inovação e transformação digital • Nº de municípios beneficiados por atuações em ciclovias • Nº de recintos portuários beneficiados pelas atuações de promoção • Soluções adotadas ou ampliadas por organizações • Publicações efetuadas por projetos apoiados

⁴⁰ Qualquer atuação destinada ao fomento do potencial mineiro que implique uma reativação de tal atividade deve ter em conta, na sua proposta, as eventuais afetações do meio ambiente, e de entre elas, de forma específica, as afetações dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos dependentes das massas de água que possam ser afetadas por tal atividade. Do ponto de vista da DMA, a atividade mineira pode dar lugar a pressões significativas que ponham em risco o estado das massas de água.

3.3. Eixo Estratégico 3. Conservação da biodiversidade e valorização do espaço rural



Justificação da intervenção

A biodiversidade da Península Ibérica é das mais altas da Europa, albergando o maior número de espécies de vertebrados e de plantas vasculares do continente. Neste contexto, as regiões de Andaluzia, Algarve e Alentejo são privilegiadas no que se refere ao seu património natural, acolhendo mais de metade das espécies de flora e fauna presentes em território luso-espanhol. **A área geográfica do Baixo Guadiana também é representativa de uma grande variedade de habitats e ecossistemas**, tal como atestado pelos lugares da Rede Natura 2000 referidos no diagnóstico.

Desta forma, **todos os municípios que formam o Baixo Guadiana estão afetados, em maior ou menor medida, por uma ou mais zonas da Rede Natura 2000**, pelo que a preservação e avaliação dos espaços protegidos representam um desafio para o desenvolvimento sustentável do território partilhado.

As ações que danificam as espécies e/ou os seus habitats põem em perigo os bens e serviços ambientais que estes fornecem à sociedade. **É necessário reconhecer a multifuncionalidade destes espaços e impulsionar mecanismos de colaboração para melhorar a sua gestão. Uma forma de o efetuar é mediante a "Custódia do Território"**, um conjunto de estratégias e/ou técnicas jurídicas através das quais se envolvem os proprietários e utilizadores do território na conservação e no uso dos valores e dos recursos naturais, culturais e paisagísticos inerentes aos espaços naturais.

Por vezes não é possível abordar um projeto de avaliação dos recursos naturais de um território, sendo necessário recorrer **a estratégias de conservação específicas sobre espécies e/ou habitats que já foram afetados**. É este o caso do peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*), ave estépica cuja colónia se reduziu muito em Mértola, pelo que seria necessário desenvolver medidas de conservação centradas na gestão do seu habitat, melhorando as condições de alimentação e nidificação. Esta ação seria replicável a outras espécies emblemáticas nos restantes municípios do Baixo Guadiana.

Tal intervenção seria mais efetiva se contasse com o envolvimento da população residente, pelo que **os programas de sensibilização ambiental entre os municípios da zona dos espaços Rede Natura 2000 do Baixo Guadiana constituem outra forma de colaboração imprescindível** que redundaria na melhoria da eficácia e na sua sustentabilidade. A finalidade destes programas é impulsionar a participação, a sensibilização e o voluntariado ambiental na população, além de promover alianças para melhorar a gestão do espaço protegido, dando uma relevância especial à população local, tentando conhecer a sua perceção da problemática e as suas propostas para a preservação.

A gestão sustentável e a valorização dos espaços protegidos requerem que se abordem as suas múltiplas dimensões (política, social, económica, ecológica, territorial e cultural). Nesse

processo o equilíbrio entre a preservação e as restrições de uso não é fácil, nem sempre foi bem entendido pelos setores afetados, pelo que continua a ser pertinente articular procedimentos que sejam concertados e que, por sua vez, velem pela salvaguarda dos valores naturais. **Neste sentido, as ações de comunicação e de formação entre os agentes do território continuam a ser necessárias, e também devem ser completadas com infraestruturas adequadas que permitam a aprendizagem, o lazer e desfrute do turismo de natureza** por parte, tanto da população local como da visitante, requerendo tudo isto a necessária colaboração entre as entidades gestoras dos espaços protegidos transfronteiriços.

No Baixo Guadiana também se encontram outras áreas naturais ou seminaturais que não estão reguladas sob nenhuma de proteção mas **de valor paisagístico e/ou ambiental importante**, em que também **seria necessário efetuar intervenções para a sua valorização** (adequação de trilhos, criação de espaços recreativos e/ou sociais, etc.) fomentando entre os seus potenciais utilizadores os valores ambientais da zona.

Por outro lado, **o curso inferior da bacia hidrográfica do Guadiana** é, indubitavelmente, o denominador comum numa grande parte dos municípios que formam este território. A **análise integrada deste ecossistema** requereria uma caracterização fisiográfica, geológica, mineral e da flora costeira (que não sabe o que são fronteiras), para se poderem **identificar áreas críticas afetadas por atividades antrópicas** (como a exploração de sulfuretos na mina de São Domingos), e **estabelecer medidas de conservação e recuperação dos ecossistemas fluviais afetados**. O estabelecimento de uma "linha de base" de indicadores ambientais através de tecnologias como a teledeteção ou a inteligência artificial, permitiria a recolha, a análise e a monitorização destes dados em grande escala, facilitando a identificação de padrões, sobre os quais se possa basear a tomada de decisões.

No que respeita aos usos do solo, 50,9% do Baixo Guadiana são áreas agrícolas (terras aráveis, cultivos permanentes, pastos e zonas agrícolas heterogêneas), e 44% são superfícies florestais e seminaturais (florestas, associações de vegetação arbustiva e/ou herbácea, e espaços abertos com pouca ou escassa vegetação), sendo **a atividade agrícola, pecuária e florestal um setor produtivo de importância económica e social no Baixo Guadiana**. A evolução destes usos foi diferente em ambos os lados da fronteira, embora **o aumento de superfície dedicada a cultivos lenhosos** seja uma característica homogênea do território partilhado.

A falta de rentabilidade em alguns cultivos tradicionais é o principal fator que impulsionou os produtores para cultivos lenhosos, cujas produções alcançam um maior valor no mercado, além de outras vantagens culturais e de manuseamento (com a ajuda de novas tecnologias), ou inclusivamente do ponto de vista ambiental, porque algumas espécies apresentam características interessantes face à mudança climática (resistência à seca e à salinidade, rusticidade, etc.). Este último aspeto é proporcionado, por exemplo, pela alfarroba (*Ceratonia siliqua*) cuja semente está atualmente a ser muito solicitada pela indústria agroalimentar, têxtil ou cosmética.

Noutras ocasiões, **os sistemas de produção agropecuários e florestais tradicionais** foram abandonados por não serem capazes de se ajustarem a novos requisitos de gestão e

sustentabilidade, particularmente os que se encontram em espaços naturais protegidos; no entanto, tais sistemas **podem ter uma oportunidade num contexto em que o local, o natural, o sustentável e o tradicional também têm quota de mercado**, especialmente quando a atividade produtiva gera um impacto positivo na conservação dos habitats existentes em tais espaços.

A este respeito, a necessidade de valorização das produções agroalimentares locais requer, além disso, ações para a **colocação em funcionamento de circuitos curtos de comercialização**. O apoio a este tipo de projetos contribui para se darem a conhecer produtos endógenos, promover o consumo interno e fidelizar o seu consumo, aproveitando as novas tendências da procura (produtos quilómetro zero, produtos de proximidade, *slow food*, etc.).

O cultivo do olival também tem vindo a ser desenvolvido historicamente no Baixo Guadiana, selecionando-se as variedades que melhor se foram adaptando ao meio. Nos últimos anos, tal como está a acontecer noutras zonas produtoras, este cultivo está a experimentar alterações, como a substituição de variedades tradicionais, com o conseqüente perigo de erosão genética. Para se evitar a perda deste património genético (que poderia ser útil para se enfrentarem as ameaças dos diferentes cenários de mudança climática) seria pertinente a prospeção das variedades tradicionais para se valorizar a sua incorporação na coleção do Banco Mundial de Germoplasma da Oliveira. Esta proposta também seria aplicável a outras espécies e/ou variedades de interesse agronómico e/ou botânico.

Neste contexto, através deste Eixo Prioritário **contribuir-se-á diretamente** para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 14** destinado a *preservar, conservar e valorizar a rede de espaços naturais e a vasta biodiversidade que caracteriza o território compartilhado, formada por uma grande variedade de habitats e ecossistemas* e o **desafio 11** destinado a *reduzir o impacto da mudança climática, melhorar a resiliência aos riscos naturais e a eficiência da gestão dos recursos*.

Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com as prioridades da **Política de Coesão no quadro 2021-2027**, para se avançar para uma Europa mais ecológica e livre de carbono, que aplique o Acordo de Paris e invista em transição energética, energias renováveis e na luta contra a mudança climática. De igual modo, o plano de atuação proposto é coerente com o **Pacto Verde Europeu**, com a **Estratégia da UE sobre Biodiversidade 2030** e **Estratégia de adaptação à mudança climática da UE**.

Finalmente, deve-se assinalar que este Eixo Estratégico está alinhado com as metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, mais concretamente o **ODS 2** (Fome zero), **ODS 14** (Vida submarina) e **ODS 15** (Vida de ecossistemas terrestres).

Objetivos Específicos

- ✓ Melhorar a conservação da biodiversidade e a gestão ambiental do Baixo Guadiana, através do envolvimento dos agentes socioeconómicos, da população, e das administrações com competências no território.
- ✓ Melhorar o estado de conservação de espécies de flora e/ou fauna ou de habitats vulneráveis no território transfronteiriço.
- ✓ Aumentar o conhecimento dos espaços naturais por parte da população local e envolvê-la, juntamente com a visitante, na proteção dos valores ambientais presentes no Baixo Guadiana.
- ✓ Melhorar a oferta de natureza e turismo ativo da zona a partir da criação de infraestruturas e equipamentos que facilitem o conhecimento e desfrute do património natural do Baixo Guadiana pelos seus visitantes.
- ✓ Facilitar o uso social e a recreação dos espaços de interesse ambiental e/ou paisagístico por parte da população local, através de infraestruturas e instalações que valorizem as suas características ambientais.
- ✓ Estimular a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias e enfoques para a gestão e conservação dos ecossistemas fluviais.
- ✓ Impulsionar a criação de emprego rural mediante o estabelecimento de sistemas agroflorestais tradicionais e/ou alternativos rentáveis que utilizem técnicas de produção respeitadoras do meio ambiente.
- ✓ Facilitar a criação de circuitos curtos de comercialização para produtos locais.

Plano de atuação proposto

As intervenções propostas destinam-se, de um modo geral, à proteção e avaliação de espaços naturais protegidos, de espaços de interesse ambiental e/ou paisagístico e do meio rural através das atuações seguintes:

- Atuações para o **impulsionamento da Custódia do Território ou de outros instrumentos para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos espaços da Rede Natura 2000 e de outros espaços de interesse**. Estas intervenções destinar-se-ão a sessões de formação, workshops e intercâmbio de experiências entre agentes do território portugueses e espanhóis, formação de pessoal técnico-assessor, divulgação à população afetada, execução de experiências-piloto, etc.
- Atuações para a **preservação de espécies e/ou habitats em situação vulnerável**. De entre as intervenções a efetuar devem-se destacar as seguintes: (i) melhoria da gestão do habitat do peneireiro-das-torres para reforçar a densidade da colónia e, por conseguinte, melhorar a sua viabilidade; (ii) prospeção de variedades tradicionais de oliveiras para a sua

incorporação no Banco Mundial de Germoplasma da Oliveira; (iii) elaboração de planos de acompanhamento; (iv) execução de ações de controlo sobre predadores ou outros agentes patogénicos.

- Atuações para a **sensibilização ambiental em espaços da Rede Natura 2000**. Estas intervenções destinar-se-ão à partilha entre municípios espanhóis e portugueses de experiências semelhantes, workshops com a população local sobre os valores ambientais e culturais dos respetivos territórios, e das fórmulas e órgãos de gestão dos espaços protegidos, atividades formativas e divulgativas sobre o voluntariado ambiental, jornadas temáticas de sensibilização destinadas à população em geral, etc.
- Atuações para a **valorização de espaços naturais protegidos e/ou de outros espaços de valor paisagístico e ambiental**. Estas intervenções dirigir-se-ão à dotação de infraestruturas de lazer e de visita (miradouros, zonas de piqueniques, passadiços, etc.), criação de uma rede de trilhos do Baixo Guadiana, criação de uma rede de observatórios e miradouros, melhoria do conforto climático nos itinerários de uso turístico, melhoria da ligação entre espaços e recursos turísticos, sinalização de infraestruturas e trajetos, elaboração de material de promoção, interpretação e conceção de trajetos temáticos, recuperação de ambientes fluviais e massas de água, restauração vegetal, instalação de sistemas de drenagem, etc., assim como a criação de um circuito turístico-ambiental das áreas protegidas existentes nos dois territórios e o desenvolvimento de atividades de cooperação na conservação de áreas protegidas e na limpeza e melhoria de áreas costeiras."
- Atuações de **criação de informação que permita o acompanhamento das alterações nos ecossistemas fluviais** e a avaliação do impacto das medidas de conservação e restauração aplicadas. Estas intervenções destinar-se-ão à recolha de dados (características físicas da bacia, relevo, padrões de drenagem, declive, geologia, jazidas minerais, flora costeira) com a ajuda de drones e de imagens por satélite, processamento e análise de dados, criação de indicadores, análises de dados geológicos, hidrológicos, biológicos e de qualidade da água, integração e análise multidisciplinar e desenvolvimento de sistemas de apoio à tomada de decisões⁴¹.
- Atuações para a **valorização de sistemas de produção agrária, pecuária e/ou florestal sustentáveis**. Estas intervenções destinar-se-ão à assessoria para a implantação de novos cultivos, formação sobre o uso de novas tecnologias no setor agroflorestal, formação sobre técnicas culturais e novos cultivos face à mudança climática, estudos de viabilidade e de desenvolvimento de negócios da pecuária extensiva, ações-piloto para a diversificação de espécies florestais em mosaico, investigação da baixa produtividade das explorações de

⁴¹ Neste domínio, considerar-se-ia como um valor acrescentado o facto de a informação se adaptar aos padrões das bases de dados utilizadas no planeamento hidrológico para que seja útil para o acompanhamento dos indicadores. De forma que possa ser compartilhada e ser utilizada pelos diferentes agentes no terreno, como os organismos de bacia.

pinheiros-mansos existentes ou identificação de mecanismos de apoio para incentivação da reflorestação de zonas de montanha⁴².

- Atuações para **avaliação de produtos agrários e florestais, através da criação de circuitos curtos de comercialização**. Através destas intervenções promover-se-á a implantação de unidades intermédias de armazenamento, processamento e/ou refrigeração de gestão compartilhada, projetos de inovação e de melhoria da governação alimentar, promoção de circuitos curtos e de projetos de quilómetro zero, promoção da dieta mediterrânica, participação em mercados, feiras e/ou eventos que valorizem os produtos locais, ecológicos e sustentáveis, apoio a estratégias de marketing e à conceção da imagem do produto.
- Atuações para o **estudo da viabilidade das salinas tradicionais** tendo em conta os serviços que prestam ao ecossistema: estudo do padrão de uso das salinas por parte da avifauna (espécies, populações, estações do ano habitadas), análise do impacto ambiental das salinas ativas em relação às inativas, identificação de boas práticas para uma gestão ecológica das salinas tradicionais, criação de um certificado ou selo ambiental específico.

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
• Organizações que cooperam de forma transfronteiriça • Superfície (ha) dos espaços Natura 2000 abrangida por medidas de proteção e restauração • Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para a adaptação à mudança climática • Nº de projetos conjuntos destinados à gestão sustentável agrícola e florestal	• Organizações que cooperam de forma transfronteiriça depois de terem concluído o projeto • População que tem acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas • Superfície agrária e florestal (ha) com sistemas de produção mais sustentáveis • Nº de explorações agrárias e florestais envolvidas na melhoria da sua sustentabilidade ambiental

⁴² Neste domínio, considera-se como campo de interesse a implementação de melhorias relacionados com a contaminação difusa por nitratos devido ao uso de fertilizantes na agricultura e pecuária, dado o problema que este tipo de contaminação causa na bacia do Guadiana.

3.4. Eixo Estratégico 4. Gestão de riscos, mudança climática e desertificação



Justificação da intervenção

Os diferentes estudos publicados pela Agência Europeia do Ambiente e por outros organismos internacionais revelam que a **mudança climática está a afetar todo o território europeu**, embora tais impactos não sejam uniformes. **Os fenómenos mais relevantes** previstos no **Baixo Guadiana são o aquecimento geral do clima, e uma evolução em alta das ondas de calor; o aumento** da frequência, duração e gravidade das **secas**; o aumento de episódios intensos de chuva e dos seus efeitos **na perda de solo fértil, e o aumento do risco de incêndios florestais.**

Os Gases com Efeito de Estufa (GEE) representam a principal causa deste aquecimento global, e em consequência da mudança climática. **Uma das indústrias** mais intensivas no uso da energia e que, portanto, **mais GEE emite, é precisamente a da geração de eletricidade.**

Neste cenário, **é necessário que as entidades locais participem na luta contra este fenómeno, sendo os Planos Municipais contra a Mudança Climática (PMCC), um instrumento pertinente para tal.** Para a elaboração destes planos, os municípios efetuam uma análise e avaliação das emissões de GEE no seu território e do seu consumo energético, tentando identificar e caracterizar os elementos vulneráveis e os impactos da mudança climática que aí ocorram. Esta operação permite identificar os principais sectores consumidores de energia para **conceber estratégias de redução das emissões e facilitar a transição para modelos energéticos mais eficientes e menos poluentes.**

Assim, **no que respeita à redução da contaminação**, um exemplo para se tentar contribuir para a descarbonização, ou a redução de emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, **é a geração de hidrogénio** (um combustível universal e leve) através de um processo químico, a eletrólise, que permite separar o hidrogénio do oxigénio existente na água. O Baixo Guadiana dispõe de recursos hídricos para tal; e se a energia necessária para a execução deste processo químico for obtida de fontes renováveis, como as horas de sol e recursos eólicos inerentes à sua situação geográfica, estaremos face a projetos de geração de hidrogénio **verde**, que contam atualmente com um forte impulso institucional da União Europeia pela sua **contribuição para o Pacto Verde Europeu.**

No que respeita ao desenvolvimento de novos modelos energéticos, a criação de comunidades de energia renovável entre municípios do Baixo Guadiana permitiria a redução da dependência energética do exterior, além de capacitar os consumidores através do autoconsumo de eletricidade.

Paralelamente, **os municípios transfronteiriços do eixo fluvial do Guadiana compartilham riscos face à mudança climática que são semelhantes.** Face a isso, a conceção de um plano de atuação contra a mudança climática e/ou de um protocolo face a emergências climáticas comum é indispensável, para se abordar uma resposta coordenada e eficaz. Isso exigiria a cooperação entre municípios e com outras escalas administrativas para se integrarem, num mesmo quadro

de ação, estratégias e instrumentos de atenuação e adaptação face à mudança climática, assim como a conceção de sistemas de deteção e alerta precoce.

Neste contexto, **a disponibilidade de informações relativas ao risco climático é fundamental para sustentar a tomada de decisões.** A criação de um sistema de informação geográfica específica para o Baixo Guadiana permitiria localizar os riscos de acordo com diferentes cenários climáticos, sendo um passo prévio indispensável, para se ajustarem melhor as medidas preventivas e/ou a capacidade de resposta do território, em caso de emergência.

Por outro lado, **a mudança climática também está a fazer com que as condições ambientais sejam mais favoráveis à propagação de determinadas doenças zoonóticas⁴³** como, por exemplo, a Febre do Vírus do Nilo. Neste caso, o aumento das temperaturas facilita a sobrevivência e a reprodução dos mosquitos que atuam como vetor da doença. Além disso, diversos estudos⁴⁴ confirmam que as áreas com uma maior quantidade de zonas húmidas e regadios, como o território do Baixo Guadiana, tendem a atrair aves suscetíveis (as aves são consideradas como reservatórios da doença) e espécies de mosquitos. A seca também poderia estar a aumentar a intensidade dos surtos de doenças, dado que a redução dos recursos hídricos faz com que os mosquitos e aves entrem em contacto mais estreito e, portanto, que aumentem os casos de transmissão e a prevalência do vírus, que posteriormente se poderia propagar às pessoas. É por isso que seria pertinente neste território **cooperar na vigilância dos eventuais vetores transmissores desta doença.** Neste sentido, no ano de 2022 três municípios da província de Huelva pertencentes ao Baixo Guadiana foram classificados como áreas de risco *moderado* (Cartaya) e *alto* (Lepe e Santa Bárbara de Casas) no mapa de riscos do Programa de Vigilância e Controlo de Vetores da Febre do Nilo Ocidental da Junta da Andaluzia.

Por último, **tentar melhorar a resiliência dos ecossistemas face à mudança climática é mais um dos desafios que o território deve enfrentar.** O aquecimento global também está a contribuir para a degradação de solo fértil, especialmente em zonas com clima árido e semiárido, o que se traduz num **aumento da desertificação.** É necessário **tentar travar este processo, assim como efetuar atuações de regeneração e/ou restauração de solos degradados,** efetuando práticas e ensaios em campos experimentais, assim como investindo em investigação aplicada.

Nos núcleos urbanos também é pertinente a abordagem de ações de restauração de ecossistemas e de renaturalização para se conseguirem espaços mais resilientes. Uma forma de o fazer é através de **infraestruturas verdes,** cuja conceção se inspira na aplicação de soluções que a natureza proporciona a situações e ameaças de origem antrópica. Os benefícios que tais infraestruturas podem proporcionar nos núcleos populacionais são muito significativos,

⁴³ As zoonoses são definidas de acordo com a Diretiva 2003/99/CE como qualquer doença ou infeção transmissível de forma natural entre os animais e as pessoas, direta ou indiretamente.

⁴⁴ Watts M.J., Sarto i Monteys, V., Mortyn P.G., Kotsila, P. The rise of West Nile Virus in Southern and Southeastern Europe: A spatial-temporal analysis investigating the combined effects of climate, land use and economic changes. One Health.

afetando o microclima, a hidrologia urbana e a melhoria da biodiversidade, o que redundará no bem-estar dos seus habitantes.

Tendo em conta o que fica expresso, através deste Eixo Prioritário **contribuir-se-á diretamente** para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 11** que visa *reduzir o impacto da mudança climática, melhorar a resiliência aos riscos naturais e a eficiência da gestão dos recursos*, e o **desafio 12**, focado na *diminuição dos níveis de emissões de carbono e no aumento da eficiência energética, apoiado por um maior protagonismo dos recursos energéticos renováveis*.

Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com as prioridades da **Política de Coesão no quadro 2021-2027**, para se avançar para uma Europa mais ecológica e livre de carbono, que aplique o Acordo de Paris e invista em transição energética, energias renováveis e a luta contra a mudança climática. De igual modo, o plano de atuação proposto é coerente com o **Pacto Verde Europeu**, com a **Estratégia da UE sobre Biodiversidade 2030** e **Estratégia de adaptação à mudança climática da UE**.

Finalmente, deve-se assinalar que este Eixo Estratégico tem impacto na consecução das metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, mais concretamente no **ODS 7** (Energia acessível e não contaminante), **ODS 11** (Cidades e comunidades sustentáveis), **ODS 13** (Ação pelo clima) e **ODS 15** (Vida dos ecossistemas terrestres).

Objetivos Específicos

- ✓ Dispor de mecanismos para implementar a Estratégia Europeia de Adaptação à Mudança Climática a nível municipal e supralocal, proporcionando um modelo de gestão de emergências climáticas que seja partilhado nos dois lados da fronteira.
- ✓ Fomentar a geração de energia verde e a utilização de fontes de energias renováveis.
- ✓ Gerar e transferir conhecimento na luta contra a desertificação no contexto do clima mediterrânico semiárido, através da experimentação na regeneração de ecossistemas degradados.
- ✓ Desenvolver modelos de desenvolvimento urbano a partir de soluções oferecidas pela natureza com elementos de regulação microclimática eficazes que atuem como sumidouros de carbono.
- ✓ Fortalecer a capacidade do território para atuar eficazmente na redução da vulnerabilidade face à mudança climática, melhorando o conhecimento sobre os impactos, os riscos associados e as formas de adaptação para o Baixo Guadiana.
- ✓ Colaborar nos sistemas de vigilância de vetores de doenças zoonóticas, para diminuir as probabilidades de transmissão do vírus a humanos.

Plano de atuação proposto

As intervenções propostas destinam-se, de um modo geral, à melhoria do planeamento face à mudança climática e situações de emergência, ao desenvolvimento de projetos que reduzam as emissões de GEE, à geração de informações sobre risco climático que sustente a tomada de decisões e o impulsionamento de ações que melhorem a resiliência dos territórios. De um modo particular, estão previstas, entre outras, as atuações seguintes:

- Atuações para a **elaboração de instrumentos de planeamento e intervenção face à mudança climática e para abordar situações de emergência**. Estas intervenções destinam-se a: (i) elaboração de Planos Municipais e/ou Planos de Atuação supramunicipais face à Mudança Climática (avaliação de GEE, determinação de impactos, conceção de indicadores, identificação de setores mais exigentes em termos energéticos, etc.), (ii) elaboração de protocolos de âmbito supralocal para atuar face a emergências climáticas, (iii) identificação de boas práticas e outros instrumentos de planeamento para a adaptação climática local.
- Atuações destinadas a **impulsionar a eficiência energética de equipamentos turísticos para contribuir para a redução do consumo e do impacto ambiental**. Serão efetuadas intervenções dirigidas a instalações fotovoltaicas, assim como de iluminação eficiente e inteligente, favorecendo os espaços que não estejam ligados à rede elétrica para que possam dispor de luz para uso turístico.
- Atuações para o desenvolvimento de **projetos de geração de energias limpas e renováveis**. Estas intervenções destinam-se a: (i) proporcionar conhecimento sobre a geração de hidrogénio verde, as suas aplicações e mercados, (ii) apoiar na implementação desta tecnologia, (iii) elaboração de estudos setoriais sobre a utilização de energias renováveis, (iv) assessoria na localização de eventuais instalações e na procura de financiamento.
- Atuações para a **promoção de novos modelos de geração e gestão de energias renováveis, através da criação de comunidades energéticas**.
- Atuações para **regeneração de ecossistemas naturais degradados e/ou de renaturalização de ecossistemas ao nível urbano**. Estas intervenções destinam-se a: (i) execução de infraestruturas verdes em áreas urbanas e/ou na sua periferia (parques experimentais, criação de anéis verdes, continuidade e intercomunicação de espaços verdes existentes, criação de lagoas de retenção e infiltração de água), (ii) execução de ensaios experimentais para testar espécies agrícolas e/ou florestais mais resistentes à mudança climática, (iii) transferência de resultados para o setor, (iv) outras atuações como, por exemplo, as dirigidas à restauração ecológica.
- Atuações para a **geração de informação, conhecimento e transferência sobre o risco climático e a prevenção de emergências**. Estas intervenções destinam-se a: (i) criação de um observatório e elaboração de um sistema de informação geográfica sobre risco climático no Baixo Guadiana, (ii) execução de análises e estratégias de adaptação com um enfoque participativo, (iii) outras atuações de identificação da vulnerabilidade do território em termos de saúde, biodiversidade, produção agroflorestal, turismo e habitabilidade.

- Ações conjuntas destinadas à **recuperação e regeneração de áreas afetadas por incêndios**.
- Atuações destinadas à avaliação do processo de dessalinização como uma eventual estratégia comum ao território destas regiões, para enfrentar a escassez de água para diversos usos.
- Atuações para a **implementação de planos de controlo e vigilância de vetores de doenças** (como o Vírus da Febre do Nilo) **face à mudança climática**. Serão realizados sistemas de vigilância entomológica, sanitária e da fauna silvestre, assim como ações de coordenação para o intercâmbio de informações entre municípios em risco.

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
• Investimentos em sistemas novos ou melhorados de acompanhamento, preparação, alerta e resposta face a catástrofes • Estratégias e planos de ação desenvolvidos conjuntamente • Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para a adaptação à mudança climática • Edifícios públicos com rendimento energético melhorado • Atividades-piloto desenvolvidas conjuntamente e executadas em projetos • Soluções desenvolvidas conjuntamente • Comunidades de energia renovável apoiadas	• População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais relacionadas com o clima (diferentes das inundações ou dos incêndios florestais) • Estratégias conjuntas e planos de ação adotados por organizações • População que tem acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas • Consumo anual primário de energia (do qual: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) • Soluções adotadas ou ampliadas por organizações • Energia renovável total produzida (da qual: eletricidade, térmica)

3.5. Eixo Estratégico 5. Cultura e Património



Justificação da intervenção

As diferentes civilizações que assentaram ao longo da história na zona do Baixo Guadiana deixaram um legado cultural milenar que o convertem num território relevante do ponto de vista arquitetónico, arqueológico, histórico e etnográfico. O reconhecimento deste património implica o compromisso das administrações competentes no exercício da **conservação e reabilitação** destes recursos endógenos, sendo a cooperação transfronteiriça uma oportunidade para a captação de fundos que facilitem esta tarefa e, em última análise, favorecendo a avaliação cultural do território compartilhado como um objetivo prioritário do ponto de vista turístico.

Paralelamente, é necessário potenciar as **atuações de promoção** sobre o património histórico e cultural, utilizando recursos tecnológicos e conteúdos de informação atrativos que melhorem a experiência dos visitantes. Assim, a **criação de novos trajetos** patrimoniais e culturais converte-se num produto de alto interesse para impulsionar a atividade económica e social na zona do Baixo Guadiana.

Estes itinerários culturais, que devem ser concebidos em alinhamento com os critérios do Conselho da Europa, podem, além disso, incorporar produtos que englobem atividades em diversos setores relacionados com o turismo, a gastronomia, a museologia, as artes cénicas, e inclusivamente ser coordenados com outros trajetos históricos. Tudo isto contribuirá para potenciar a **atração de visitantes em diferentes épocas do ano**, combatendo a sazonalidade e possibilitando o desenvolvimento turístico das localidades envolvidas. Um exemplo neste sentido é o reconhecimento do troço Vila Real de Santo António-Tavira no *trajeto do Caminho de Santiago do Leste*, ou os avanços que estão a ser desenvolvidos para a criação de trajetos culturais à volta da *herança histórica do período napoleónico no quadro do Projeto Interreg NAPOCTEP*.

Assim, os projetos de conservação e restauração do património histórico são um processo essencial para a preservação do nosso passado comum e da manutenção da memória da nossa história. Estas atuações devem necessariamente ser acompanhadas de **ações de sensibilização dos cidadãos** que permitam que se consiga um maior reconhecimento e compreensão da diversidade cultural existente. Neste contexto, a **divulgação dos elementos do património arquitetónico e paisagístico** é um meio efetivo de promover a sensibilização social para a necessidade da sua preservação e conservação.

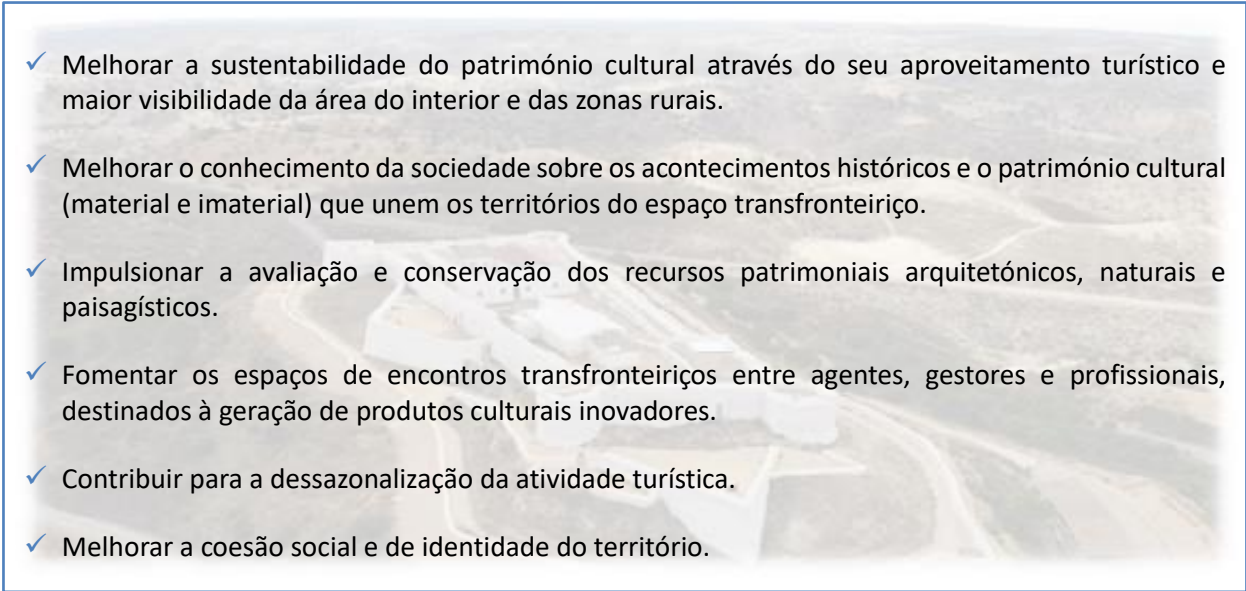
Além disso, a avaliação deste património no território abre novos canais para a **criação de redes e grupos de trabalho** plurimunicipais e transfronteiriços, dando lugar a espaços e encontros de **divulgação**, tais como seminários, exposições, congressos, visitas guiadas que contribuam para aprofundar o **conhecimento e a investigação sobre o património da zona do Baixo Guadiana**.

Por outro lado, o fomento dos processos de investigação sobre as capacidades dos recursos patrimoniais nos municípios do território transfronteiriço deve ser entendido como uma oportunidade de gerar **dinamismo socioeconómico nas zonas com maior risco de despovoamento**. Em forma de exemplo, devem-se realçar os achados arqueológicos na localidade de Paymogo, que fazem fronteira com o rio Chança, cujos resultados convidam à ampliação do estudo na zona de proximidade portuguesa.

De igual modo, os projetos de salvaguarda do património comum devem ter igualmente reflexo na sua vertente imaterial, centrando-se no **património paisagístico e etnográfico**. Intervenções como a adequação paisagística de La Almadra de Nueva Umbría (no município de Lepe), declarada Bem de Interesse Cultural, favorecendo o seu uso público e a manutenção dos seus ecossistemas naturais; ou o desenvolvimento de encontros culturais que unem a história das cidades nos dois lados da fronteira, como o Festival do Contrabando (Alcoutim-Sanlúcar de Gadiana), são algumas das iniciativas que se podem destacar, neste sentido.

Finalmente, através deste Eixo Prioritário **contribuir-se-á diretamente** para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 10** destinado à *Melhoria, conservação e valorização do património e da oferta cultural existente na Euroregião AAA, contribuindo para a sustentabilidade e a diversificação turística e para o respeito pelos recursos ambientais*. Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com a **Estratégia de Sustentabilidade do Turismo Transfronteiriço entre Portugal e a Espanha 2022-2024**, e favorecem a consecução das metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, especialmente no **ODS 8** (Trabalho decente e crescimento económico) e **ODS 11** (Cidades e comunidades sustentáveis).

Objetivos Específicos

- 
- ✓ Melhorar a sustentabilidade do património cultural através do seu aproveitamento turístico e maior visibilidade da área do interior e das zonas rurais.
 - ✓ Melhorar o conhecimento da sociedade sobre os acontecimentos históricos e o património cultural (material e imaterial) que unem os territórios do espaço transfronteiriço.
 - ✓ Impulsionar a avaliação e conservação dos recursos patrimoniais arquitetónicos, naturais e paisagísticos.
 - ✓ Fomentar os espaços de encontros transfronteiriços entre agentes, gestores e profissionais, destinados à geração de produtos culturais inovadores.
 - ✓ Contribuir para a dessazonalização da atividade turística.
 - ✓ Melhorar a coesão social e de identidade do território.

Plano de atuação proposto

De um modo particular, estão previstas, entre outras, as atuações seguintes:

- Atuações de **investigação e divulgação sobre o património arquitetónico e paisagístico** na zona do Baixo Guadiana.
- Atuações destinadas à **conceção e desenvolvimento de jornadas culturais** que potenciem o conhecimento e sensibilizem os cidadãos para o património transfronteiriço existente.
- Atuações destinadas ao **estudo, contextualização e localização dos bens culturais (materiais e imateriais) relacionados com a presença das diferentes civilizações que passaram pela zona do Baixo Guadiana**. Estas ações destinar-se-ão a aumentar o potencial de valorização turística, cultural e patrimonial do território compartilhado.
- Atuações destinadas à **criação de redes de agentes patrimoniais (gestores públicos e outros agentes da indústria cultural local)**. Estas ações impulsionarão, entre outros aspetos, o desenvolvimento de planos de formação para uma maior especialização na gestão e comercialização dos produtos e serviços culturais.
- Atuações destinadas à **criação de trajetos patrimoniais e culturais**. Através destas ações impulsionar-se-á a conceção e caracterização de trajetos patrimoniais e culturais, a criação de infraestruturas de apoio, a sinalização ou a digitalização e aplicação das novas tecnologias, tendo em vista gerar novos produtos de alto valor acrescentado e fomentar uma programação cultural estável.
- Atuações destinadas à **execução de projetos de conservação e intervenções de restauração no património histórico**. Estas ações contemplarão a reabilitação do património histórico-artístico e edifícios de interesse arquitetónico, a otimização de infraestruturas e equipamentos nestes espaços, a sinalização interpretativa, a criação de conteúdos e elementos de informação para a promoção do património, a implantação de ferramentas digitais para melhorar a experiência turística, etc.
- Atuações destinadas à **geração de projetos criativos conjuntos na área transfronteiriça no quadro do Centro de Diplomacia Cultural Transfronteiriça**. As ações a desenvolver dirigir-se-ão à promoção da indústria criativo-cultural, à capacitação empresarial-artística para a geração de produtos culturais inovadores ou ao fomento de uma rede transfronteiriça de empresas criativas.
- Atuações destinadas à **criação de centros museológicos e/ou interpretativos do património histórico e da paisagem**. Estas ações favorecerão a avaliação deste património e a produção de conhecimento histórico e etnográfico na zona do Baixo Guadiana.
- Atuações destinadas à **avaliação do património arqueológico**. Estas ações incluirão a identificação de restos arqueológicos, o traçado de trajetos arqueológicos nos dois lados da fronteira ou a criação de pontos de receção de visitantes.

- Atuações destinadas à **adequação paisagística de bens declarados de Interesse Cultural**. Estas ações compreendem a dotação de espaços públicos e a recuperação patrimonial de bens culturais localizados em espaços naturais protegidos ou ecossistemas naturais de alto valor paisagístico e patrimonial.
- Atuações destinadas à **identificação, salvaguarda e avaliação do património incorpóreo comum**. Através destas intervenções promover-se-á uma oferta cultural fundida, promovendo recursos de alto valor no território compartilhado, como a dança, o flamenco ou o cante alentejano, declarados estes dois últimos Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
• Nº de infraestruturas culturais e turísticas apoiadas • Nº de ações de reabilitação e melhoria da sinalização sobre o património histórico comum • Nº de programações culturais realizadas mediante intercâmbio transfronteiriço • Nº de ações de capacitação e formação postas em funcionamento	• Visitantes de instalações culturais e turísticas apoiadas • Nº de trajetos culturais criados ou ativados • Nº de participantes (H/M) em ações culturais e criativas conjuntas. • Nº de profissionais (H/M) participantes das ações de capacitação e formação

3.6. Eixo Estratégico 6. Qualidade de vida e cooperação entre os cidadãos e as instituições



Justificação da intervenção

A Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de 20 de setembro de 2017, intitulada «Impulsionar o crescimento e a coesão nas regiões fronteiriças da UE» [COM(2017) 534 final] assinala que *a cooperação transfronteiriça deve aspirar a abordar os desafios comuns detetados conjuntamente nas regiões fronteiriças e a explorar o potencial de crescimento não aproveitado nas zonas fronteiriças*. Além disso, identificam-se estas regiões como os lugares onde o processo de integração europeia se deveria notar mais positivamente: *estudar, seguir uma formação, trabalhar, cuidar de alguém e fazer negócios cruzando as fronteiras são atividades quotidianas que devem ser possíveis independentemente da existência de uma fronteira administrativa nacional*.

Neste contexto, a conceção que se propõe neste Eixo Estratégico está alinhada com o enfoque da Comissão Europeia para **potenciar o crescimento e a coesão das regiões fronteiriças**, identificando-se medidas destinadas a facilitar a **acessibilidade transfronteiriça, fortalecer a capacidade institucional ou promover o multilinguismo nas fronteiras**, entre outros fatores através dos quais se vai contribuir para reduzir os obstáculos e ajudar os cidadãos a aproveitar plenamente todo o potencial da cooperação, neste caso particular, entre os municípios pertencentes à zona fronteiriça luso-espanhola do Baixo Guadiana.

De forma concreta, em matéria de infraestruturas e conectividade territorial deve-se destacar o **projeto de construção da Ponte Internacional Alcoutim-Sanlúcar del Guadiana**, uma infraestrutura internacional que será desenvolvida no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal, e que **reforçará a estrutura atual de passagens fronteiriças** na zona do Baixo Guadiana, melhorando a acessibilidade transfronteiriça através do transporte público e privado por estrada.

Tal como detalhado em Comunicação referida anteriormente, *o transporte é um facilitador-chave dos intercâmbios entre regiões através das suas fronteiras nacionais. Mais concretamente, os serviços de transportes públicos não só contribuem para os processos de integração, mas também aumentam a sustentabilidade da conectividade transfronteiriça*. Não obstante, *a falta, a insuficiência ou a baixa qualidade dos serviços de transportes públicos continuam a ser uma realidade para muitos cidadãos das regiões fronteiriças*. Assim, a Comissão Europeia *insta os Estados membros, as regiões e os municípios a redobram os seus esforços para oferecerem aos cidadãos serviços de transportes públicos melhores e mais integrados*.

Esta implementação para uma **maior conectividade transfronteiriça**, embora seja de interesse extrapolável ao conjunto dos municípios fronteiriços da zona do Baixo Guadiana, deve assumir como ponto de base áreas já consolidadas no quadro da cooperação, aproveitando os instrumentos disponíveis da União Europeia, como os **Agrupamentos Europeus de Cooperação**

Territorial (AECT), que oferecem um quadro jurídico estável para investimentos e iniciativas conjuntas. No caso particular da zona do Baixo Guadiana, este Agrupamento reflete-se na **Eurocidade do Guadiana**, composta pelo município espanhol de Ayamonte e os municípios portugueses de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Neste sentido, surgem oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através da **otimização das linhas de ligação terrestre e marítima** entre estes municípios e do impulso para a **mobilidade urbana sustentável e acessível**, garantindo um território compartilhado inclusivo.

De igual modo, a criação de uma rede de **transportes coletivos por estrada** deve garantir uma **cobertura temporária e espacial adequada**, ligando os seus principais centros de atração de tráfego (centros urbanos, terminais de transporte, espaços culturais, praias), de forma que representem uma alternativa viável e atrativa para a mobilidade. Além disso, no que se refere à potencialidade do Guadiana como eixo central, o **transporte fluvial** também se deve articular como um elemento fundamental de conectividade e mobilidade interurbana sustentável, estabelecendo mecanismos que favoreçam a disponibilidade de um **sistema de transporte integral, independentemente do país em que o percurso seja iniciado ou finalizado**.

Por outro lado, a Comissão Europeia assinala que **as sociedades avançadas devem contar com os instrumentos apropriados que prestem assistência e ajuda às pessoas, famílias e comunidades, facilitando a integração das pessoas na sociedade e proporcionando condições de vida dignas e independentes**. Em conformidade com a abordagem adotada na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, documento-quadro em que se integra o presente plano estratégico de intervenção na zona do Baixo Guadiana, a cooperação transfronteiriça converte-se num fator enriquecedor para promover as **redes de colaboração e o intercâmbio de boas práticas** que favoreçam a inclusão social e a cooperação entre os agentes locais. Entre as diversas atuações de colaboração que surgem entre as instituições, é de interesse abordar os **problemas comuns relativos às migrações sazonais relacionadas com as campanhas agrícolas e os cuidados administrativos, de saúde e sociais** necessários para os trabalhadores da UE e de países terceiros que acedem aos municípios fronteiriços.

Pela sua parte, o fortalecimento das capacidades institucionais também deve ter um impacto na **promoção da cooperação entre os cidadãos e os representantes da sociedade**, favorecendo o aproveitamento dos recursos endógenos do espaço de cooperação para a execução de atividades e encontros que contribuam para o **intercâmbio cultural, a integração social e a maior participação cívica nas atuações de desenvolvimento local e transfronteiriço**.

Este envolvimento das pessoas, especialmente os jovens, dos dois lados da fronteira será facilitado impulsionando o **multilinguismo nas fronteiras**. Conforme estabelecido na Comunicação da Comissão acima referida, *a capacidade de falar outros idiomas é cada vez mais importante para se aumentar a empregabilidade, a mobilidade e a competitividade, algo que se reveste de uma importância especial nas regiões fronteiriças, onde o ideal é que uma dessas línguas seja a língua dos residentes*.

Assim, os territórios que formam a Euroregião AAA em geral, e em especial os municípios integrantes da zona do Baixo Guadiana, devem aproveitar as oportunidades da aprendizagem

permanente redobrando os **esforços orientados para a promoção do bilinguismo**, mediante mecanismos de apoio à mobilidade.

Tendo em conta o que fica expresso, através do desenvolvimento das atuações previstas neste Eixo Prioritário contribuir-se-á diretamente para os desafios definidos na *Estratégia da Euroregião AAA. Horizonte 2027*, mais concretamente para o **desafio 4** destinado a *fomentar o ensino bilingue (espanhol e português) nos centros educativos da Euroregião AAA e impulsionar o desenvolvimento de programas de formação baseados em sinergias setoriais, com claras oportunidades para a promoção do emprego transfronteiriço*; **desafio 16**, *focado no reforço das infraestruturas de transporte favorecedoras de uma melhor ligação entre as regiões portuguesas e a região da Andaluzia para o impulso do crescimento demográfico e económico transfronteiriço*; **desafio 18**, *que procura melhorar a qualidade de vida no espaço compartilhado, favorecendo medidas de promoção da saúde e uma adequada atenção social aos grupos mais vulneráveis*; e **desafio 20**, com o qual se aposta no *impulso à governação transfronteiriça da Euroregião AAA como instrumento facilitador da implementação de atuações conjuntas para a atenção aos desafios sociais comuns (risco de despovoamento, igualdade de género, acessibilidade, etc.)*.

Além disso, as atuações propostas estão alinhadas com a **Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço**, e contribuem para a consecução das metas estabelecidas nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**, e mais concretamente no **ODS 1** (Fim da pobreza), **ODS 4** (Educação de qualidade), **ODS 8** (Trabalho decente e crescimento económico), **ODS 9** (Indústria, inovação e infraestrutura), **ODS 16** (Paz, justiça e instituições sólidas) e **ODS 17** (Alianças para se conseguir atingir os objetivos).

Objetivos Específicos

- ✓ Estabelecer sistemas de conexão de transporte de forma ágil e regular entre os municípios que formam a zona do Baixo Guadiana.
- ✓ Melhorar a acessibilidade transfronteiriça e potenciar os fluxos de pessoas entre as localidades do Baixo Guadiana.
- ✓ Fomentar a mobilidade ciclopédonal entre a população local e o turismo.
- ✓ Favorecer as práticas desportivas e hábitos saudáveis na zona do Baixo Guadiana.
- ✓ Reduzir os níveis de contaminação atmosférica e acústica.
- ✓ Aumento do número de visitantes relacionados com o turismo sustentável.
- ✓ Melhorar a competência linguística, tanto dos professores como dos alunos, favorecendo as atividades interdisciplinares que contribuam para um maior conhecimento do território fronteiriço.
- ✓ Melhorar a qualidade dos serviços sociais no âmbito da zona do Baixo Guadiana.
- ✓ Impulsionar a criação de redes e encontros entre cidadãos e agentes público-privados do espaço compartilhado para a identificação de necessidades e o desenvolvimento de potenciais projetos.

Plano de atuação proposto

De um modo particular, estão previstas, entre outras, as atuações seguintes:

Domínio da mobilidade urbana e interurbana sustentável

- Atuações destinadas a **modernizar e melhorar a acessibilidade transfronteiriça por estrada**. Estas ações destinar-se-ão à melhoria do estado das estradas e favorecerão, além disso, a mobilidade sustentável, aumentando a dotação de infraestruturas disponíveis para fomentar a mobilidade elétrica.
- Atuações destinadas à **melhoria da cobertura da rede de transportes coletivos por estrada** entre os municípios do Baixo Guadiana, tanto em frequências como em pontos conectados. Estas ações serão priorizadas nas sedes dos municípios da Eurocidade do Guadiana, prestando, além disso, uma atenção especial às épocas de maior procura para uma melhoria da ligação entre as cidades e as praias.
- Atuações destinadas ao **estabelecimento de critérios de acessibilidade física nos serviços prestados pelo transporte coletivo por estrada**. Entre outras intervenções, trabalhar-se-á na maior acessibilidade e inclusividade nas paragens de autocarros.

- Atuações destinadas a potenciar a **plena acessibilidade da rede pedonal**, eliminando barreiras arquitetónicas (rebaixamento de passeios, segurança nas passagens de peões, iluminação, etc.). Além disso, sob estas intervenções serão efetuadas ações que, centradas fundamentalmente na Eurocidade do Guadiana, impulsionem o desenvolvimento de um circuito pedonal transfronteiriço.
- Atuações destinadas a **favorecer a mobilidade nos centros urbanos e áreas de praias nos municípios fronteiriços para a época de maior afluência turística**. Estas ações destinar-se-ão a reduzir o volume de tráfego e a contaminação atmosférica e acústica destas zonas. As intervenções incluirão a implantação de estacionamento de dissuasão com facilidades de ligação aos centros das cidades ou praias, mediante paragem de autocarros, itinerários pedonais ou ciclovias.
- Atuações destinadas ao desenvolvimento de **planos de formação e sensibilização em matéria de mobilidade sustentável**. Estas ações favorecerão as áreas de informação, educação, formação e participação cívica para se conseguir um maior uso dos modos de transporte suaves e públicos.
- Atuações destinadas à **criação de circuitos cicláveis transfronteiriços**. Estas intervenções serão prioritárias na zona da Eurocidade do Guadiana, tendo por objetivo fazer com que os residentes e os visitantes tenham a possibilidade de se deslocarem entre os municípios fronteiriços por este meio de transporte.
- Atuações destinadas ao **fomento do uso do transporte marítimo para a deslocação da população e passageiros através dos municípios fronteiriços**.

Domínio do intercâmbio cultural e da cooperação entre os cidadãos, representantes da sociedade civil e instituições

- Ações destinadas ao **acompanhamento e avaliação do plano de ação proposto na Estratégia-Quadro de atuação transfronteiriça para o fomento socioeconómico da faixa do rio Guadiana-Baixo Guadiana**. Através destas intervenções fomentar-se-á a participação dos cidadãos e da rede de governos locais para a definição de projetos transfronteiriços suscetíveis de serem financiados pelos instrumentos financeiros do período de 2021-2027.
- Atuações destinadas a **fortalecer as estruturas de governação da zona do Baixo Guadiana**. Estas iniciativas estarão destinadas a representar, dinamizar e consolidar o papel da zona do Baixo Guadiana em todos os seus níveis de governação, especialmente local e regional, além de apresentar informações e sensibilizar para o valor acrescentado da cooperação transfronteiriça e os seus benefícios para toda a sociedade.
- Atuações destinadas a fomentar a cooperação entre administrações para uma maior coordenação da **regulação laboral que afeta os trabalhadores sazonais de campanhas**

agrícolas (comunitários ou extracomunitários). De igual modo, mediante estas intervenções trabalhar-se-á conjuntamente na situação administrativa de residência, assim como em aspetos relativos aos serviços de saúde e sociais.

- Atuações destinadas ao desenvolvimento de projetos conjuntos para a identificação e o acesso a mecanismos de financiamento destinados à **construção de alternativas habitacionais para o fluxo de trabalhadores sazonais que vêm para as campanhas agrícolas.**
- Atuações destinadas ao desenvolvimento de programas de formação, educação e capacitação para **fomentar a participação dos jovens e cidadãos em geral no processo de formulação de políticas próprias da área de desenvolvimento da zona funcional do baixo Guadiana.** Mediante estas intervenções fortalecer-se-ão os espaços de participação, a criação de plataformas para intercâmbio de experiências, ideias, opiniões, assim como a criação de redes de voluntariado transfronteiriças, como instrumentos de apoio ao atendimento das realidades sociais comuns existentes no território compartilhado.
- Atuações destinadas à **internacionalização dos centros de educação, consolidando a rede existente de Escolas Bilíngues e Interculturais de Fronteira (Pebif),** promovendo a sua ampliação para novos centros educativos.
- Atuações destinadas à **internacionalização das pessoas,** favorecendo a mobilidade dos profissionais da educação e dos alunos, participando para tal em acampamentos, visitas culturais, intercâmbios escolares, jornadas formativas, seminários, congressos, cursos de formação e projetos de investigação, e outros eventos de carácter pedagógico, cultural, e científico.
- Atuações destinadas à **realização de encontros sociais entre os municípios da zona do Baixo Guadiana.** Estas iniciativas promoverão o desenvolvimento de jornadas de convivência entre jovens, partilhando atividades desportivas e culturais, fomentando o respeito pelo meio ambiente e a aprendizagem transversal de outras matérias (saúde, etc.).
- Atuações destinadas a **potenciar os eventos desportivos transfronteiriços no rio Guadiana.** Promover-se-á a realização de diferentes práticas desportivas como, por exemplo, as regatas, podendo-se estabelecer uma organização compartilhada com outros eventos de carácter cultural.

Indicadores para o acompanhamento e a avaliação

Indicador de execução	Indicador de resultado
- Comprimento (Km) das estradas reconstruídas, melhoradas ou modernizadas - Nº de linhas de transporte público por estrada que participam na ligação transfronteiriça - Nº de novos centros que se incorporam no Programa Escolas Bilíngues e Interculturais de Fronteira - Nº de eventos de intercâmbios culturais entre fronteiras - Nº de ações de informação e sensibilização efetuadas pelo GIT - Nº de eventos desportivos, culturais e sociais transfronteiriços organizados conjuntamente	- Utilizadores anuais de estradas acabadas de reconstruir, melhoradas ou modernizadas - Nº de pessoas beneficiadas pela disponibilidade de linhas de transporte público na ligação transfronteiriça (H/M) - Nº de alunos que recebem programas de aprendizagem nas línguas castelhana e portuguesa (H/M) - Nº de professores que participam em eventos de intercâmbios culturais entre fronteiras (H/M) - Nº de alunos que participam em eventos de intercâmbios culturais entre fronteiras (H/M) - Nº de organismos que intervêm em projetos de cooperação transfronteiriça durante o quadro temporário da Estratégia - Nº de participantes assistentes na prática desportiva, cultural e social transfronteiriça

4. Anexo



4.1. Alinhamento dos Eixos Estratégicos com a análise SWOT

Eixo Estratégico	Fraquezas	Ameaças	Forças	Oportunidades
 Eixo 1- Navegabilidade do rio Guadiana	D1, D2, D3, D4, D10	A2	F1, F2, F3	O1, O2, O3, O6
 Eixo 2- Economia sustentável ligada ao rio	D1, D2, D5, D6, D7, D8, D10	A2, A10	F1, F2, F3, F6, F7	O1, O2, O3, O4, O5 O6, O9
 Eixo 3- Conservação da biodiversidade e valorização do espaço rural	D3, D8, D9	A3, A4, A5, A7, A6	F4, F5, F9, F10	O3, O4, O7
 Eixo 4- Gestão de riscos, mudança climática e desertificação	----	A6, A7, A8	F6	O4, O8
 Eixo 5- Cultura e património	D1, D5, D7	A2	F7	O1, O2, O3, O5, O6
 Eixo 6- Qualidade de vida e cooperação entre os cidadãos e as instituições	D1, D2, D3, D10	A1, A9, A10	F8	O6, O9, O10

4.2. Contribuição dos Eixos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)



Eje Estratégico 1. Navegabilidad del río Guadiana



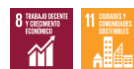
Eje Estratégico 4. Gestión de riesgos, cambio climático y desertificación



Eje Estratégico 2. Economía sostenible vinculada al río



Eje Estratégico 5. Cultura y patrimonio



Eje Estratégico 3. Conservación de la biodiversidad y valoración del espacio rural



Eje Estratégico 6. Calidad de vida y cooperación entre la ciudadanía e instituciones



Eje Estratégico 1. Navegabilidad del río Guadiana	Eixo Estratégico 1. Navegabilidade do Rio Guadiana
Eje Estratégico 2. Economía sostenible vinculada al río	Eixo Estratégico 2. Economia sustentável ligada ao rio.
Eje Estratégico 3. Conservación de la biodiversidad y valoración del espacio rural	Eixo Estratégico 3. Conservação da biodiversidade e valorização do espaço rural.
Eje Estratégico 4. Gestion de riesgos, cambio climático y desertificación	Eixo Estratégico 4: Gestão de riscos, alterações climáticas e desertificação
Eje Estratégico 5. Cultura y patrimonio	Eixo estratégico 5: Cultura e património
Eje Estratégico 6. Calidad de vida y cooperación entre la ciudadanía e instituciones	Eixo Estratégico 6. Qualidade de vida e cooperação entre os cidadãos e as instituições.

4.3. Listagem de organismos e entidades participantes no processo de consulta⁴⁵

Organismos	Categoria	Localização (NUTS III)
Agência Pública de Portos da Andaluzia (Secretaria da Sustentabilidade, Meio Ambiente e Economia Azul). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade do Guadiana	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Outros
Andalucía Emprende, Fundación Pública Andaluza (Consejería de Universidad, Investigación e Innovación). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Associação para o desenvolvimento pesqueiro da Costa Ocidental de Huelva "Costaluz"	Associações Empresariais e outros agrupamentos de interesse empresarial	Huelva
Associação de Defesa do Património de Mértola - ADPM	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Baixo Alentejo
Associação Terras do Baixo Guadiana	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Algarve
AVSCM - Associação de Valorização do Salgado de Castro Marim	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Algarve
Câmara Municipal de Cartaya	Administração Pública Local	Huelva
Câmara Municipal de Paymogo	Administração Pública Local	Huelva
Câmara Municipal de Alcoutim	Administração Pública Local	Algarve
Câmara Municipal de Mértola	Administração Pública Local	Baixo Alentejo
CEFAGE/Universidade de Évora	Universidade e outros Centros de Investigação	Baixo Alentejo
Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Algarve
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	Administração Pública Local	Baixo Alentejo
Secretaria da Agricultura, Pesca, Água e Desenvolvimento Rural. Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria de Inclusão Social, Juventude, Famílias e Igualdade. Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria da Presidência, Interior, Diálogo Social e Simplificação Administrativa. Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva

⁴⁵ O processo de consulta foi efetuado em colaboração com a Delegação do Governo da Junta da Andaluzia em Huelva. Após a elaboração do presente documento, em conformidade com o artigo 2.2 do Acordo entre a Autoridade de Gestão do POCTEP e o Beneficiário Principal do projeto, foi remetido para consulta em matéria de biodiversidade, espaços protegidos e património cultural às entidades competentes dos dois territórios. O documento final regista as observações efetuadas pela Confederação Hidrográfica do Guadiana, pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção Geral do Património Histórico, pertencente à Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto da Junta da Andaluzia.

Organismos	Categoria	Localização (NUTS III)
Secretaria da Saúde e Consumo. Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto. Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade. Ministério do Ambiente	Administração Pública Nacional	Outros
Direção Geral de Espaços Naturais Protegidos (Secretaria da Sustentabilidade, Meio Ambiente e Economia Azul). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Direção Geral de Infraestruturas do Transporte (Secretaria do Fomento, Articulação do Território e Habitação). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Dirección General de Ordenación del Territorio, Urbanismo y Agenda Urbana (Consejería de Fomento, Articulación del Territorio y Vivienda). Junta de Andalucía	Administración Pública Regional	Huelva
Empresa Pública para la Gestión del Turismo y del Deporte de Andalucía, S.A. (Consejería de Turismo, Cultura y Deporte). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
GAL Pesca Sotavento	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Algarve
Instituto Andaluz de Investigación e Formação Agrária e Pesqueira (IFAPA) (Secretaria da Agricultura, Pesca, Água e Desenvolvimento Rural). Junta da Andaluzia	Universidade e outros Centros de Investigação	Huelva
Instituto Andaluz do Património Histórico (Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	Organizações público/privadas sem fins lucrativos	Algarve
Secretaria Geral de Administração Local (Secretaria da Justiça, Administração Local e Função Pública). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria Geral da Energia (Secretaria da Política Industrial e Energia). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria Geral da Indústria e Minas. (Secretaria da Política Industrial e Energia). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Secretaria Geral da Habitação (Secretaria do Fomento, Articulação do Território e Habitação). Junta da Andaluzia	Administração Pública Regional	Huelva
Universidade de Évora	Universidade e outros Centros de Investigação	Baixo Alentejo
Universidade de Évora _Adonir Both – Desenvolvimento Local e Sustentabilidade (ENI)	Universidade e outros Centros de Investigação	Baixo Alentejo
Deputação Provincial de Huelva	Administração Pública Local	Huelva
Associação de Municípios Beturia	Administração Pública Local	Huelva